



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**EDERSON NASCIMENTO**

**CARTOGRAFIA GEOGRÁFICA E ANÁLISE SOCIOESPACIAL CRÍTICA:  
A PRODUÇÃO DO ATLAS SOCIOESPACIAL DO OESTE CATARINENSE**

**Relatório de Atividades – Estágio de Pós-Doutorado**

**Supervisor: Prof. Dr. Lindon Fonseca Matias**

**CAMPINAS  
2019**

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>2</b>
<b>PARTE I - ATIVIDADES DO PERÍODO NO BRASIL.....</b>	<b>3</b>
<b>PARTE II - ESTÁGIO NO EXTERIOR.....</b>	<b>8</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>11</b>

## APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta as atividades realizadas e os principais resultados de pesquisa produzidos no âmbito do estágio de pós-doutorado, realizado junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas, entre os meses de agosto de 2018 e julho de 2019, com apoio científico-financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O objetivo principal da pesquisa de pós-doutorado consistiu em contribuir com as reflexões acerca do papel da representação cartográfica do espaço na Geografia na perspectiva social crítica, elaborando uma Cartografia Geográfica no âmbito da produção do Atlas Socioespacial da Mesorregião Oeste Catarinense. No contexto desta ampla pesquisa – a qual segue em desenvolvimento, com etapas ulteriores/futuras<sup>1</sup> –, o estágio de pós-doutorado teve como propósito fornecer meios para o aprimorar o conhecimento teórico, metodológico e das técnicas de pesquisa, por meio de desenvolvimento de projeto supervisionado/auxiliado por pesquisadores de reconhecida experiência na área relacionada à temática de estudo - a Cartografia Geográfica e sua produção e uso para análise socioespacial.

A partir dessa proposição, foi realizado um conjunto de atividades que, entre outras, envolveu o levantamento e estudos de textos, realização de cursos, participação em eventos e reuniões de pesquisa, além de um período de estágio de pesquisa de três meses na Espanha (entre meados de janeiro e abril de 2019), realizado na Universidad Autónoma de Madrid - UAM. Esse período de estudos e de formação resultou na produção de subsídios para publicação científica em periódicos da área, em rico aprendizado teórico e metodológico junto a pesquisadores experientes, bem como no aprofundamento do intercâmbio científico entre a Universidade Federal da Fronteira Sul (instituição na qual atuo como docente e pesquisador), UNICAMP e UAM, especialmente a partir da perspectiva de intercâmbios futuros envolvendo pesquisadores brasileiros e espanhóis.

Doravante, o relatório está organizado em três partes, sendo que: na primeira são descritas as atividades realizadas no Brasil junto ao PPGG da UNICAMP; na segunda, são relatadas as atividades do período de estágio no exterior, e; a parte final reúne os anexos (documentos e materiais diversos) comprobatórios das atividades relatadas nas duas partes I e II.

---

<sup>1</sup> Além da conclusão do projeto institucional de pesquisa *Atlas socioespacial da mesorregião Oeste Catarinense* (ao qual a pesquisa de pós-doutorado esteve vinculada em várias de suas etapas) que ocorrerá no final de 2019, as reflexões e inquietações do período de pós-doutorado viabilizaram e incentivaram a proposição de um novo projeto de pesquisa intitulado *Uma Cartografia geográfica crítica para o Oeste Catarinense: teoria e prática*. Este outro projeto, com financiamento recém-aprovado pela UFFS, oportunizará, em certa medida, dar continuidade e aprofundamento aos estudos do pós-doutorado.

**PARTE I**  
**ATIVIDADES DO PERÍODO NO BRASIL**

## 1. ATIVIDADES DO PROJETO DE PESQUISA REALIZADAS

Ao longo do período de pós-doutorado, foram desenvolvidas as seguintes etapas da pesquisa proposta:

- a) Levantamento e aquisição de materiais bibliográficos em portal digitais de pesquisa do Brasil e do exterior, e *in loco* em bibliotecas nos estados de São Paulo (UNICAMP, USP, UNESP *campus* Rio Claro) e Santa Catarina (UFFS, Unochapecó, UNOESC, UFSC e UDESC), para levantamento e aquisição de materiais bibliográficos.
- b) Estudo e revisão de literatura específica.
- c) Reuniões periódicas com o professor supervisor para discussão de questões teóricas e metodológicas atinentes ao tema de pesquisa.
- d) Trabalhos de campo em municípios do Oeste Catarinense, para observação *in loco* de aspectos da organização espacial e visita a agentes sociais e instituições. Os trabalhos de campo foram realizados nos municípios catarinenses de Abelardo Luz, Chapecó, Concórdia, Coronel Freitas, Caçador, São Miguel do Oeste, São Carlos, Xanxerê, Pinhalzinho, Dionísio Cerqueira, Coronel Freitas, São Lourenço do Oeste, Saudades, Maravilha, Porto União e Seara.<sup>2</sup>
- e) Levantamento e sistematização de dados cartográficos e estatísticos, e produção de mapas temáticos da região estudada.<sup>3</sup>

Como indicadores de resultados da pesquisa, foram produzidos artigos científicos, capítulos de livros e trabalhos completos submetidos/apresentados em eventos científicos nacionais e internacionais, os quais são listados a seguir (item 3). Ademais, está atualmente em curso a produção da publicação *Atlas socioespacial do Oeste Catarinense*, com previsão de publicação em 2020.

## 2. PUBLICAÇÕES

### 2.1 Artigos científicos produzidos

NASCIMENTO, Ederson; PEGORARO, Mirian. Espaço e tempo em Xaxim (SC): evolução urbana e desigualdades socioespaciais. *PerCursos*, Florianópolis, 2019. Artigo aceito para publicação (no prelo).<sup>4</sup>

NASCIMENTO, Ederson; LEMOS, João H. Z. Territórios urbanos precários: uma análise da cidade de Chapecó (SC). *Terr@plural*, Ponta Grossa, 2019. Artigo aceito para publicação (no prelo).<sup>5</sup>

---

<sup>2</sup> Vide Anexo 1: fotos de áreas visitadas em trabalhos de campo.

<sup>3</sup> Vide Anexo 2: exemplos de mapas temáticos elaborados para a região.

<sup>4</sup> Anexo 3: aceite de publicação (e-mail) e cópia do artigo.

<sup>5</sup> Anexo 4: aceite de publicação (*print* de tela) e cópia do artigo.

RIPPLINGER, Fabiane; SCHERMA, Ricardo A.; NASCIMENTO, Ederson. *Uso do território no Oeste de Santa Catarina: produção avícola e as crises de abastecimento*. Artigo submetido para publicação (em avaliação).<sup>6</sup>

## 2.2 Livro organizado / capítulos de livro produzidos

NASCIMENTO, Ederson; VILLELA, Ana L. V.; MAIA, Claudio M. (Orgs.). *Território e sociedade: novos estudos sobre Chapecó e região*. Beau Bassin: Novas Edições Acadêmicas, 2018. 379 p.<sup>7</sup>

NASCIMENTO, Ederson; LEMOS, João H. Z. Territórios precários no espaço urbano de Chapecó. In: NASCIMENTO, Ederson; VILLELA, Ana L. V.; MAIA, Claudio M. (Orgs.). *Território e sociedade: novos estudos sobre Chapecó e região*. Beau Bassin: Novas Edições Acadêmicas, 2018. p. 293-322.

NASCIMENTO, Ederson; KOVALSKI, Daniela. Contrastes de uma “cidade dentro da cidade”: as desigualdades socioespaciais no bairro Efapi, em Chapecó. In: NASCIMENTO, Ederson; VILLELA, Ana L. V.; MAIA, Claudio M. (Orgs.). *Território e sociedade: novos estudos sobre Chapecó e região*. Beau Bassin: Novas Edições Acadêmicas, 2018. p. 323-344.

## 2.3 Trabalhos em eventos

NASCIMENTO, Ederson. Cartografías de las desigualdades socioespaciales urbanas: propuesta teórico-metodológica y su aplicación en el estudio de la Región Metropolitana de Campinas, Brasil. In: IX CONGRESO INTERNACIONAL DE ORDENACIÓN DEL TERRITORIO. Santander: FUNDICOT, 2019.<sup>8</sup>

NASCIMENTO, Ederson. Expansão urbana e segregação socioespacial em Chapecó (SC): análise com uso de uma cartografia geográfica. In: XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – ENANPEGE, São Paulo, ANPEGE, 2019. Trabalho aceito para apresentação no evento, que ocorrerá em setembro de 2019.<sup>9</sup>

## 3. ATIVIDADES DIDÁTICAS

- Ministração de aulas da disciplina “Sistema de Informação Geográfica” (GF606) nos cursos de graduação em Geografia Licenciatura e Bacharelado da UNICAMP, 8 horas/aula por turma, agosto de 2018.

<sup>6</sup> Anexo 5: cópia do artigo.

<sup>7</sup> Anexo 6: páginas iniciais do livro. A obra completa, que inclui os dois capítulos mencionados nesta seção, está disponível gratuitamente em versão digital no sítio: [https://www.researchgate.net/publication/329402586\\_Territorio\\_e\\_sociedade\\_novos\\_estudos\\_sobre\\_Chapeco\\_e\\_regiao](https://www.researchgate.net/publication/329402586_Territorio_e_sociedade_novos_estudos_sobre_Chapeco_e_regiao)

<sup>8</sup> Anexo 7: cópia do artigo publicado nos anais do evento.

<sup>9</sup> Anexo 8: carta de aceite e cópia do trabalho aprovado.

- Ministração do minicurso “O uso de Sistemas de Informações Geográficas em estudos sobre o espaço urbano”, para os membros do grupo de pesquisa Geotecnologias Aplicadas à Gestão do Território – GeoGet, IG/UNICAMP, carga horária de 2 horas, 14/12/2018.

## 4. OUTRAS ATIVIDADES

### 4.1 Curso de aperfeiçoamento

Título: *Econometria Espacial: Teoria e Aplicações com R, Geoda e GWR 4*.<sup>10</sup>

Ministrantes: Dr. Eduardo Simões de Almeida (UFJF), Me. Raphael de Freitas Saldanha (Fiocruz), Me. Thomas Victor Conti (Insper), Dr. Marcelo Justus dos Santos (UNICAMP).

Realização: Escola de Extensão da UNICAMP

Carga horária: 40h

Considerações: no curso foram estudados conhecimentos teóricos e técnicas estatísticas sobre a dependência espacial de dados/eventos, além de exercitadas técnicas de análise e representação de dados espaciais e suas correlações, utilizando-se os softwares R, Geoda, GWR4 e QGIS. Considera-se os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos neste curso – até então, pouco conhecidas pelo autor deste relatório - essenciais para que se possa realizar novos procedimentos de cartografia e análise de dados sociodemográficos, de interesse para as pesquisas desenvolvidas.

### 4.2 Participação em bancas de trabalhos de conclusão

- MATIAS, Lindon F.; NASCIMENTO, Ederson; CASTELAR, Sonia M. V.; STRAFORINI, Rafael; BARGOS, Danúbia C. Participação em banca de José Alves de Jesus. *Mapas online e geotecnologias: fundamentos teóricos de/para uma Cartografia Geográfica (em movimento)*. Tese - Doutorado em Geografia, Universidade Estadual de Campinas, 2019.<sup>11</sup>
- MATIAS, Lindon F.; NASCIMENTO, Ederson; SCHICCHI, Maria C. S. Participação em banca de Letícia de Sousa Araújo. *Produção do espaço na cidade de Indaiatuba (SP): análise do processo de valorização da terra urbana no período de 2000 a 2017*. Dissertação – Mestrado em Geografia, Universidade Estadual de Campinas, 2019.<sup>12</sup>
- FARIA, Rivaldo M.; NASCIMENTO, Ederson; ROCHA, Lilian H. M. Participação em banca de Pedro Leonardo Cezar Spode. *Territórios de privação social urbana em Santa Maria, Rio Grande do Sul*. Exame de qualificação – Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Santa Maria, 2019.<sup>13</sup>
- MATIAS, Lindon F.; NASCIMENTO, Ederson; SILVA, Fernanda F. B. Participação em banca de Ciro Ruiz Vicente da Silva. *Direções da expansão urbana de Campinas/SP (1774-2018)*.

<sup>10</sup> Anexo 9: conteúdo programático do curso e certificado de conclusão.

<sup>11</sup> Anexo 10: declaração de participação.

<sup>12</sup> Anexo 11: declaração de participação.

<sup>13</sup> Anexo 12: declaração de participação.

Monografia – Graduação em Geografia Bacharelado, Universidade Estadual de Campinas, 2018.<sup>14</sup>

- MATIAS, Lindon F.; NASCIMENTO, Ederson; ARAUJO, Letícia S. Participação em banca de Bruna Cristina Gama Campagnuci. *Mapeamento dos impactos socioambientais na área de preservação permanente (APP) da bacia do ribeirão Barra Mansa - Morungaba (SP)*. Monografia - Graduação em Geografia Bacharelado, Universidade Estadual de Campinas, 2018.<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> Anexo 13: declaração de participação.

<sup>15</sup> Anexo 14: declaração de participação.



**PARTE II**  
**ESTÁGIO NO EXTERIOR**

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

Instituição: Universidad Autónoma de Madrid (UAM) – Departamento de Geografía (Espanha)

Período: 21/01/2019 a 20/04/2019

Supervisor: Prof. Dr. Antonio Moreno Jiménez<sup>16</sup>

## 2. ATIVIDADES REALIZADAS

### 2.1 Pesquisa científica

- Reuniões periódicas com o professor supervisor para discussões de questões teóricas e metodológicas.
- Levantamento e aquisição de materiais bibliográficos em bibliotecas de Madrid (Espanha) e Toulouse (França).
- Realização de visitas acadêmicas e reuniões de trabalho com professores e pesquisadores de outras universidades, para discussão de temas relacionados à pesquisa, e para estabelecimento de contatos profissionais:
  - ✓ Dr. Ángel Pueyo Campos – Grupo de Estudios en Ordenación del Territorio, Universidad de Zaragoza (Espanha)<sup>17</sup>;
  - ✓ Dr. Francisco Javier Escobar – Departamento de Geología, Geografía y Ciencias Ambientales, Universidad de Alcalá (Espanha)<sup>18</sup>;
  - ✓ Dra. Martine Guibert – Département de Géographie, Aménagement, Environnement, Université Toulouse 2 - Jean Jaurès (França).<sup>19</sup>

### 2.2 Participação em cursos e eventos acadêmicos

- Realização do curso de pós-graduação *Análisis avanzado y ayuda a las decisiones territoriales con Sistemas de Información Geográfica*, ministrado pelos professores Dr. Antonio Moreno Jiménez e Dra. Rosa Cañada Torrecilla, na UAM. No curso, foram estudadas técnicas de localização ótima e de avaliação multicritério para a localização de usos do solo e de atividades, com aulas teóricas e exercícios práticos com SIG. Carga horária: 28 horas.
- Participação, como ouvinte, de quatro sessões do “II Ciclo de Seminarios de Investigación sobre Ciudades del Siglo XXI”, atividade formativa do Programa de Doutorado em Ciências Humanas da UAM (com duração de duas horas cada):

---

<sup>16</sup> Vide Anexo 15: declaração emitida pelo Prof. Dr. Antonio Moreno Jimenez.

<sup>17</sup> Anexo 16: declaração do pesquisador.

<sup>18</sup> Anexo 17: declaração do pesquisador.

<sup>19</sup> Anexo 18: declaração da pesquisadora.

- ✓ *Los nuevos invasores urbanos*: Dr. Diego Barrado Timón (UAM), Dra. María Velasco (UCM), e Sr. Vicente Pérez Quintana (AAVV).
  - ✓ *Transporte y configuración de regiones metropolitanas*: Dr. Antonio Palacios Garcia (UAM), Dr. Manuel Valenzuela (UAM) e Dr. Gustavo Romanillos Arroyo (consultor independiente).
  - ✓ *Las vulnerabilidades socio-urbanas*: Dr. Antonio Moreno Jiménez, Dr. Antonio Palacios Garcia, Dr. Diego Sanchez Gonzalez (UAM), Dra. María Jesús Vidal Domínguez (UAM) y Dr. Pedro Martínez Suárez (UAM).
  - ✓ *Injusticias ambientales urbanas*: Dr. Antonio Moreno Jiménez, Dra. Rosa Cañada Torrecilla (UAM) e Diana Gomez Barroso.
- Participação no *IX Congreso Internacional de Ordenación del Territorio*, realizado na Universidad de Cantabria, de 13 a 15 de março de 2019.<sup>20</sup> Neste evento, foi apresentado o trabalho “Cartografías de las desigualdades socioespaciales urbanas: propuesta teórico-metodológica y su aplicación en el estudio de la Región Metropolitana de Campinas, Brasil” (já mencionado).

### 2.3 Conferências ministradas<sup>21</sup>

- *Análisis socioterritoriales urbanos con Sistemas de Información Geográfica: experiencias desde la realidad brasileña*: ministrada a académicos de dupla graduação em “Geografía y Ordenación del Territorio y Ciencias Ambientales” (4º ano) da UAM, em 26 de março (duração de 1h30min).
- *Cartografía geográfica, usos del territorio y análisis socioespacial urbano: investigaciones desde la realidad brasileña*: ministrada a professores e pesquisadores do Grupo de Pesquisa GEOTEPLAN do Departamento de Geografía da UAM, dia 26 de março (duração de 2 horas).
- *Sistemas de Información Geográfica y Cartografía aplicados al análisis de los usos del territorio y las desigualdades socioespaciales en regiones agrícolas: el caso de la región Oeste de Santa Catarina, Brasil*: apresentada a pesquisadores do Grupo de Pesquisa LISST/Dynamiques Rurales, do Département de Géographie, Aménagement, Environnement da Université Toulouse 2 - Jean Jaurès, em 4 de abril (duração de 2 horas).<sup>22</sup>

<sup>20</sup> Vide, para este item, Anexo 19: certificado de participação.

<sup>21</sup> Vide, para os dois primeiros itens, Anexo 15: declaração expedida pelo Prof. Dr. Antonio Moreno Jimenez.

<sup>22</sup> Vide, para este item, Anexo 18: declaração emitida pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Martine Guibert.

## **ANEXOS**



Vista da área central de Chapecó, o mais importante centro urbano e polo econômico do Oeste Catarinense (foto de 2018).



Vista de uma das agroindústrias de Pinhalzinho, situadas às margens da BR-282. A cidade é uma das que tem apresentado maior crescimento econômico e demográfico nos últimos dez anos, alavancada especialmente pela atividade agroindustrial (foto de 2018).



Vista de uma das principais indústrias de papel e celulose situadas em Caçador. O município se destaca pela concentração de indústrias deste setor, processamento parte importante da madeira plantada na porção oriental da mesorregião Oeste Catarinense, cuja paisagem rural é dominada por florestas de pinus e eucalipto (foto de 2018).



Paisagens do município de Seara, na transição do espaço urbano ao rural (foto de 2019).

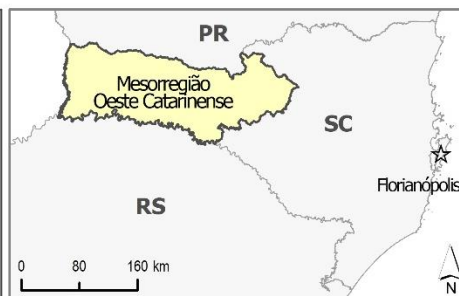
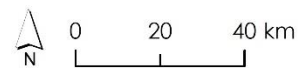


Paisagem periurbana de Saudades. A cidade, “encaixada” às margens do rio que dá nome ao município, tem frequentes episódios de alagamentos, com prejuízos materiais e, por vezes, de vidas humanas (foto de 2018).



Vista de uma vasta área de extração de areia no vale do rio Iguazu, em Porto União.

## LOCALIZAÇÃO DA MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

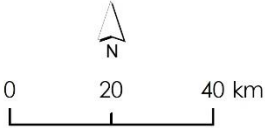
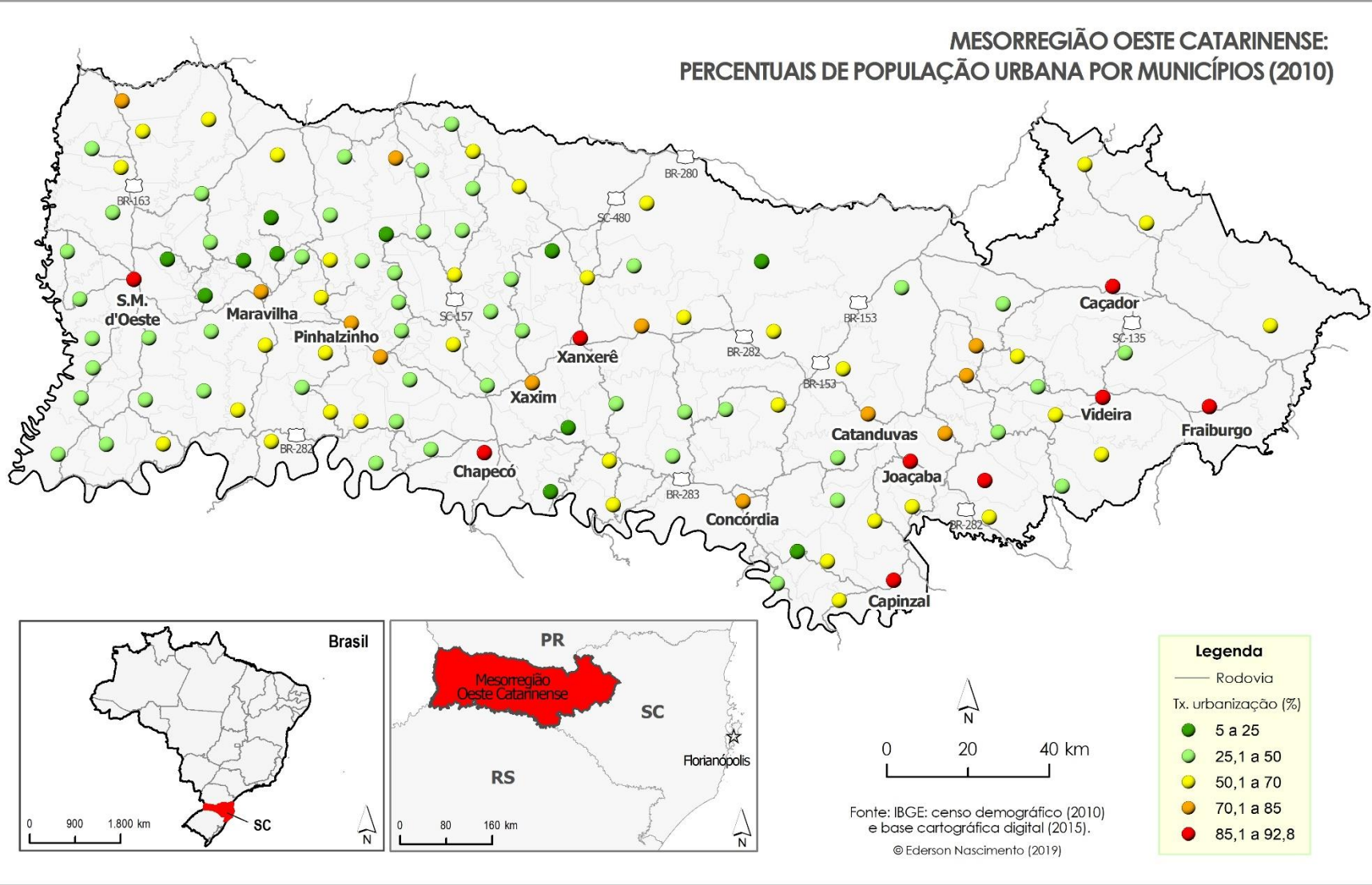


- Legenda
- ⊙ Principais cidades
  - Rodovia
  - ⬭ Limite de microrregião
  - ⬭ Município

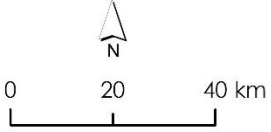
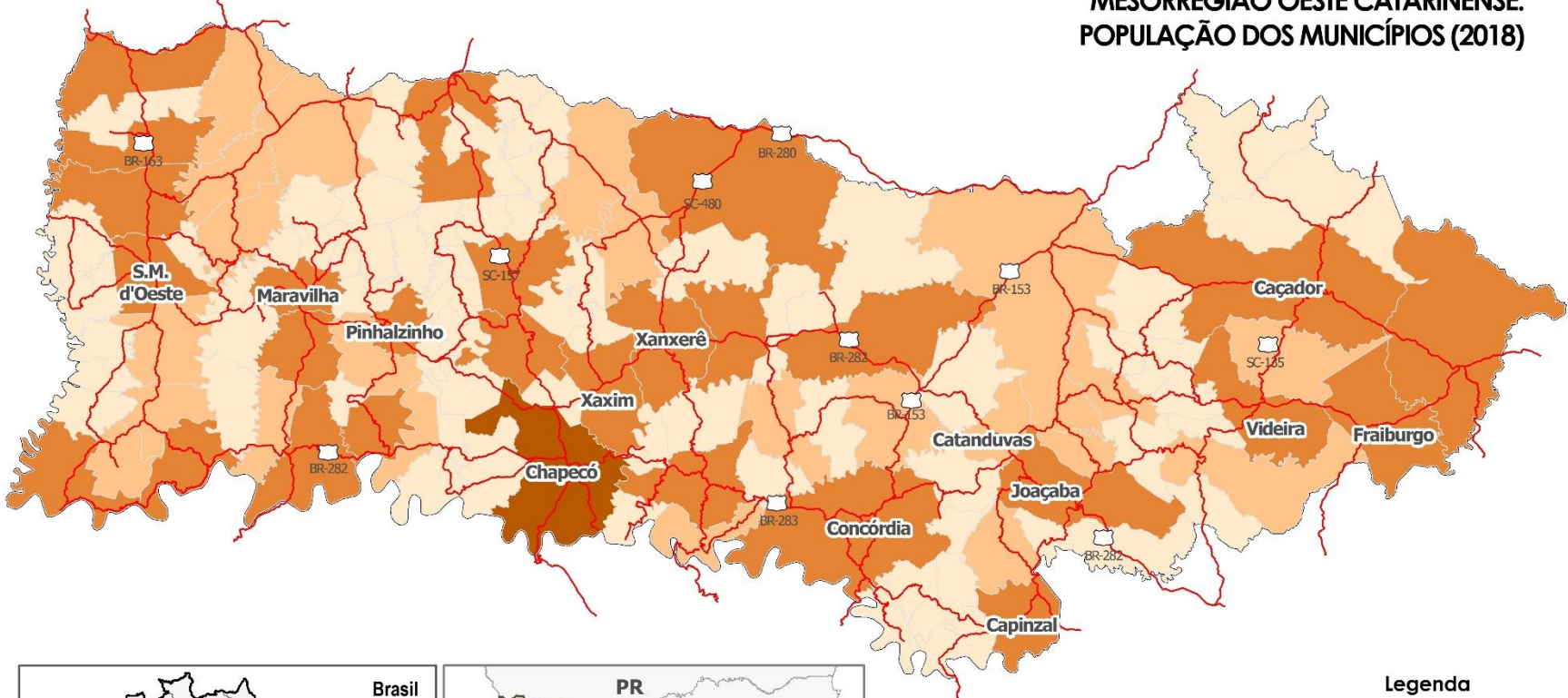
Base cartográfica: IBGE (divisão municipal do Brasil, 2015), DNIT (2014).  
Elaboração: Ederson Nascimento (2018).



## MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE: PERCENTUAIS DE POPULAÇÃO URBANA POR MUNICÍPIOS (2010)



## MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE: POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS (2018)



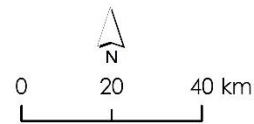
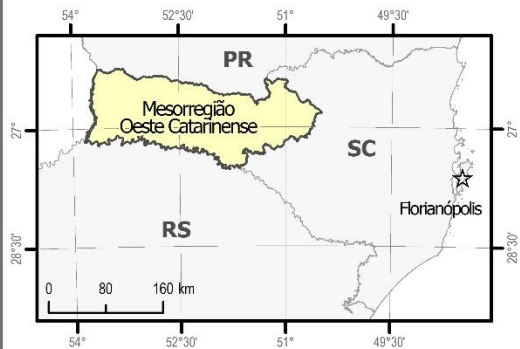
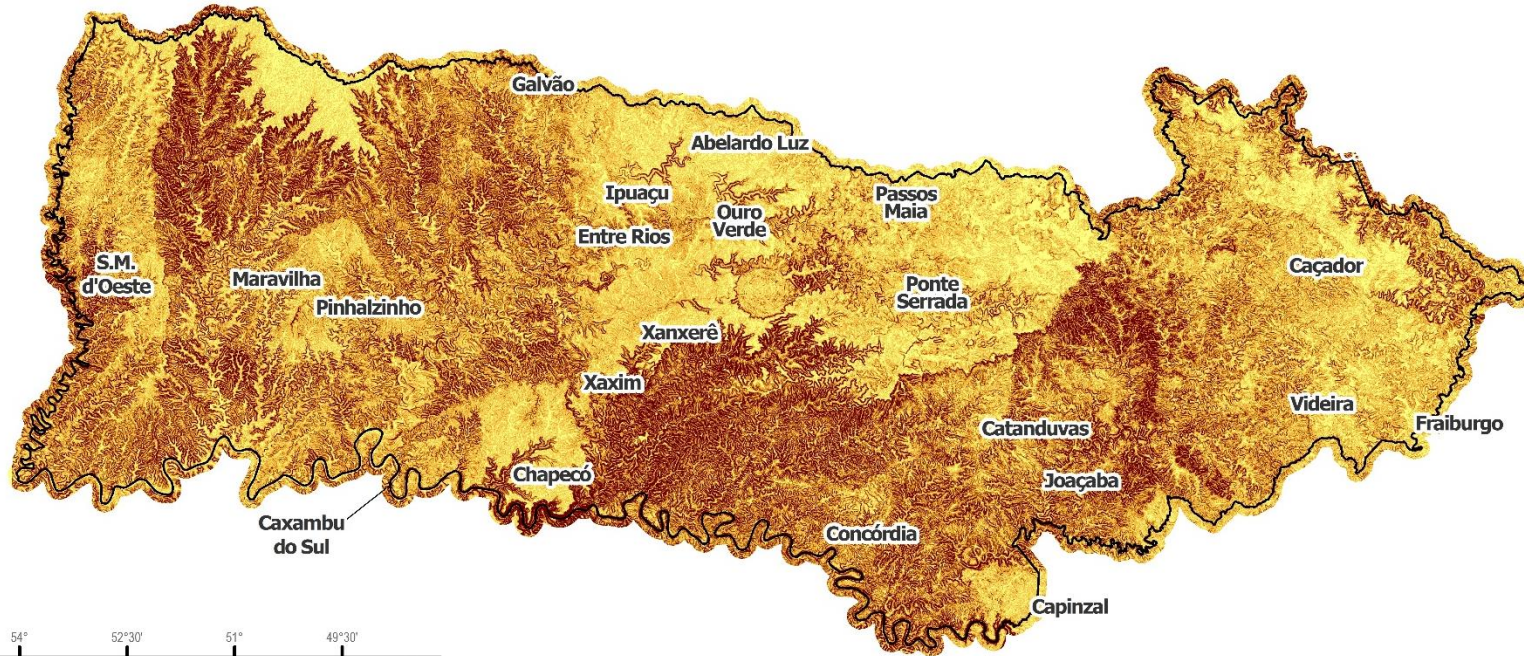
Fonte: IBGE: censo demográfico (2010)  
e base cartográfica digital (2015).

© Ederson Nascimento (2018)

### Legenda

- Rodovia
- Habitantes (mil)
- Até 5 mil
- 5,1 a 10
- 10,1 a 20
- 20,1 a 76,5
- 209,5

## Mesorregião Oeste Catarinense CARTA DE DECLIVIDADES



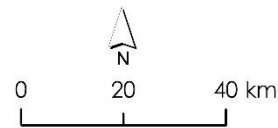
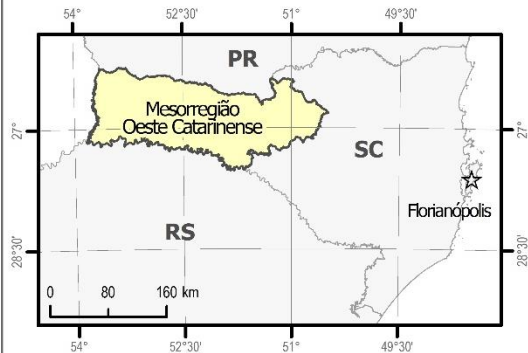
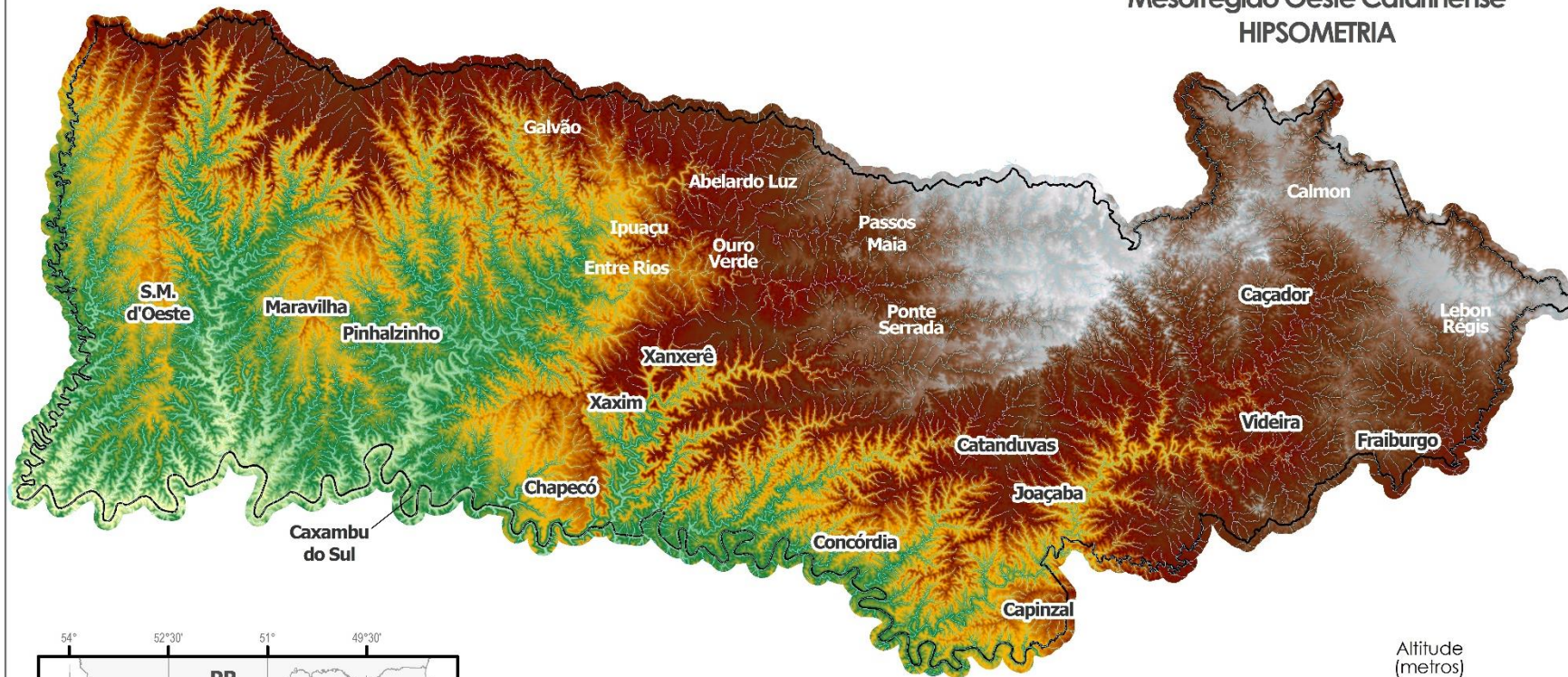
Sistema de Coordenadas Geográficas.  
Datum horizontal: SIRGAS 2000.  
Datum vertical: Imituba, SC



Fonte: EPAGRI/NASA, 2005. Modelo digital de elevação SRTM, resolução espacial de 90 m.  
Cálculo da clinometria realizado pelo autor a partir de dados hipsométricos.

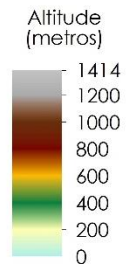
© Ederson Nascimento (2019)

# Mesorregião Oeste Catarinense HIPSOMETRIA



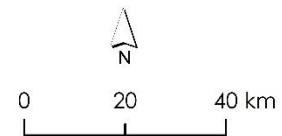
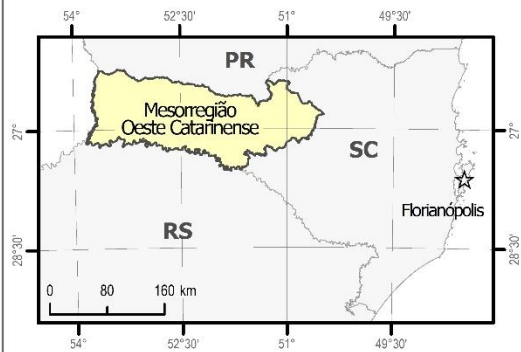
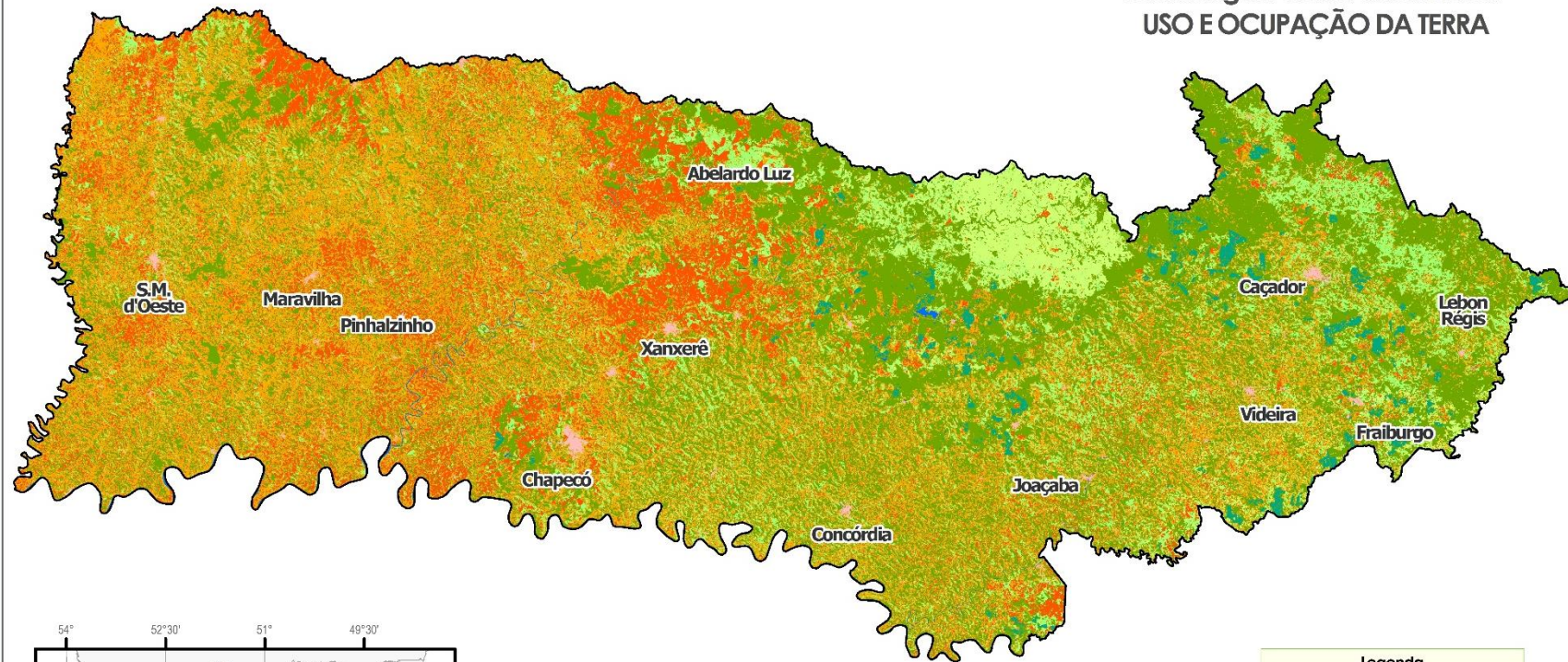
Sistema de Coordenadas Geográficas.  
Datum horizontal: SIRGAS 2000.  
Datum vertical: Imbituba, SC

Fonte: EPAGRI/NASA, 2005. Modelo digital de elevação SRTM, resolução espacial de 90 m.



© Ederson Nascimento (2019)

# Mesorregião Oeste Catarinense USO E OCUPAÇÃO DA TERRA



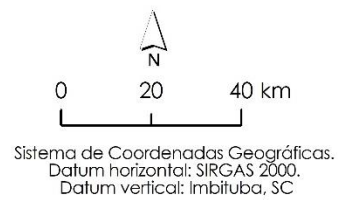
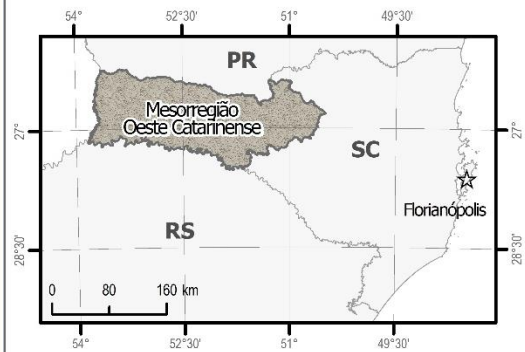
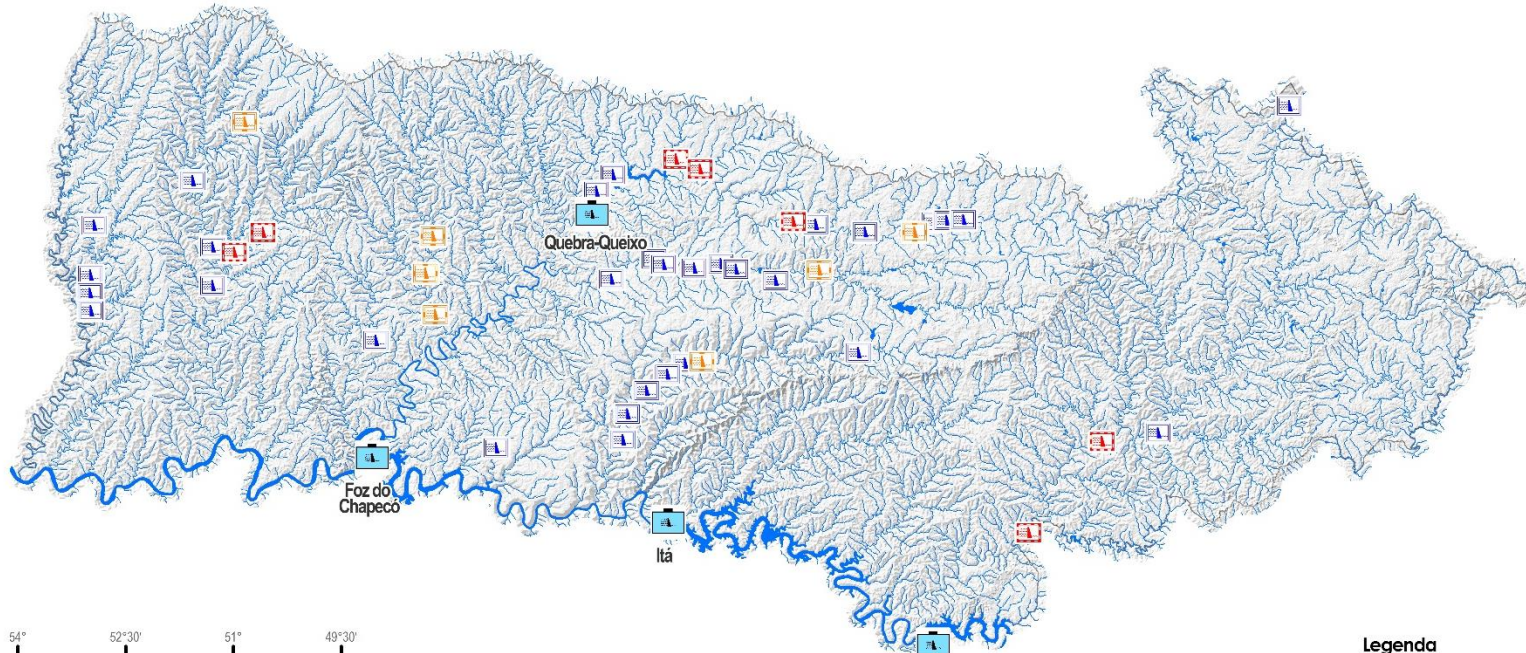
Sistema de Coordenadas Geográficas.  
Datum horizontal: SIRGAS 2000.  
Datum vertical: Imbituba, SC

Fonte: MapBiomas (2017).

Legenda	
	Formação Florestal
	Floresta Plantada
	Formação Campestre
	Pastagem
	Cultura Anual e Perene
	Mosaico Agricultura/Pastagem
	Infraestrutura Urbana
	Outra Área Não Vegetada
	Rio, Lago e Oceano

© Ederson Nascimento (2019)

## Mesorregião Oeste Catarinense USINAS E PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS



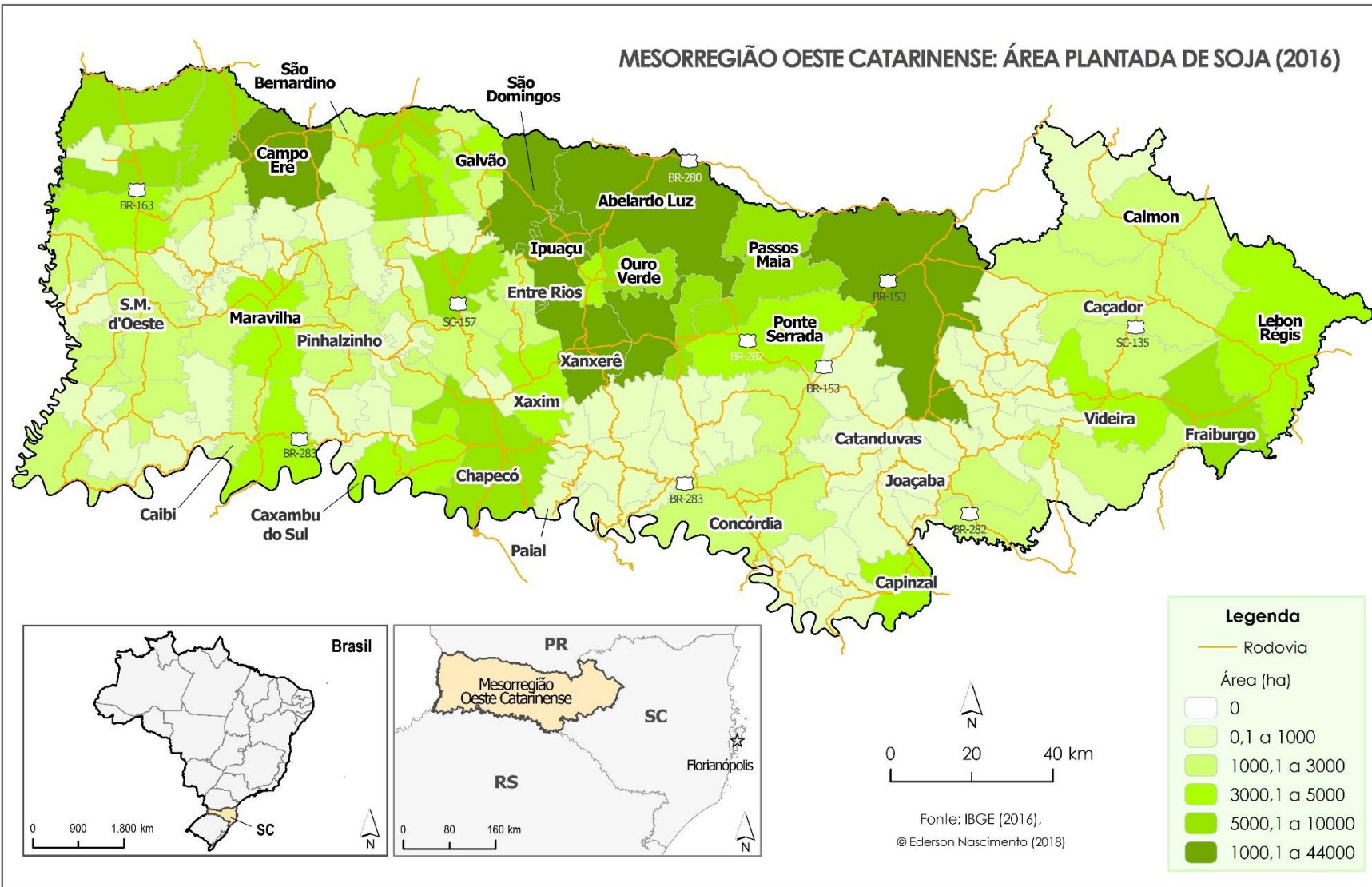
### Legenda

	Usina Hidrelétrica		Curso d'água
	Pequena Central Hidrelétrica		Em operação
			Em construção
			Planejada
			Massa d'água
			Limite da mesorregião

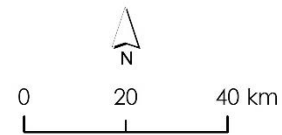
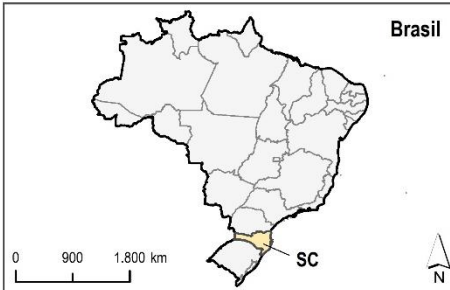
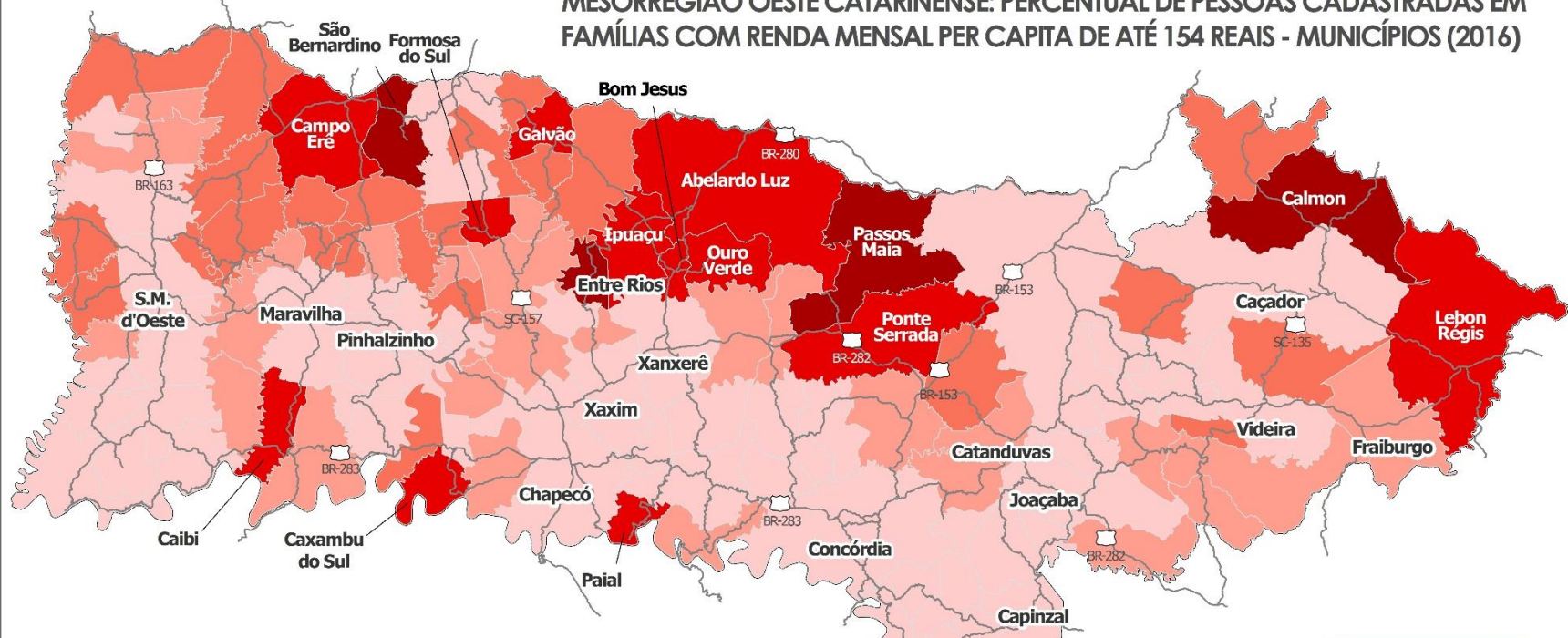
Fontes:  
ANEEL (2019);  
IBGE - base cartográfica nacional (2017);  
EPAGRI/NASA (SRIM/Relevo sombreado, 2005).

© Ederson Nascimento e Andrey Luís Binda (2019)

## MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE: ÁREA PLANTADA DE SOJA (2016)



MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE: PERCENTUAL DE PESSOAS CADASTRADAS EM FAMÍLIAS COM RENDA MENSAL PER CAPITA DE ATÉ 154 REAIS - MUNICÍPIOS (2016)



**Legenda**

— Rodovia

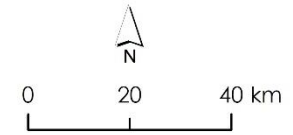
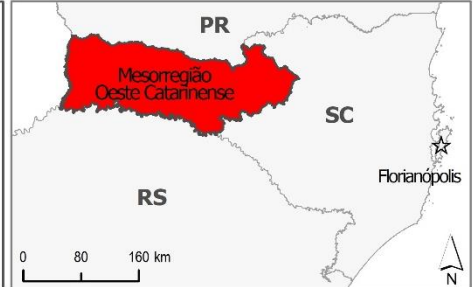
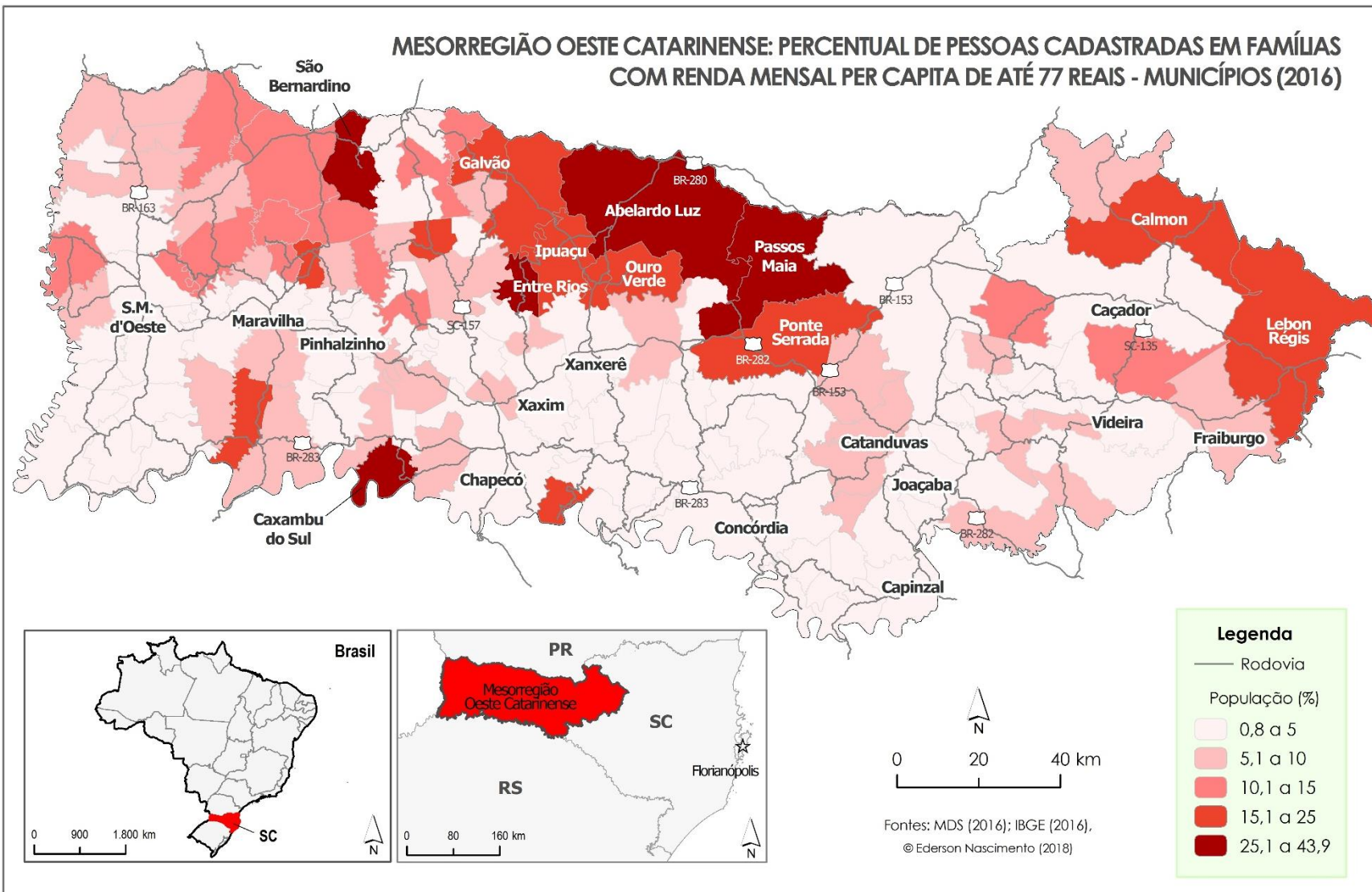
População (%)

- 2,6 a 10
- 10,1 a 15
- 15,1 a 25
- 25,1 a 40
- 40,1 a 58,6

Fontes: MDS (2016); IBGE (2016),  
© Ederson Nascimento (2018)



## MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE: PERCENTUAL DE PESSOAS CADASTRADAS EM FAMÍLIAS COM RENDA MENSAL PER CAPITA DE ATÉ 77 REAIS - MUNICÍPIOS (2016)



**Assunto:** [\*SPAM\*][RPC] Decisão Editorial - Aceito com Correções  
**De:** "Técnica Darli Damian da Silva" <revistapercursos@gmail.com>  
**Data:** 13/05/2019 12:05  
**Para:** "Dr. Ederson Nascimento" <ederson.nascimento@uffs.edu.br>  
**CC:** "Mirian Pegoraro" <mirian.p4@hotmail.com>

[RPC] Decisão Editorial - Aceito com Correções Obrigatórias

Prezados autores,

Cumprimentando-os informamos que o artigo foi aprovado com pequenas correções indicadas pelos pareceristas Ad Hoc. Encaminhamos abaixo, a avaliação e anexo o artigo com anotações. O texto com as alterações deve ser encaminhado por e-mail até o dia 27/05/19. Solicitamos, por gentileza, que confirme o recebimento deste e-mail.

Atenciosamente,

Darli Damian da Silva  
Produção Editorial  
Revista PerCursos - FAED/UDESC  
Revista PerCursos  
<http://revistas.udesc.br/index.php/percursos/index>

— Anexos: —

---

Avaliação artigo 'Espaço e tempo em xaxim...'.doc	1,7MB
Avaliação formulário 'Espaço e Tempo e Xaxim'.docx	13,4KB

## ESPAÇO E TEMPO EM XAXIM (SC): EVOLUÇÃO URBANA E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS<sup>1</sup>

Ederson Nascimento<sup>2</sup>

Mirian Pegoraro<sup>3</sup>

### RESUMO

No contexto da urbanização brasileira, muitas pequenas cidades se constituíram histórica e geograficamente de modo socialmente desigual e contraditório, sendo que na atualidade apresentam elevadas assimetrias em sua organização espacial e nas condições de vida de sua população. O presente artigo enfoca uma destas cidades: Xaxim, em Santa Catarina. Realiza-se uma análise das bases histórico-geográficas da ocupação territorial do município e de seu processo de urbanização, bem como de suas principais desigualdades socioespaciais urbanas. Constata-se um espaço urbano marcado por desigualdades, especialmente entre a área central, o assentamento precário do bairro Santa Terezinha e o conjunto de outras áreas residenciais periféricas, situação que submete a população a condições desiguais para se viver (n)a cidade.

**Palavras-chave:** Espaço urbano. Formação histórico-geográfica. Desigualdades socioespaciais. Áreas residenciais. Condições de vida.

### Space and time in Xaxim (the State of Santa Catarina, Brazil): urban evolution and socio-spatial inequalities

### ABSTRACT

In the context of Brazilian urbanization, many small cities were historically and geographically constituted in a socially unequal and contradictory way, so that, at present, they have high asymmetries in their spatial organization and in the living conditions of their population. This article focuses on one of these cities: Xaxim, in the State of Santa Catarina (Brazil). An analysis of the historical and geographical fundamentals of territorial occupation of the city and its urbanization process has been undertaken, as well as its main urban socio-spatial inequalities. An urban space marked by inequalities has been verified, notably between the central area, the precarious settlement of the Santa Terezinha neighborhood, and the group of other peripheral residential areas, situation that subjects the population to unequal conditions to live (in) the city.

**Keywords:** Urban space. Historical-geographical formation. Social inequalities. Residential areas. Life conditions.

---

<sup>1</sup> Os estudos que embasaram a elaboração do presente artigo contaram com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (FAPESC), por meio do edital de apoio a projetos de pesquisa (Edital nº7/2015).

<sup>2</sup> Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Professor na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, campus de Chapecó, SC. Contato: [ederson.nascimento@uffs.edu.br](mailto:ederson.nascimento@uffs.edu.br).

<sup>3</sup> Licenciada em Geografia pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Servidora pública na Prefeitura Municipal de Xaxim, SC. Contato: [mirian.p4@hotmail.com](mailto:mirian.p4@hotmail.com).

## INTRODUÇÃO

A noção de desigualdade socioespacial se refere à indissociabilidade entre sociedade e espaço na produção de diferenças, rupturas, assimetrias e hierarquias sociais e espaciais, em um movimento único. Envolve a produção socialmente desigual do espaço – sua apropriação, uso e transformação –, cujo movimento ao longo do tempo tende, dialeticamente, a diferenciar e hierarquizar ainda mais o espaço e a própria sociedade (RODRIGUES, 2007). Assim, “A desigualdade socioespacial”, no dizer de Matos (2010, p. 30), resulta “da interação complexa do social e do espacial”.

Dada a natureza socialmente excludente do processo de urbanização levado a cabo no país (SANTOS, 1993; SANTOS; SILVEIRA, 2001; MARICATO, 2015), as cidades então entre os “níveis” ou “recortes” espaciais do território nacional onde as desigualdades socioespaciais são mais claramente visíveis e apresentam graus de intensidade elevados. O espaço da cidade se caracteriza, entre outros aspectos, por ser desigual e fragmentado em termos sociais e funcionais, o que dá origem a um mosaico irregular com áreas de diferentes tamanhos, formas e conteúdos, assim criadas por distintos processos espaciais e agentes sociais (CORRÊA, 1997).

No contexto brasileiro, dentre as principais instâncias produtoras e mediadoras das desigualdades socioespaciais urbanas, pode-se mencionar os agentes econômicos privados produtores de espaço (proprietários de terras, incorporadores e empreendedores em geral), o poder público, a dinâmica demográfica no contexto do êxodo rural, da (re)distribuição geográfica da população entre cidades e sua distribuição diferencial no espaço em função da valorização da terra urbana e da ação dos demais agentes, e, finalmente, a materialidade urbana já consolidada, que influi nas possibilidades de uso da terra e em seus preços no mercado imobiliário. Assim, como bem afirma Rodrigues (2007, p. 74),

A desigualdade socioespacial exprime formas e conteúdos da apropriação e da propriedade, da mercadoria terra e das edificações, da cidade mercadoria, da exploração e da espoliação da força de trabalho, da acumulação desigual no espaço, da presença e da, aparentemente paradoxal, ausência do Estado capitalista no urbano.

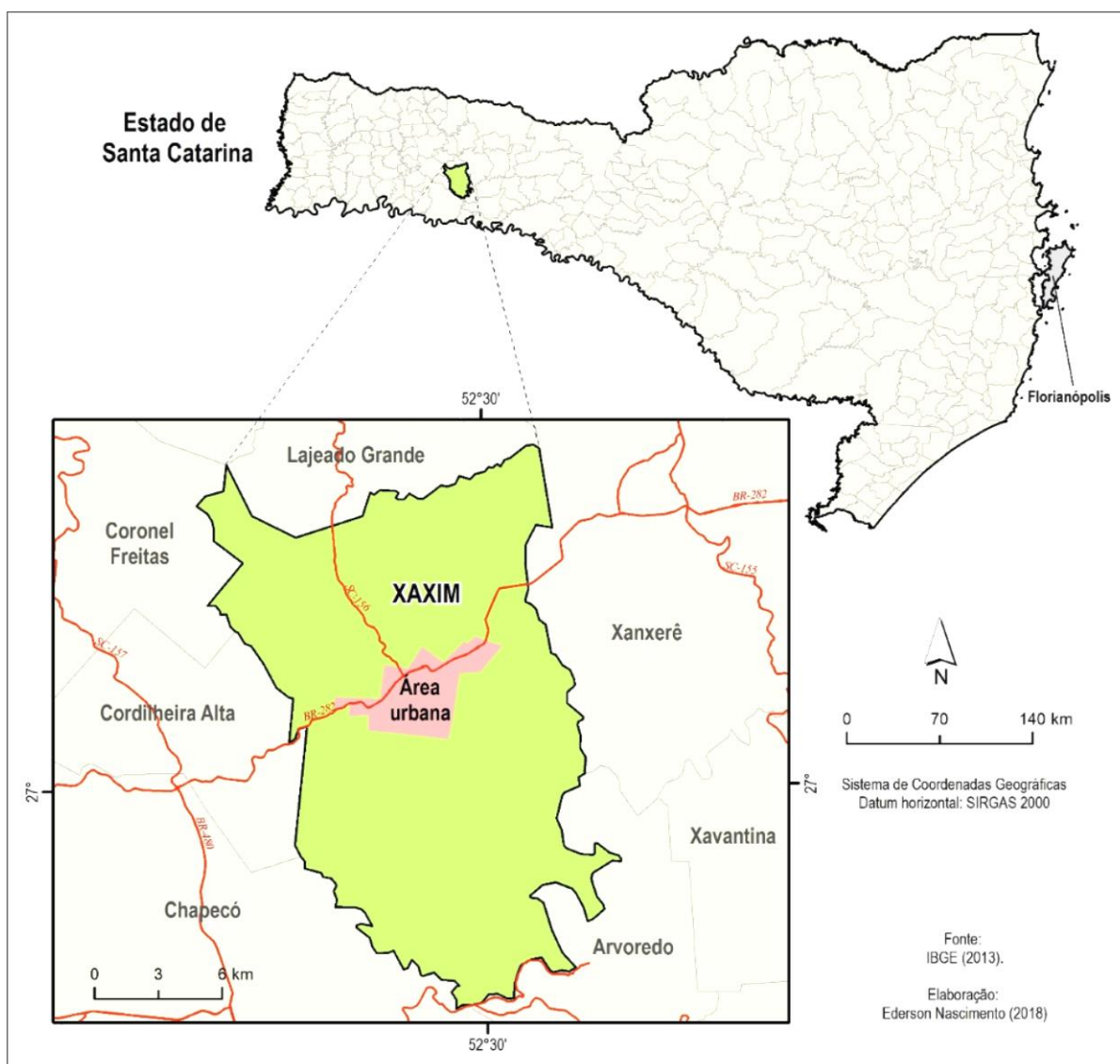
Embora, em geral, as desigualdades socioespaciais alcancem maior magnitude nas grandes e médias aglomerações urbanas, em muitas pequenas cidades elas também estão presentes, refletindo (e acirrando) as disparidades de condições de vida de sua população. Apesar disso, esta dimensão da história e da geografia destas cidades tem sido objeto de poucas pesquisas<sup>4</sup>, ficando, em vários casos, praticamente desconhecidas. A cidade de Xaxim, área de estudo do presente estudo, é um exemplo disso.

Localizado no Oeste de Santa Catarina (Figura 1), o município de Xaxim possui, segundo o IBGE, uma população estimada de 28,4 mil habitantes, com aproximadamente 81,5% residindo na área urbana. Com uma economia baseada na agroindústria e no comércio, o município detém, para 2010 (ano do último levantamento), um índice de desenvolvimento humano considerado elevado, de 0,752 (com indicadores de 0,737 para renda, 0,662 para educação e 0,871 para longevidade), o qual confere-lhe a 95ª posição dentre os 293 municípios catarinense, e a 508ª posição no contexto nacional (PNUD, 2013). Entretanto, este indicador médio considerado adequado oculta, internamente ao território municipal e principalmente no espaço urbano, as marcantes disparidades existentes entre as características das áreas residenciais e das condições de vida da população.

---

<sup>4</sup> No caso específico da pesquisa geográfica brasileira, Sposito e Silva (2013, p. 20) salientam que, de modo geral, “o estudo das cidades pequenas não tem sido um dos temas prioritários na produção do conhecimento sobre a cidade [...] as pesquisas tendem a se direcionar para a avaliação das grandes cidades e, mais recentemente, às cidades médias”. Ainda segundo esses autores, só a partir do início do século XXI, o quadro de estudos sobre as cidades pequenas passa a ganhar maior representatividade numérica, impulsionado pelo crescimento dos programas de pós-graduação em Geografia em cidades distantes das metrópoles e com características diferenciadas daquelas encontradas nos grandes centros urbanos.

Figura 1: Localização do município de Xaxim no Estado de Santa Catarina.



Neste contexto, o presente estudo apresenta uma análise da formação histórico-geográfica da cidade de Xaxim e suas principais desigualdades socioespaciais na contemporaneidade. Para tanto, elaborou-se o levantamento bibliográfico, de material fotográfico e documental, e de dados sociodemográficos e econômicos, bem como a produção de mapas temáticos, realização de visitas a campo para observações *in loco*, além de entrevistas com moradores e integrantes da administração pública. Espera-se, com este trabalho, fornecer uma primeira contribuição a fim de ajudar a preencher a referida lacuna existente no conhecimento histórico-geográfico da cidade.

## FORMAÇÃO TERRITORIAL DA CIDADE DE XAXIM

Ocupada durante séculos originalmente por populações indígenas, o atual município de Xaxim teve seu povoamento iniciado no âmbito da economia tropeira. O chamado Pouso de Xaxim surge justamente como ponto de parada e pernoite de tropeiros que vinham dos campos de Palmas em direção a Nonoai e Passo Fundo (OLIVEIRA, 1992). No entanto, a efetiva ocupação econômica do território e a aceleração do povoamento deu-se a partir da colonização empresarial empreendida no Oeste catarinense a partir da década de 1920.

Este processo de colonização foi realizado por companhias colonizadoras privadas, as quais recebiam terras devolutas do Governo do Estado de Santa Catarina. Em troca, essas empresas estabeleciam as bases para a ocupação econômica do espaço, dividindo as glebas em pequenos lotes e comercializando-os, abrindo estradas e fixando as primeiras vilas e núcleos urbanos (PIAZZA, 1994). O modelo de colonização implantado fomentou uma configuração fundiária baseada na pequena propriedade rural e uma estrutura econômica baseada inicialmente na exportação de erva-mate e de madeira, além da produção de gêneros alimentícios voltados à subsistência (PERTILE, 2008). Esse mesmo modelo, porém, processou-se por meio de tensões e conflitos e sociais ao não considerar as populações já presentes na região (posseiros e indígenas), dando origem a um contingente de população expropriada (RENK, 1997) que passa a evoluir praticamente em paralelo à ocupação econômica do território regional.

Nas terras do atual município de Xaxim e suas proximidades, o processo de colonização se iniciou com a Companhia Colonizadora Bertaso Maia & Cia, que, após o final da Guerra do Contestado, recebeu do Governo Estadual a concessão de uma área de terras com 288,2 km<sup>2</sup>, em troca da construção da estrada ligando as vilas Passo Goio-En a Passo dos Índios. A referida área, que ficou conhecida como Fazenda Rodeio Bonito, foi colonizada em cerca de mil lotes, que foram vendidos em 1920 para outra empresa colonizadora, a Companhia Irmãos Lunardi (PIAZZA, 1994). Esta empresa viria a ser a responsável pela colonização do território em Xaxim.

Após a compra das mil colônias, teve início o processo de atração de moradores para esta região, principalmente do Rio Grande do Sul. Alguns colonos vinham e ficavam, outros, diante das dificuldades encontradas (sobretudo a inexistência de estradas e

estabelecimentos comerciais), não achavam o local atrativo e retornavam ao lugar de onde vieram. No momento da colonização, a principal atividade econômica era a agricultura, notadamente o cultivo de milho e trigo. Com o passar do tempo, a empresa colonizadora viu a necessidade de estabelecer um moinho para o beneficiamento dessas culturas (especialmente a fabricação de farinha), em substituição aos monjolos usados pelos caboclos. Em 1920, foi instalado o primeiro moinho, de propriedade de Antônio Stieven e Silvio Lunardi, o qual, conforme Chitolina (2015, p. 150), “funcionava a energia hidráulica, gerada por uma queda d’água que havia no local”.

Em 7 de janeiro de 1921, o passo de Xaxim ou Pouso de Xaxim foi elevado à categoria de distrito de Paz de Hercílio Luz, que pertencia ao município de Chapecó. Nessa época, as casas existentes no distrito tinham característica de serem de madeira falquejada, de um ou dois andares, cobertas com pequenas tábuas (CHITOLINA, 2015). Foi por volta do ano de 1926 que se inicia a atividade comercial, quando foi fundada a primeira casa comercial de Sílvio e Ambrosina Lunardi, que compravam produtos agrícolas e realizavam a venda de secos e molhados. Além dos moinhos e da atividade comercial, os colonizadores desenvolveram a atividade extrativa da erva-mate, atividade esta já realizada outrora por caboclos (OLIVEIRA, 1992).

Elevado à categoria de distrito no ano de 1929, Xaxim ganhou destaque na extração de madeira, que entre 1930 a 1950 teve grande importância para a economia local. A vasta disponibilidade de mata nativa foi um dos fatores que colaborou para a implantação de pequenas indústrias extrativas de madeira no distrito. De acordo com Chitolina (2015, p. 141):

[...] somente no território colonizado pela família Lunardi surgiram dezenas de pequenas indústrias extrativas de madeiras. A atividade cresceu tanto que se tornou um dos principais setores econômicos do distrito. Dezenas de pequenas indústrias, com equipes de trabalho bem estruturadas, faziam desde a derrubada dos pinheiros e o arrasto das toras até o trabalho aprimorado dos serradores.

Devido à inexistência de estradas, o escoamento da madeira cortada era feito pelo rio Uruguai em balsas, até a Argentina, onde era comercializada. As toras e tábuas seguiam até o Goio-En por caravanas de carroções de mulas ou de bois, em meio aos precários caminhos abertos no meio da mata (BELLANI, 2014). A condição limitante imposta pela falta de estradas “[...] fez com que Luiz Lunardi no ano de 1929 solicitasse a Adolfo Konder,



que era governador [do Estado], a implantação da estrada entre Xaxim e Joaçaba” (CHITOLINA, 2015, p. 114). A estrada, porém, foi construída só no ano de 1937, a qual viria a constituir, quatro décadas mais tarde, um trecho da BR-282, que contribuiu para o desenvolvimento econômico da região.

No início dos anos 1940, um núcleo urbano inicial começa a se formar com a criação de estabelecimentos comerciais e de serviços junto ao aglomerado de casas. Em 1942, há o registro da existência de cinco estabelecimentos comerciais de gêneros alimentícios, quatro serrarias a vapor para exploração de madeira, uma selaria, uma ferraria, uma alfaiataria e casa de pasto, um bar, duas fábricas de bebidas, uma farmácia, um hotel, uma sapataria e um frigorífico de suínos e derivados. Destaca-se, nesta mesma época, o Frigorífico Diadema, criado em 1939, que realizava o abate de suínos. Segundo Oliveira (1992, p. 124), “o frigorífico Diadema produzia banha, salame, fiambre que levavam as marcas “Lunardi e Regência”, vendidos para o mercado catarinense e diversos outros países.” O transporte inicial dos produtos industrializados era realizado “por caminhões até o porto de São Francisco e lá embarcados em navios para São Paulo e Rio de Janeiro, ou eram levados de caminhão até a antiga Cruzeiro, hoje Joaçaba, com destino a São Paulo”. (OLIVEIRA, 1992, p. 124).

O frigorífico Diadema deu um grande impulso à economia local, o que contribuiu para a atração de um número maior de migrantes na década de 1940, contribuindo para o crescimento da vila (Figura 2).

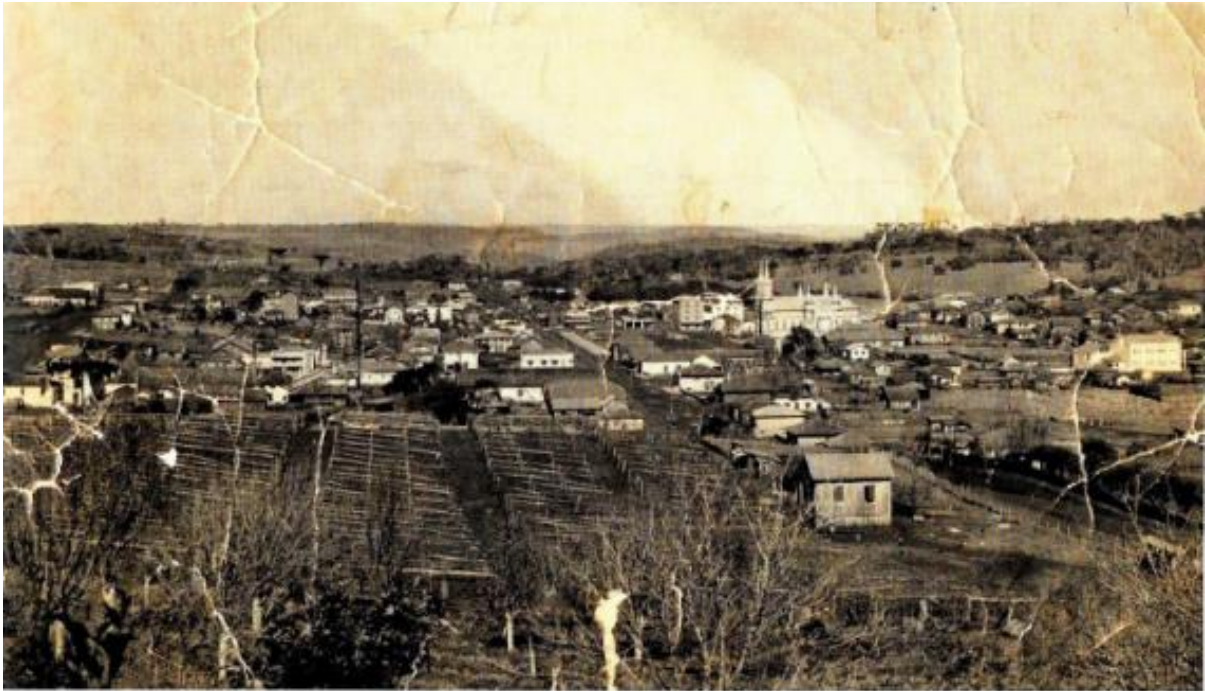
No decênio seguinte, já se percebe um maior desenvolvimento do distrito de Xaxim. Diversos estabelecimentos industriais e comerciais instalados, as ruas, mesmo sendo de terra, já possibilitam maior deslocamento. Segundo Chitolina (2015, p. 159), “A produção industrial no ano de 1950 estava voltada principalmente na produção de banha, carne, salame, mortadela, linguiças e salsichas não enlatadas.” Além do frigorífico, o distrito contava na época com serrarias, indústria ervateira, olaria e mecânica.

Com o desenvolvimento do distrito, crescia o movimento para a emancipação político-administrativa em relação a Chapecó, o que acabou ocorrendo em dezembro de 1953. O novo município de Xaxim, anos depois, também perderia território, com a criação dos municípios de Galvão e São Domingos, em 1963<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Posteriormente, outras duas emancipações municipais ocorreram a partir do território de Xaxim: Marema (1989) e Lajeado Grande (1993).

Figura 2: Vista do núcleo urbano de Xaxim, sentido sul-norte, em 1950: ao centro, é possível identificar a Igreja Matriz e a praça central.



Fonte: Chitolina (2016, p. 39).

Nos anos 1960, grande parte dos ganhos da economia xaxiense provinha da agricultura, principalmente dos cultivos de feijão, trigo, milho e da criação de suínos. Até o ano de 1963, o frigorífico Diadema esteve em funcionamento e em plena expansão, quando então foi vendido para a S/A Indústria e Comércio SAIC, de Chapecó. Com o passar dos anos, a unidade foi ampliada, aumentando o abate de suínos, o que proporcionou o crescimento do número de empregos diretos e indiretos, gerando efeitos multiplicadores sobre outros setores da economia local. No ano de 1976 a Chapecó Alimentos iniciou suas atividades na cidade, no ramo da avicultura, ocasionando novo impulso ao setor agroindustrial local.

Em tal contexto, a dinâmica populacional no município também passa a sofrer importantes alterações com o avanço da urbanização. Os dados reunidos na Tabela 1 mostram que em 1960, antes, portanto, das emancipações municipais, a população total de Xaxim era de 20,6 mil habitantes, com 90,4% dela residindo nas áreas urbanas da sede e demais distritos. Em 1970, após as emancipações, a população total apresenta pequeno recuo (20 mil), voltando a crescer ao longo do decênio e atingindo 24,5 mil em 1980. Os censos demográficos seguintes mostram certa estabilidade deste número: 21,3 mil em 1991,

22,9 mil em 2000, e 25,7 mil em 2010. Entretanto, ocorre um rearranjo da população no território a partir da década de 1960, com um esvaziamento do campo e concomitante aumento da população residente no espaço urbano – tanto em termos percentuais, como em números absolutos (Tabela 1).

Tabela 1: Evolução da população no município de Xaxim (1950-2010)

Ano	População urbana	%	População rural	%	Total
1950	1.329	9,8	12.181	90,2	13.510
1960	1.990	9,6	18.646	90,4	20.636
1970	4.271	21,3	15.804	78,7	20.075
1980	6.868	28,0	17.636	72,0	24.504
1991	10.501	49,3	10.797	50,7	21.298
2000	16.058	70,3	6.799	29,7	22.857
2010	20.967	81,5	4.746	18,5	25.713

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1950-2010).  
Organizado pelos autores.

Esta dinâmica territorial da população é explicada sobretudo por dois fatores: o êxodo da população rural, desencadeado pela crescente modernização da produção agropecuária regional, inviabilizando a permanência, no espaço, rural, de pequenos produtores rurais e/ou seus descendentes, bem como de trabalhadores que não dispõem de terras (ALVES, MATTEI, 2006; ALBA, 2013), e; o crescimento das atividades econômicas no espaço urbano, que passa a representar, aos olhos dos migrantes, maiores oportunidades de emprego e renda e melhor qualidade de vida.

A partir da década de 1980, a cidade passa a crescer mais rapidamente, a partir da canalização do rio Xaxim na zona central, o que propiciou a valorização desta área e a construção de prédios para usos comerciais e residenciais de modo conjugado. São implantados também novos loteamentos, contribuindo para a expansão horizontal urbana.

A comparação entre as imagens aéreas de 1978 e 2017, exibidas a seguir, nos permite ter noção do crescimento do tecido urbano e suas principais alterações. Observa-se que em 1978, além de a área urbanizada ser bem menor (aproximadamente 2,93 km<sup>2</sup>)<sup>6</sup>, a ocupação do solo mostrava-se bastante discrepante, com maiores densidades na área

<sup>6</sup> O cálculo da extensão do tecido urbano foi realizado por nós empregando a técnica analítica de cálculo de área, utilizando o software de geoprocessamento ArcGIS®.

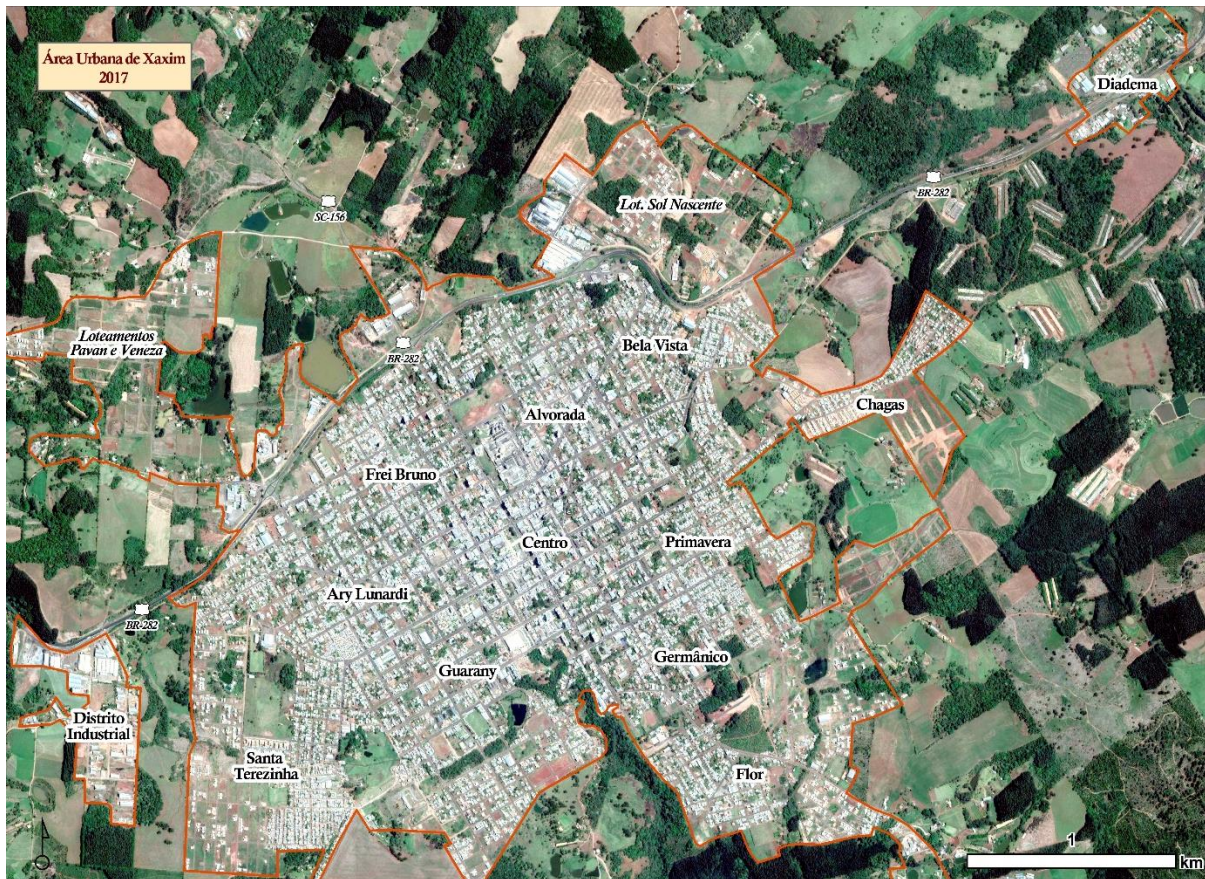
zona central e elevada rarefação nas áreas periféricas (Figura 3). Por sua vez, nas décadas que se seguiram, o tecido urbano xaxiense se expandiu (9,54 km<sup>2</sup> em 2017), inclusive ultrapassando o limite norte da rodovia BR-282, além de aumentar as densidades de ocupação (Figura 4).

Figura 3: Vista da área urbanizada de Xaxim (delimitada em laranja), em fotografia aérea de 1978.



Fonte da fotografia: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável de Santa Catarina - SDS/SC.  
Edição cartográfica: Ederson Nascimento (2018).

Figura 4: Vista da área urbanizada de Xaxim (delimitada em laranja), em imagem de satélite de 2017.



Fonte da imagem: Google Earth.  
Edição cartográfica: Ederson Nascimento (2018).

Ademais, as características socioespaciais das áreas residências passaram a se diferenciar crescentemente, com o surgimento de loteamentos precários em infraestrutura e serviços, afastados da área central. Há registro de problemas com sub-habitações irregulares em Xaxim já no fim da década de 1970. De acordo com informações de Scherer, Fujita e Rigon (2012), e de relatos de moradores da cidade, naquele momento haviam famílias instaladas de modo irregular em um terreno da prefeitura municipal nas proximidades da rodoviária, e também na faixa de domínio da BR-282. Eram pessoas que trabalhavam principalmente no corte de erva-mate, conhecidos como boias-frias, trabalhavam por dia e a remuneração era realizada por dia trabalhado. Essa população era principalmente de origem cabocla, trabalhadores expropriados do campo que, aos olhos da elite agroindustrial, não serviam para o trabalho nos frigoríficos (por isso, a

agroindústria priorizava migrantes de origem ítalo-alemã), de modo que precisavam se submeter ao árduo trabalho braçal no campo e com baixíssima remuneração<sup>7</sup>.

A municipalidade realocou a população para um outro loteamento, situado a sudoeste e afastado da malha urbana (Cf. Figura 4), onde atualmente é o bairro Santa Terezinha. A prefeitura construiu as casas e forneceu escrituras dos imóveis, porém o loteamento já nasceu com condições de habitabilidade precárias:

O loteamento em questão foi projetado em áreas de domínio público, com a implantação de infraestrutura mínima, como abertura de ruas, demarcação de lotes para habitação de interesse social unifamiliar e execução de casas em madeira de 24,00 m<sup>2</sup> sem módulo sanitário, com energia elétrica e água chegando à entrada do lote (SCHERER; FUJITA; RIGON, 2012, p. 6).

O bairro cresceu anos depois, com a incorporação de cem casas de alvenaria, de aproximadamente 40 m<sup>2</sup> cada, financiadas pela antiga COHAB, e se densificou ainda mais com a ampliação das construções já existentes e a criação de novas casas (a maioria delas precárias) anexas àquelas. Entretanto, a dotação de infraestrutura e de serviços não acompanhou esse crescimento, ficando muito aquém das necessidades da população. Assim, ao longo do tempo, essa área residencial acabou se consolidando – como veremos na seção seguinte – como o principal locus de exclusão social (COSTA, 1998) da cidade, com elevada precariedade em infraestrutura e serviços e com grande carência socioeconômica de sua população. Estes eventos demarcam, pois, uma das raízes da segregação socioespacial na cidade de Xaxim, vinculada à exclusão social acometida sobre esta população, resultado da sobreposição de carências socioeconômicas e subjugações psicossociais.

A partir da década de 1990, não obstante a recessão que atingia praticamente todo o Brasil, Xaxim recebeu outras importantes empresas, como a Isofer Isolamentos e Funilarias, Benova Alimentos Ltda., e Tronic Materiais Esportivos. Houve a criação de novos loteamentos e maior incremento populacional na área urbana (Cf. Tabela 1). Porém, uma grave crise econômica é desencadeada no final do decênio devido ao declínio da principal

---

<sup>7</sup> Informação fornecida pelo Sr. Ledinho Curtarelli, 69 anos, vereador do município de Xaxim e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xaxim e Lajeado Grande, em entrevista realizada em 10/10/2017.

empresa instalada no município, a Chapecó Alimentos. De acordo com Skrzypczak (2013, p. 56):

Em meio a sucessivas crises e má administração, no ano de 1998 o Grupo Chapecó foi adquirido pelo Grupo Macri da Argentina [...]. Após a aquisição a empresa momentaneamente se equilibrou, porém o próprio grupo argentino, em crise também não conseguiu administrar a situação que desencadeou uma nova crise na empresa Chapecó Alimentos devido ao endividamento e a falta de capital de giro.

A empresa encerrou suas atividades em 2003, após entrar em concordata, acarretando a demissão de aproximadamente 4,6 mil funcionários e causando forte impacto negativo sobre a economia local. Em entrevista a um portal de notícias da cidade, um ex-funcionário da Chapecó Alimentos descreve o cenário de estagnação visível na cidade:

A Chapecó ficou parada oito meses na cidade, parecia um deserto isso aqui. Sinceramente, você ia à cidade e dava uma tristeza, porque todo o comércio estava parado [...]. O que ia ter? Empresas pequenas que vendiam algumas coisas, mas o restante da cidade era um deserto. [...] Teve muitas pessoas que se obrigaram a ir embora, mas outros ficaram no município.<sup>8</sup>

Em dezembro de 2003, a empresa Diplomata, de Cascavel (PR), arrendou o frigorífico e reiniciou suas atividades, com abate de frangos, fabricação de rações e produção de matrizes, empregando cerca de quatro mil trabalhadores, além de mil produtores integrados (SKRZYPCZAK, 2013).

A economia do município teve um novo impulso na sequência dos anos 2000, devido à ascensão da referida empresa e a outros investimentos, como a criação, pela municipalidade, do Distrito Industrial Lunardi, às margens da BR-282, a instalação de outras importantes indústrias, e a implantação do campus da Faculdade Celer. “Os setores de comércio e serviços obtiveram um crescimento significativo [...] tornando o município mais atrativo a profissionais liberais, em especial na área da saúde” (SCHERER; FUJITA; RIGON, 2012, p. 5).

As populações urbana e total cresceram – respectivamente, de 16,1 mil e 22,6 mil em 2000, para 21 mil e 25,7 mil em 2010 (Cf. Tabela 1), impulsionadas principalmente pelo saldo

---

<sup>8</sup> Declaração do Sr. Valdemar Mendo, 71 anos, ex-funcionário da unidade da Chapecó Alimentos de Xaxim, em entrevista ao portal Lê Notícias (2017).

migratório positivo<sup>9</sup>. Na área urbana, novos loteamentos são aprovados, nos bairros Bela Vista, Chagas, Guarany, Primavera, Flor, Santa Terezinha e em áreas ao norte da BR-282, fora da delimitação formal de bairros da cidade (loteamentos Sol Nascente, Pavan e Veneza) (vide Figura 4).

De 2011 em diante, Xaxim intercalou períodos de estabilidade e de recessão econômica. O frigorífico Diplomata, que ainda ocupava papel de destaque na economia local, entrou em crise e fechou as portas em 2012, deixando um enorme volume de dívidas junto a ex-funcionários, avicultores, transportadoras, além de outros credores. O impacto negativo sobre o emprego e a renda foram em parte contrabalançados com a assumpção de atividades do referido frigorífico pela Aurora Alimentos<sup>10</sup>, bem como por outros negócios, como a ampliação da Cooperativa Agroindustrial Alfa, e o crescimento do setor da construção civil impulsionado pela ampliação de linhas de financiamento imobiliário. Os dados mais recentes sobre emprego e renda, de 2016, apontam uma taxa de ocupação de 37,6 % em relação à população total (que naquele ano era de 27,9 mil habitantes), sendo que o salário médio mensal era de 2,2 salários mínimos. No entanto, se considerarmos a população com baixa renda (com rendimento mensal per capital de até meio salário mínimo), veremos que seu percentual é elevado neste mesmo ano (15,8%), mas inferior ao de 2010 (24,8%) (IBGE, 2010; BRASIL, 2016).

A infraestrutura urbana apresenta carências. A taxa de urbanização de vias públicas medida pelo IBGE, de 19,3%, é uma das mais baixas de Santa Catarina, e o índice de esgotamento sanitário adequado atingia apenas 49,4% da população (IBGE, 2010)<sup>11</sup>. Estes índices apresentam discrepâncias no território municipal, sendo que no espaço urbano há

---

<sup>9</sup> De acordo com dados do IBGE, em 2010, 1.900 dos 25.713 habitantes não residiam no município cinco anos antes (taxa de migração de 7,4%).

<sup>10</sup> No fim de 2012, a Coopercentral Aurora Alimentos arrendou a unidade industrial de abate e processamento de aves, retomando parte de suas atividades. Entretanto, as dívidas do Grupo Diplomata ainda não foram quitadas. Em fevereiro de 2018, a empresa aprovou, junto aos credores, um plano de recuperação judicial, que prevê o pagamento das dívidas em um período de até 15 anos.

<sup>11</sup> *Urbanização de vias públicas*: [domicílios urbanos em face de quadra com boca de lobo e pavimentação e meio-fio e calçada / domicílios urbanos totais] x 100. *Esgotamento sanitário adequado*: [população total residente nos domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário do tipo rede geral e fossa séptica / população total residente nos domicílios particulares permanentes] x 100 (Cf. IBGE, 2010). Ainda quanto ao esgotamento sanitário, segundo o Atlas Esgotos da Agência Nacional de Águas, em 2013 43,9% da população não dispunham de qualquer serviço de coleta de esgoto, enquanto outros 42,7% dispunham de fossa séptica (solução individual) e 13,4% têm o esgoto coletado mas não tratado (ANA, 2017). Os dados disponibilizados na referida pesquisa não permitem a diferenciação por zona urbana e rural, e tampouco por bairros da cidade.



disparidades expressivas entre as áreas centrais e as situadas na periferia, e mesmo dentro destas últimas entre si.

## **XAXIM: A CIDADE E SUAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS**

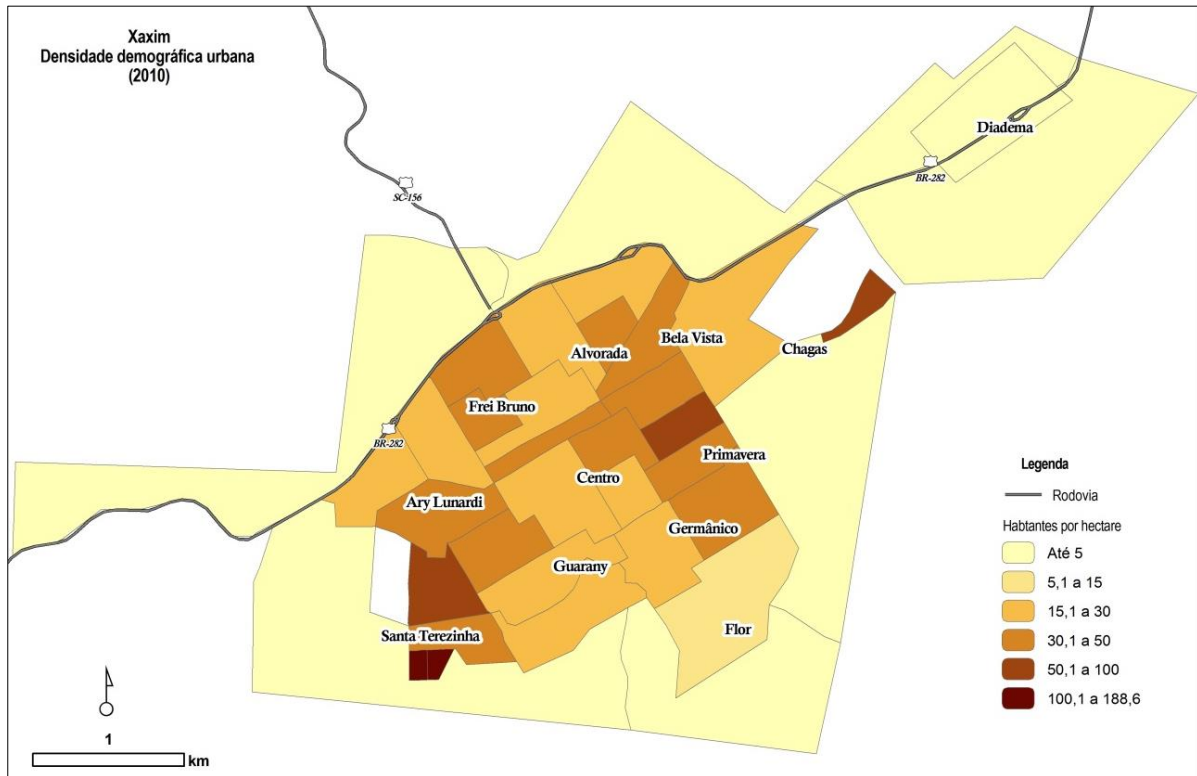
Uma das possibilidades para se analisar as desigualdades socioespaciais urbanas consiste em apreendê-las a partir das divisões funcionais e sociais que, como bem esclarece Corrêa (2007), caracterizam o espaço urbano. Significa, pois, caracterizar a distribuição dos principais usos da terra, tipificando os espaços da atividade econômica (da produção, circulação e consumo) econômica e os espaços da moradia e lazer (incluindo, neste âmbito, a distribuição geográfica da população), nos quais se realiza a reprodução da força de trabalho e das classes sociais.

Um primeiro enfoque, que auxiliará na interpretação dos demais temas, deve ser direcionado à espacialização da população. O mapa de densidades demográficas exibido a seguir (Figura 5), nos mostra que há uma diversidade de densidades, sendo que as mais elevadas (acima de 50 habitantes por hectare) estão nos bairros periféricos Chagas e Santa Terezinha, seguidos pelos bairros Frei Bruno, Bela Vista, Primavera, Germânico e Ary Lunardi, além de parte do Centro, todos com densidades entre 30 e 50 habitantes por hectare. Enquanto que, de modo geral, as elevadas densidades demográficas nos bairros citados se devem à concentração de residências ocupadas em terrenos menores, no Centro está associada à maior verticalização.

Em termos funcionais, o espaço urbano de Xaxim é dividido em três grandes tipos de usos da terra: os espaços industriais, os espaços comerciais, que, em sua maioria, mesclam-se com usos residenciais, sendo assim usos mistos, e as áreas predominantemente habitacionais. O zoneamento de uso e ocupação do solo do plano diretor municipal em vigor (XAXIM, 2014) reproduz, grosso modo, esta divisão. Como se pode observar na Figura 6, a Zona de Interesse Industrial (ZII) inclui as áreas do distrito industrial e outras às margens da BR-282, as quais são estratégicas para o fluxo territorial de matérias primas e mercadorias produzidas. Já a atividade comercial se concentra em um eixo sul-norte, partindo do Centro em direção ao bairro Alvorada (Zona Comercial Predominante – ZCP), e também ao longo de dois eixos viários (Zonas de Corredor

Comercial – ZCC) nos bairros Ary Lunardi e Bela Vista, partindo do Centro em direção à BR-282 (Figura 6).

Figura 5: Densidades demográficas na área urbana de Xaxim.



Fonte: IBGE – Censo demográfico 2010.  
Elaboração: Ederson Nascimento (2018).

Figura 6: Zoneamento de uso e ocupação do solo urbano de Xaxim.

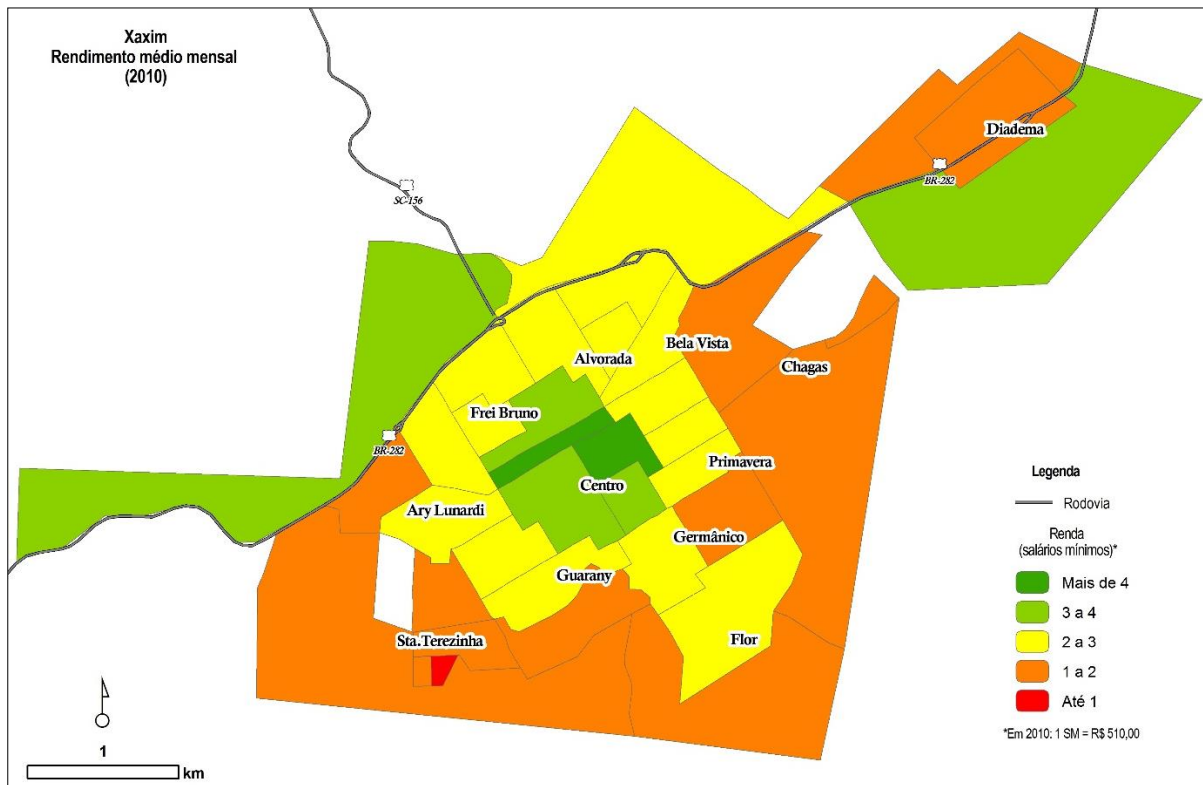


Fonte: Andrade, 2016 (adaptado pelos autores).

O Centro e partes dos bairros Alvorada, Primavera, Guarany, Germânico e Ary Lunardi adjacentes àquele, constituem a área mais valorizada e mais bem-dotada de infraestrutura e serviços da cidade. Por esta razão, é a porção do espaço urbano na qual se concentram as camadas de renda mais elevada. Nesta área, em 2010, a soma do rendimento médio mensal de todos os responsáveis por domicílios superava o valor de quatro salários mínimos<sup>12</sup> (Cf. Figura 7). Trata-se de populações residentes em moradias de padrão de construção mais elevado e em edifícios de apartamentos (Figura 8).

<sup>12</sup> Os setores censitários nos extremos oeste e nordeste da área urbana registrados com renda média de 3 a 4 salários mínimos (Cf. Figura 7), correspondem a áreas com pouca população e baixas densidades de ocupação, com predomínio de chácaras.

Figura 7: Rendimento médio mensal dos responsáveis por domicílios particulares permanentes – setores censitários urbanos de Xaxim.



Fonte: IBGE – Censo demográfico 2010. Elaboração: Ederson Nascimento (2018).

Figura 8: Vista da rua Senador Nereu Ramos, sentido leste-oeste, entre os bairros Primavera (primeiro plano) e Centro (porção central da foto).



Foto: Ederson Nascimento (2017).

Nas demais zonas da cidade (Cf. Figura 6) predomina o uso residencial, com elevadas densidades de ocupação (incentivadas pelo zoneamento em vigor) nas já citadas ZCP e ZCC, bem como na ZRA (Zona Residencial de Alta Densidade), que envolve áreas adjacentes ao Centro nos bairros Primavera e Germânico. A espacialização dos níveis médios de renda (Figura 7) nos dá uma ideia do perfil socioeconômico da população nestes bairros<sup>13</sup>. Observa-se que ao redor do núcleo central de camadas de mais alta renda, forma-se um “cinturão” de áreas residenciais de estrato imediatamente inferior (dois a três salários mínimos). As camadas mais pobres distribuem-se no distrito de Diadema e nos loteamentos limítrofes da malha urbana contínua a leste (do bairro Bela Vista ao bairro Flor) e sul-sudoeste (do bairro Flor ao Santa Terezinha).

A infraestrutura urbana também é bastante díspar entre os bairros. Em relação ao saneamento básico, a cidade (assim como todo o município) registra 100% de oferta de água via rede geral pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN). Entretanto, o esgotamento sanitário adequado está presente apenas parcialmente nos bairros mais periféricos, de acordo com dados do último censo demográfico (Figura 9). A pavimentação viária também é precária em parte dos loteamentos mais distantes da área central, no bairro Chagas e, principalmente, no Santa Terezinha, onde a maioria das ruas é bastante estreita e sem instalações adequadas para possibilitar o escoamento de águas pluviais, além de inexistir cobertura em algumas delas<sup>14</sup>.

O Santa Terezinha é o bairro em que há o maior acúmulo de carências e precariedades em Xaxim, com grande concentração de sub-habitações e casas de baixo padrão construtivo, adensadas em terrenos de pequena metragem quadrada (Figura 10). Conforme já dito, a condição de exclusão social no local tem origem ainda quando de sua criação no fim da década de 1970, a partir da remoção de famílias da área central. Remoção esta que fora realizada para um local distante e, à época, isolado do restante da cidade, promovida muito mais com o intuito de “esconder” o que era considerado “problema” para a cidade, do que para melhorar as condições de vida daquela população. Desde então,

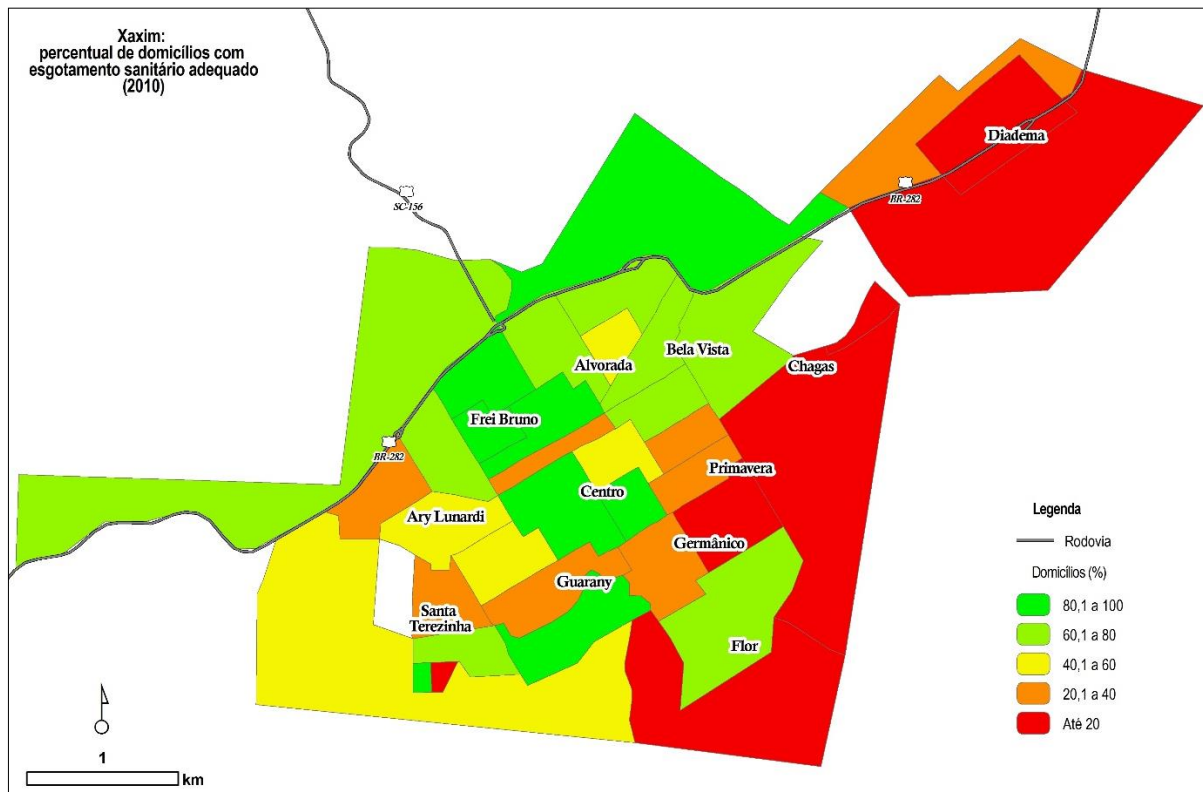
---

<sup>13</sup> Apesar de os dados censitários utilizados para esta análise, provenientes do censo demográfico de 2010, já terem considerável defasagem temporal, acredita-se, a partir da realizada observa *in loco*, que o perfil socioeconômico indicado para as áreas da cidade corresponda, em sua maior parte, ao existente na atualidade.

<sup>14</sup> Até 2012, apenas uma pequena parte das ruas do bairro Santa Terezinha era coberta com calçamento, sendo que o restante não tinha nenhum tipo de pavimentação. A partir do referido ano, houve o asfaltamento de mais de 80% dessas vias.

o bairro cresceu tendo reforçada sua condição socioespacial de segregado e socialmente excluído, pois seguiu abrigando populações pobres com baixo nível socioeconômico, mas recebeu pouca atenção pelo poder público municipal, o que fez com que as carências sociais e espaciais se acumulassem e se imbricassem cada vez mais<sup>15</sup>.

Figura 9: Percentual de domicílios com esgotamento sanitário adequado – setores censitários urbanos de Xaxim.



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010.  
Elaboração: Ederson Nascimento (2018).

<sup>15</sup> No âmbito da expansão da área urbanizada de Xaxim, nos últimos anos outras áreas residenciais (como o loteamento São Carlos e o residencial vertical Parque das Flores) foram implantados nas proximidades do conjunto habitacional do bairro Santa Terezinha (Cf. Figura 4), os quais, segundo a delimitação oficial de bairros, pertencem ao território do bairro Santa Terezinha. Entretanto, moradores desses novos loteamentos negam esta filiação, o que remete ao estigma de se pertencer ao bairro. Para estes moradores (e muitos outros da cidade), o território do Santa Terezinha está associado diretamente à área do assentamento precário, a qual é vista, por sua vez, como “a favela”, “o lugar da bandidagem”, entre outros estigmas.

Figura 10: Vistas da Zona Especial de Interesse Social do bairro Santa Terezinha.



Fotos: Ederson Nascimento (2017).

Apenas mais recentemente, em meio à implantação de outros loteamentos no território do bairro, o *assentamento precário* do Santa Terezinha (área do conjunto habitacional empreendido pelo Estado para as famílias de baixa renda) passou a ser foco de investimentos e políticas específicas, com melhorias na infraestrutura e serviços: atualmente a população dispõe de uma escola de ensino fundamental, creche, unidade básica de saúde e um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). Além disso, no plano diretor de 2014, a área foi definida como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) (Cf. Figura 6), a fim de viabilizar a regularização fundiária e a dotação de investimentos públicos (XAXIM, 2014).

Em relação à promoção da habitação para camadas de baixa renda, algumas ações foram empreendidas pelo município nos últimos quatro anos, após um hiato de quase uma década – as últimas moradias entregues pelo poder público municipal tinham sido em 2005 –, utilizando-se de recursos de programas federais (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, fases I e II, e Minha Casa Minha Vida – MCMV). De acordo com informações da Prefeitura Municipal de Xaxim, foram entregues 32 apartamentos e 18 casas no bairro Bela Vista, 94 casas no bairro Chagas (loteamento Santa Bárbara), além de outras 34 casas no bairro Santa Terezinha. Estas unidades foram destinadas a famílias registradas no cadastro habitacional da Prefeitura Municipal, segundo critérios socioeconômicos. Também no bairro Santa Terezinha, em uma área nas proximidades da ZEIS, foi construído também um grande residencial horizontal unifamiliar, denominado como Condomínio Parque das Flores, com 224 apartamentos de 54,5 m<sup>2</sup> cada.

A entrega dessas habitações apenas ameniza a demanda por moradia em Xaxim. Em 2014, de acordo com a Prefeitura Municipal, o déficit habitacional no município estimado era de mil residências. No último levantamento mais detalhado, publicado em 2011 pela antiga Companhia de Habitação de Santa Catarina – COHAB/SC, o déficit para o município era de 700 residências (100 na área rural e 600 na área urbana), sendo que destas 600, 500 correspondiam a famílias de baixa renda (até três salários mínimos) (Cf. COHAB/SC, 2018).

Outro fator digno de nota é a condição de segregação socioespacial à qual as populações mais pobres vão progressivamente sendo acometidas no espaço urbano local. Isso ocorre principalmente porque: a) tanto as áreas residenciais mais antigas, como as novas destinadas a estas camadas, têm se concentrado nas periferias leste e sul-sudoeste, distanciando-se dos principais locais de trabalho e consumo na cidade (o Centro principal, o distrito industrial e áreas lindeiras à BR-282 no quadrante noroeste da área urbana), e; b) não há serviço de transporte coletivo urbano no município, o que impõe severas limitações de mobilidade e acessibilidade a esta população socioespacialmente periférica.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se, com este trabalho, fornecer uma contribuição ao conhecimento científico sobre a cidade de Xaxim, realizando-se uma análise de sua formação histórico-geográfica e de suas principais desigualdades socioespaciais. A análise aqui empreendida, é claro, não esgota esse amplo tema – e tampouco teve-se tal pretensão. Outras dimensões da desigualdade que não puderam ser abordadas aqui, podem e devem ser alvo de outras pesquisas futuras, caso dos diferenciais de acesso à saúde e à educação, e da vulnerabilidade à criminalidade, entre outros exemplos.

A despeito disso, os dados e informações levantados permitiram demonstrar como, em um núcleo urbano de pequeno porte, com população de pouco mais de 20 mil habitantes, as características da organização espacial e os perfis socioeconômicos da população podem ser amplamente distintos e, mais do isso, socialmente díspares e injustos. À guisa de síntese, pode-se afirmar que na cidade de Xaxim, especificamente em relação às áreas residenciais, os níveis de desigualdade socioespacial demarcam de modo mais evidente três subespaços: a) a *área central*, formada pelo centro e partes de bairros vizinhos subjacentes àquele, área esta a mais valorizada, mais bem dotada de infraestrutura e serviços e que concentra as classes de mais alta renda; b) a área aqui denominada como *assentamento precário do bairro Santa Terezinha*, o local com maior nível de precariedade material e infraestrutural e de mais elevada exclusão social da população, e; c) as *demais áreas residenciais*, que combinam níveis de organização espacial e perfis socioeconômicos distintos (uns melhores do que outros), porém medianos, isto é, com condições intermediárias às encontradas nos “polos” representados pelos outros dois subespaços.

As condições precárias de habitabilidade a subjugação da cidadania pela condição de mercadoria assumida pela terra urbana e pelo espaço construído, que em Xaxim, assim como em grande parte das cidades brasileiras, não tem seus efeitos suficientemente contrabalançados por políticas urbanas – como a dotação, pelo poder público, de investimentos em infraestrutura e serviços de modo equilibrado socioespacialmente, e a aplicação de instrumentos de política urbana para recuperação de parte da valorização imobiliária proveniente de investimentos públicos – e sociais – como, por exemplo, ações mais duradouras de promoção da moradia para camadas de baixa renda. Em tal contexto,

as condições – recursos, oportunidades, passivos e riscos – para se viver (n)a cidade são também desiguais.

A busca por reduzir tais disparidades sociais na apropriação e uso do espaço urbano é, portanto, algo fundamental para a produção de uma cidade mais equânime e com condições de vida adequada para toda sua população.

## REFERÊNCIAS

ALBA, Rosa Salete. **Espaço urbano: os agentes da produção em Chapecó**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2013.

ALVES, Pedro Assumpção; MATTEI, Lauro Francisco. Migrações no Oeste Catarinense: história e elementos explicativos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15, Caxambu. **Anais...** Caxambu, ABEP, set. 2006.

ANA – AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Atlas esgotos**. Brasília: Agência Nacional de Águas, Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, 2017. Disponível em <http://www.snirh.gov.br/portal/snirh/snirh-1/atlas-esgotos>. Acesso em: 21/10/2018.

ANDRADE. Sheila Patrícia de. **A urbanidade oculta: uma reconciliação entre as águas urbanas e os espaços livres em Xaxim (SC)**. Erechim: UFFS, 2016. (Projeto arquitetônico).

BELLANI, Eli. Balsas e balseiros no Rio Uruguai. **Cadernos do CEOM**, n. 23, p. 73-97, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Cadastro único**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/dados/dados>. Acesso em: 23/07/2016.

CHITOLINA, Valdirene. **Velho Xaxim**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2015.

\_\_\_\_\_. **Xaxim Postal**. Chapecó: Argos, 2016.

COHAB/SC – COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE SANTA CATARINA. **PCHIS - Diagnóstico habitacional: déficit habitacional por município**. Disponível em: [http://intranet.cohab.sc.gov.br/cohab/pchis/consultas/mun\\_deficit.asp?ordem=0&faixa=0](http://intranet.cohab.sc.gov.br/cohab/pchis/consultas/mun_deficit.asp?ordem=0&faixa=0). Acesso em: 08/07/2018.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

\_\_\_\_\_. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 62-72, 2007.

COSTA, Alfredo Bruto da. **Exclusões sociais**. Lisboa: Gradiva, 1998.

CURTARELLI, Ledinho. 69 anos. **Depoimento**. 10 de outubro de 2017. Entrevistadora: Mirian Pegoraro.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em: 28/08/2017.

LÊ NOTÍCIAS. **Quebra dos frigoríficos Chapecó e Diplomata deixou xaxinenses em agonia plena**. 06/09/2017. Disponível em: <http://www.lenoticias.com.br/noticia/1845/quebra-dos-frigorificos-chapeco-e-diplomata-deixou-xaxinenses-em-agonia-plena>

MARICATO, Erminia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MATOS, Ralfo. Desigualdades socioespaciais: inserções teóricas e conceituais e discussão do caso brasileiro. In: MATOS, Ralfo; SOARES, Weber (Orgs.). **Desigualdades, redes e espacialidades emergentes no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 19-57.

OLIVEIRA, Maria de. **Xaxim conta sua história**. Xaxim: Prefeitura Municipal, 1992.

PERTILE, N. **Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina: o processo de produção de carnes no Oeste Catarinense**. Florianópolis, 2008, 322f. Tese (Doutorado em Geografia), CCH/UFSC, 2008.

PIAZZA, Walter Fernando. **A colonização de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Brasília: PNUD, FJP, IPEA, 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/>. Acesso em: 09/10/2017.

RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico no Oeste Catarinense**. Chapecó: Grifos, 1997.

RODRIGUES, Arlete Moyses. Desigualdades socioespaciais – a luta pelo direito à cidade. **Cidades**, v. 4, n. 6, p. 73-88, 2007.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHERER; Christine Martins; FUJITA, Camila; RIGON, Matheus José. Misturando palha e barro: um projeto de intervenção na construção de uma política pública habitacional municipal por processos de bioconstrução. CONGRESSO INTERNACIONAL SUSTENTABILIDADE E HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, 2, 2012, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: EdPUC/RS, 2012.

SKRZYPCZAK. Valdir. **A educação/qualificação dos trabalhadores do campo e da cidade na lógica do capital agroindustrial, na cidade de Xaxim (SC)**. Francisco Beltrão, 2013, 148f. Dissertação (Mestrado em Geografia), UNIOESTE, Francisco Beltrão, 2013.

SPOSITO, Eliseu Savério; SILVA, Paulo Fernando Jurado da. **Cidades pequenas: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

XAXIM. **Lei complementar nº 146, de 24 de novembro 2014**. Institui o Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Municipal do Município de Xaxim. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-xaxim-sc>. Acesso em: 11/12/2017.





[CAPA](#)
[SOBRE](#)
[PÁGINA DO USUÁRIO](#)
[PESQUISA](#)
[ATUAL](#)
[ANTERIORES](#)
[NOTÍCIAS](#)
[PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - UEPG](#)
[DIDÁTICAS ESPECÍFICAS - UAM \(PARCERIA\)](#)

Capa > Usuário > Autor > Submissões > #13362 > **Avaliação**

## #13362 Avaliação

[RESUMO](#)
[AVALIAÇÃO](#)
[EDIÇÃO](#)

### Submissão



Autores Ederson Nascimento, João Henrique Zöhler Lemos   
 Título TERRITÓRIOS URBANOS PRECÁRIOS: UMA ANÁLISE DA CIDADE DE CHAPECÓ (SC)  
 Seção Artigos/ Articles  
 Editor Fabio Angeoletto 

### Avaliação

#### Rodada 1

Versão para avaliação [13362-209209216123-1-RV.DOC](#) 2019-03-01  
 Iniciado 2019-04-17  
 Última alteração 2019-06-04  
 Arquivo enviado Avaliador A [13362-209209217225-1-RV.DOC](#) 2019-04-19  
 Avaliador B [13362-209209217796-1-RV.DOC](#) 2019-06-04

### Decisão Editorial

Decisão Aceitar 2019-07-01  
 Notificar editor  Comunicação entre editor/autor  2019-06-23  
 Versão do editor Nenhum(a)  
 Versão do autor [13362-209209218135-2-ED.DOC](#) 2019-08-26 [EXCLUIR](#)  
 Transferir Versão do Autor  Nenhum arquivo selecionado

[OPEN JOURNAL SYSTEMS](#)

[Ajuda do sistema](#)

#### USUÁRIO

Logado como:

**edersonnascimento**

- [Meus periódicos](#)
- [Perfil](#)
- [Sair do sistema](#)

#### IDIOMA

Selecione o idioma

Português (Brasil) ▼

#### CONTEÚDO DA REVISTA

Pesquisa

Escopo da Busca

Todos ▼

#### Procurar

- [Por Edição](#)
- [Por Autor](#)
- [Por título](#)
- [Outras revistas](#)

#### TAMANHO DE FONTE



#### INFORMAÇÕES

- [Para leitores](#)
- [Para Autores](#)
- [Para Bibliotecários](#)



Revista Terr@ Plural - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa

**Fone:** +55 (42) - 3220 - 3155

**E-mail:** terraplural@uepg.br

# TERRITÓRIOS URBANOS PRECÁRIOS: UMA ANÁLISE DA CIDADE DE CHAPECÓ (SC)

## PRECARIOUS URBAN TERRITORIES: AN ANALYSIS OF THE CITY OF CHAPECÓ, SANTA CATARINA, BRAZIL

## TERRITORIOS URBANOS PRECARIOS: UN ANÁLISIS DE LA CIUDAD DE CHAPECÓ, SANTA CATARINA, BRASIL

Ederson Nascimento

[ederson.nascimento@uffs.edu.br](mailto:ederson.nascimento@uffs.edu.br)

Universidade Federal da Fronteira Sul, campus de Chapecó, SC

João Henrique Zöhler Lemos

[jhzl.force@gmail.com](mailto:jhzl.force@gmail.com)

Universidade Federal da Fronteira Sul, campus de Chapecó, SC

### RESUMO

A constituição plena de territórios de moradia que viabilizem condições de vida adequadas é, por vezes, precarizada devido a fatores que dificultam a apropriação e usufruto do espaço, tais como insuficiência de infraestrutura e serviços essenciais, localização urbana segregada, insegurança jurídica, tensão social, além de características ambientais que impõem riscos à ocupação residencial. Neste artigo são discutidos os fatores relacionados à precarização territorial no espaço urbano no tocante à moradia. Como estudo empírico, apresenta-se uma análise de seis territórios precários na cidade média de Chapecó, em Santa Catarina, cidade esta que tem se destacado por seu crescimento econômico e pela intensa urbanização, mas que apresenta marcantes desigualdades socioespaciais.

**Palavras-chave:** Espaço urbano; Precarização territorial; Territórios precários; Condições de moradia.

### ABSTRACT

The full constitution of housing territories that provide adequate living conditions, sometimes, is made precarius due to factors that hinder the appropriation and usage of space, such as insufficient infrastructure and essential services, a segregated urban location, juridical insecurity, social tension, as well as environmental characteristics that imply risks to residential occupation. In this article, we discuss the factors related to territorial precarization in urban spaces in relation to housing. As an empirical study, we present an analysis of six precarious territories in the medium-sized city of Chapecó, in the state of Santa Catarina, Brazil, a city that has been noted for its

economic growth and intense urbanization, but with outstanding socio-spatial inequalities.

**Keywords:** Urban space; Territorial precarization; Precarious territories; Housing conditions.

## RESUMEN

La constitución plena de territorios de vivienda que faciliten condiciones de vida adecuadas es a veces precarizada debido a factores que dificultan la apropiación y usufructo del espacio, insuficiencia de infraestructura y servicios esenciales, localización urbana segregada, inseguridad jurídica, tensión social, además de características ambientales que imponen riesgos a la ocupación residencial. En este artículo, se discuten los factores relacionados a la precarización territorial en el espacio urbano en cuanto a la vivienda. Como estudio empírico, se presenta un análisis de seis territorios precarios en la ciudad media de Chapecó, en el estado de Santa Catarina, Brasil, ciudad esta que se ha destacado por su crecimiento económico y por la intensa urbanización, pero que presenta marcadas desigualdades socioespaciales.

**Palabras clave:** Espacio urbano; Precarización territorial; Territorios precarios; Condiciones de vivienda.

## INTRODUÇÃO

A territorialidade é uma importante manifestação humana engendrada no âmbito das interações em sociedade e destas com o espaço. O exercício da vida cotidiana constitui – e se constitui em – uma “comunhão com o lugar” (SANTOS, 2007), expressa no modo como as pessoas utilizam a terra, em como elas próprias se organizam no espaço e como imprimem significado ao lugar (HAESBAERT, 2007). É, portanto, por meio de tais relações que são constituídos territórios em diversas escalas, inclusive na escala intraurbana. Territórios urbanos estes que podem ser o resultado do domínio econômico/político de alguém (um grupo de pessoas, empresas ou instituições, por exemplo), ou da apropriação – concreta e/ou simbólica, consolidada ou não pela posse jurídica e econômica da terra – de porções do espaço urbano para a função de moradia e para o desenvolvimento da vida urbana.

A territorialização dos sujeitos na cidade na forma de espaços de moradia é, portanto, uma dimensão fundamental do exercício da vida cotidiana. A constituição de tais territórios está diretamente relacionada à garantia de condições residenciais satisfatórias, isto é, habitações com padrão construtivo



adequado, com oferta de infraestrutura e serviços essenciais, e cuja localização viabilize a inserção dos moradores no conjunto da cidade. Com estes predicados, os espaços habitacionais correspondem a territórios “de abrigo” (SANTOS et al., 2000) das populações neles residentes. Ademais, as sensações de pertencimento e bem-estar e a afetividade destas para com o território habitado tendem a ser maiores tanto quanto forem menores as precariedades que afetam suas condições de vida.

Entretanto, em diversas cidades brasileiras, a constituição plena de territórios de moradia que viabilizem condições de vida dignas e adequadas é, por vezes, precarizada – e até mesmo, em certas ocasiões, impossibilitada – devido a fatores que dificultam a apropriação e usufruto do espaço. No caso específico das cidades médias, as condicionantes desta precarização territorial residencial estão, em certa medida, ligadas a especificidades desses centros urbanos, os quais se notabilizam, entre outros aspectos, por elevados ritmos de crescimento populacional, disparidade social, pela rápida expansão do tecido urbano, frequentemente com descontinuidades em sua ocupação, além de intensa especulação imobiliária (SPOSITO, 2007).

Em tal contexto, a produção do espaço urbano se dá consolidando a segregação socioespacial (CARLOS, 2013), na qual, em contraste à criação de áreas residenciais (horizontais e verticais) bem equipadas e com padrão construtivo adequado – algumas com alto *status* e permanentemente protegidas por muros e sistema de vigilância privados –, tem-se a consolidação de outros subespaços de moradia marcados pela carestia em infraestrutura, indisponibilidade de serviços essenciais, insegurança jurídica, elevada tensão social, bem como, eventualmente, pela existência de atributos ambientais que implicam em riscos à ocupação residencial.

Sob tais condições, engendram-se locais onde há o predomínio de modos precários e instáveis de vida, sendo que seus moradores precisam lutar cotidianamente pela apropriação do espaço e por melhorias das condições de existência nestas áreas. É neste contexto, portanto, que se propõe falar – inspirando-se especialmente no edifício teórico apresentado por Haesbaert (2004a; 2004b; 2007; 2014) – em *territórios urbanos precários*.

Neste artigo, busca-se refletir sobre a produção destes territórios urbanos precários, tendo como referência empírica a cidade média de Chapecó, em Santa Catarina. Com uma população total estimada de 216.654 habitantes em 2018 e taxa de urbanização de 91,6% (em 2010), o município de Chapecó se destaca como o principal centro urbano e polo econômico do Oeste Catarinense, sobretudo devido à presença, em seu território, de importantes unidades processadoras de produtos alimentícios (especialmente de origem suína e avícola) e de diversas empresas com atividades de apoio à produção agroindustrial, além de uma ampla gama de atividades econômicas e de serviços privados e públicos. As características do processo de urbanização engendrado no município e em sua região de influência levaram à estruturação de um espaço urbano desigual e segregado socialmente, apresentando uma variedade de subespaços urbanos nos quais as condições de vida e a territorialidade são precárias e instáveis.

Utilizando-se de abordagem qualitativa, a pesquisa teve como encaminhamento metodológico, além do estudo de bibliografia especializada, a realização de visitas aos locais definidos como territórios precários (sendo seis áreas residenciais, com diferentes condições de ocupação) para realização de registros fotográficos e observação *in loco* de características da organização espacial e do perfil socioeconômico da população residente. Ademais, dada a escassez de informações acerca dos territórios em análise, lançou-se mão também de diversas matérias jornalísticas, levantadas e consultadas com o fim de auxiliar no entendimento de sua formação histórico-geográfica, na caracterização das precariedades e da atuação de agentes sociais envolvidos.

O texto, doravante, está organizado em duas partes, além das considerações finais. Na seção a seguir, são apresentadas breves considerações sobre o conceito de território e as noções de des-territorialização e precarização territorial urbana. Na sequência, o foco é voltado para a cidade de Chapecó, sendo apresentada, em um primeiro momento, uma contextualização da produção desigual de seu espaço urbano, seguida de uma tipologia das precariedades desterritorializantes nele encontradas e, em momento posterior, de análise empírica dos territórios examinados.

## **SOBRE O CONCEITO DE TERRITÓRIO: DES-TERRITORIALIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO TERRITORIAL URBANA**

O conceito de território é, sem dúvida, um dos que mais têm sido utilizados no âmbito das ciências sociais e humanas de modo geral, e na Geografia em particular, com uma multiplicidade de interpretações possíveis, fruto das distintas compreensões das relações entre a sociedade e o espaço, está a principal ideia-força que o uso do conceito busca abarcar.

Pode-se definir o território como uma porção do espaço geográfico definida e delimitada a partir de relações de poder, podendo implicar em apropriação (concreta ou simbólica), uso (hegemônico ou conflituoso), controle e reprodução (SOUZA, 2013). O território expressa-se no ambiente notadamente demarcado pelas forças sociais que o caracterizam e imprimem sua dinâmica como consequência de suas territorialidades postas em prática (AGNEW, 2000).

A definição dos territórios envolve elementos de ordem econômica, política e cultural, que explicam os fundamentos materiais e imateriais dos usos sociais conferidos a tais espaços. Como aponta Haesbaert (2007, p. 23), “todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de ‘funções’ quanto na produção de ‘significados’.” Admitir, portanto, o território como sendo um “híbrido” permite entendê-lo através dos diversos atributos envolvendo as materialidades e as idealizações em relação a ele, sob aspectos consolidados de modo visível e os estigmas que o mesmo carrega.

A constituição de novos territórios e a sua destruição/reconfiguração – na acepção de Haesbaert (2004a), o processo de des-reterritorialização – é uma das principais problemáticas socioespaciais, tornada ainda mais importante a partir do último quartel do século XX, diante das transformações econômico-políticas e sociais engendradas no âmbito da globalização. Com a verdadeira redefinição da relação espaço-tempo desencadeada pelo avanço dos meios de transportes e comunicação e, conseqüentemente, pela difusão da mobilidade geográfica de capitais, informações e pessoas no globo, difunde-se também a crença, mesmo

entre pesquisadores (notadamente nos países capitalistas avançados), de que o mundo poderia estar se desterritorializando, isto é, (re)produzindo em larga escala processos de desenraizamento em relação aos lugares, os espaços em que constituímos nossa existência.

Atentando para a dimensão socialmente “perversa” da globalização (SANTOS, 2000), contudo, Haesbaert (2004a; 2004b; 2014) chama a atenção para a precarização das condições de vida de um contingente cada vez mais numeroso da população mundial neste contexto, correspondendo, por sua vez, a uma crescente fragilização do controle e do uso de territórios por estes contingentes. Nas palavras do autor:

Vivemos o domínio do capital financeiro, especulativo, que se desloca do setor efetivamente produtivo, gerador de empregos; uma economia pautada em setores de alta tecnologia, poupadores de força de trabalho; o desmonte do “Estado-providência” ou do bem-estar social (que também atuava como válvula de escape, empregando em épocas de crise) e a superação do padrão de acumulação fordista, em nome da globalização neoliberal e seus processos de “flexibilização” e privatização pós-fordistas. Tudo isso se agrega para criar [em nível mundial] uma massa de expropriados que passa a ser considerada um problema, às vezes por sua simples mobilidade física e/ou por sua reprodução biológica (a mera ‘ocupação de espaços’ dessa massa ou ‘população’ vista como perigo ou risco) (HAESBAERT, 2014, p. 183).

Assim, o referido geógrafo opta por definir a desterritorialização associando-a “à aviltante precarização do controle e do usufruto territorial, seja num sentido mais concreto, seja numa perspectiva mais simbólica” (HAESBAERT, 2014, p. 183), enfatizando sua dimensão social dentro de uma diferenciação de classes, na forma de

exclusão, privação e/ou precarização do território enquanto “recurso” ou “apropriação” (material e simbólica) [...] com isto partimos do pressuposto de que toda pobreza e, com mais razão ainda, toda exclusão social, é também, em algum nível, exclusão socioespacial e, por extensão, exclusão territorial (HAESBAERT, 2004a, p. 315).

A noção de des-reterritorialização – relação dialética entre desterritorialização e constituição de novas territorializações – traz consigo outra importante ideia atinente à dinâmica territorial, também trabalhada por Haesbaert (2004b; 2014), a de precariedade territorial – e seu processo de constituição, a precarização territorial. A nosso ver, esta perspectiva abre importantes perspectivas para a análise do conteúdo social dos territórios e sua dinâmica, não somente em escalas supranacional e global – escalas que o referido autor acaba

conferindo maior destaque em suas obras –, mas também em âmbito regional e – especialmente a que mais enfocamos neste trabalho – a local, expressa pelo espaço intraurbano. Notadamente em países de urbanização dependente e com profundas desigualdades socioespaciais, como é o caso do Brasil.

Em que pesem os avanços realizados no tocante à dotação de infraestrutura e ao acesso a serviços e oportunidades que, de certo modo, o meio urbano e a vida urbana puderam oferecer, a evolução dessa urbanização no país se processou excluindo milhões de pessoas no mundo rural, sendo que grande parte desse contingente encontrou e reproduziu novas formas de pobreza e novos processos excludentes nas cidades (especialmente nas de grande e médio porte), paralelamente à manutenção, no território nacional, de vastas porções “opacas”, “atrasadas”, alijadas da modernização, onde as antigas expressões da exclusão social, em grande medida, permaneceram (SANTOS; SILVEIRA, 2001). E o processo de globalização contribuiu para acelerar esta urbanização e para agravar a questão social, por meio do surgimento de novos processos excludentes oriundos das transformações no mundo do trabalho e de políticas públicas de orientação neoliberal (especialmente nas décadas de 1980 e 1990) (SINGER, 2003).

Em razão disso, pode-se afirmar que a precariedade das condições de vida de amplos segmentos da população – vinculada, em âmbito geral, à superexploração laboral e/ou à vulnerabilidade socioeconômica e civil (KOWARICK, 2009) – é condição historicamente marcante na realidade brasileira (incluindo o contexto urbano), precariedade esta que se relaciona dialeticamente com arranjos territoriais precários.

A precarização territorial pode ser definida, portanto, a partir da carestia socioeconômica e da privação de condições materiais que inviabilizam a apropriação e usufruto do espaço para exercício da vida social em sua dimensão plena. E mais do que isto, como complementa Haesbaert (2014, p. 188):

Precária também pode ser a capacidade de organização, participação política e controle na tomada de decisões [...] e também as relações de identificação territorial construídas de forma ambivalente em suas práticas cotidianas (misto contraditório de atração e repulsa, muitas vezes, como dizem, “forçados a aprender” a gostar do lugar em que vivem).

A condição de estar sob a precarização territorial é, acima de tudo, algo profundamente conflitante e que, tanto em âmbito global, como em vastas regiões de diversos países – notadamente nos da (semi)periferia do mundo – e no interior de grandes e médios núcleos urbanos, reforça a condição de exclusão social de sua população, estando estas condicionadas a situações de constante carência, insegurança, segregação espacial e estigmatização social.

## **UMA ANÁLISE DOS DES-TERRITORIALIZADOS URBANOS: OS TERRITÓRIOS PRECÁRIOS NA CIDADE DE CHAPECÓ**

Em âmbito geral, Chapecó apresenta um espaço urbano bastante dinâmico, o qual reflete a sua importância na condição de principal centro econômico e demográfico do Oeste Catarinense. Entretanto, tal como em muitas outras cidades médias brasileiras, a evolução da urbanização em Chapecó processou-se estruturando um espaço urbano com marcantes assimetrias em relação ao seu conteúdo social, especialmente devido aos seguintes fatores:

- a) a pujança do mercado imobiliário e a contínua valorização da terra urbana e do espaço construído;
- b) o crescimento populacional elevado e prolongado no tempo (com forte contribuição migratória desde a década de 1960), e correspondente aumento da demanda habitacional (especialmente por segmentos de baixo poder aquisitivo);
- c) a atuação do poder público, notadamente o municipal, por meio de ações como a progressiva expansão dos perímetros urbanos, viabilizando a implantação de loteamentos afastados e desconectados da malha urbana (muitos deles carentes em infraestrutura), bem como a aprovação de zoneamentos de uso e ocupação do solo que impulsionaram a diferencial valorização espacial (principalmente na área central), além da atuação insuficiente no que tange à promoção de moradias populares ao longo do tempo (RECHE, 2008; ALBA, 2013; FUJITA, 2013; NASCIMENTO, 2015; MATIELLO et al., 2016).

Considerando-se a escala da cidade como um todo, pode-se reconhecer um claro padrão de segregação socioespacial centro *versus* periferia, facilmente identificável na paisagem geográfica, no qual, tendencialmente, o perfil

socioeconômico da população e os níveis de infraestrutura e serviços nas áreas residenciais decrescem a partir da área central em direção aos locais mais afastados desta (NASCIMENTO, 2017). É pertinente afirmar, portanto, a partir desta escala de apreensão, que a maior parte das periferias urbanas de Chapecó – estas entendidas como o conjunto de bairros mais afastados do centro urbano principal e das áreas adjacentes a este – é predominantemente pobre, isto é, povoada por populações com baixos níveis de renda e com modos de organização espacial que revelam uma sobreposição de carências materiais (condições adequadas de habitabilidade nos domicílios, indisponibilidade de saneamento básico e pavimentação viária, por exemplo) e sociais – especialmente, a oferta insuficiente (ou inexistente) de serviços que viabilizem/promovam o exercício da vida cotidiana em sua dimensão plena (educação, saúde, proteção civil, transporte público e acessibilidade adequada aos demais pontos do espaço urbano, entre outros).

Como já observada Santos (2007, p. 63), “morar na periferia é, na maioria das cidades brasileiras, o destino dos pobres”, de modo que estes segmentos da população acabam sendo “condenados a não dispor de serviços sociais ou a utilizá-los precariamente, ainda que pagando por eles preços extorsivos”. No caso de Chapecó, mais do que predominantemente pobres, as áreas periféricas são também bastante diversas em termos sociais e espaciais.

Especificamente no âmbito espacial, em meio a essa diversidade é possível encontrar subespaços de habitação que podem ser caracterizados como territórios urbanos precários, locais de vidas igualmente precárias. Tratam-se de lugares que, além de amplas carências materiais, apresentam diferentes passivos e riscos à população, os quais comprometem a função de moradia e, mais do que isso, dificultam a estabilização dos sujeitos no espaço e o pleno exercício da vida urbana – em suma, sua plena territorialização.

Com base na realidade observada em Chapecó, pode-se identificar ao menos cinco conjuntos de fatores – mais ou menos sobrepostos e inter-relacionados – que contribuem para a precarização de territórios no espaço urbano no tocante à moradia:

a) *Precariedade quanto à infraestrutura e serviços urbanos*: corresponde à inexistência (ou disponibilidade insuficiente) de itens de infraestrutura nos domicílios, tais como redes de água, energia elétrica e saneamento básico, de acesso a escolas, creches e unidades de saúde, assim como endereçamento das moradias e oferta de segurança pública. Trata-se, pois, nas palavras de Sposati (2003, p. 16), de um conjunto de “bens civilizatórios direcionados à qualidade de vida humana”, cuja oferta pelo Estado é indispensável.

b) *Precariedade material-ambiental*: consiste na condição instável e vulnerável configurada a partir da fragilidade do padrão construtivo das moradias (em geral, sub-habitações ou “barracos”) quando construídas em compartimentos do sítio urbano ambientalmente inadequados – e, por isto, deixados de lado pelo mercado imobiliário –, caso de áreas marginais a cursos d’água e/ou com acentuada declividade. Esta relação entre construção precária e sítio urbano *non aedificandi*, que é característica marcante da “topografia social” erigida em diversas cidades (NASCIMENTO, 2012), impõe riscos à saúde e à integridade física dos moradores devido a possíveis alagamentos ou deslizamentos de terra.

c) *Precariedade da relação jurídica com o espaço*: presente sobretudo em áreas de ocupações irregulares ou favelas, onde os direitos sobre a propriedade privada da terra não vigoram. Tal condição, não raro, é foco de preocupação constante para os moradores devido à incerteza quanto ao futuro no/do local, seja pelo medo de serem despejados (no caso, uma desterritorialização em sentido estrito), seja pela (des)esperança pela regularização fundiária e tudo o que ela poderia proporcionar (segurança jurídica da posse da terra, implantação de equipamentos e serviços públicos etc.).

d) *Estigmatização e preconceito social para com a localização*: trata-se da violência simbólica frequentemente sofrida por moradores destes territórios precários em seu dia a dia. Como bem observa Souza (2003, p. 69), “a estigmatização das pessoas em função do local de moradia (periferias, cortiços e, principalmente, favelas) é muito forte. Sérios problemas de integração e de convivência entre grupos sociais diferentes e de auto-estima coletiva costumam estar associados a essa questão.” Trata-se de uma dimensão da precarização

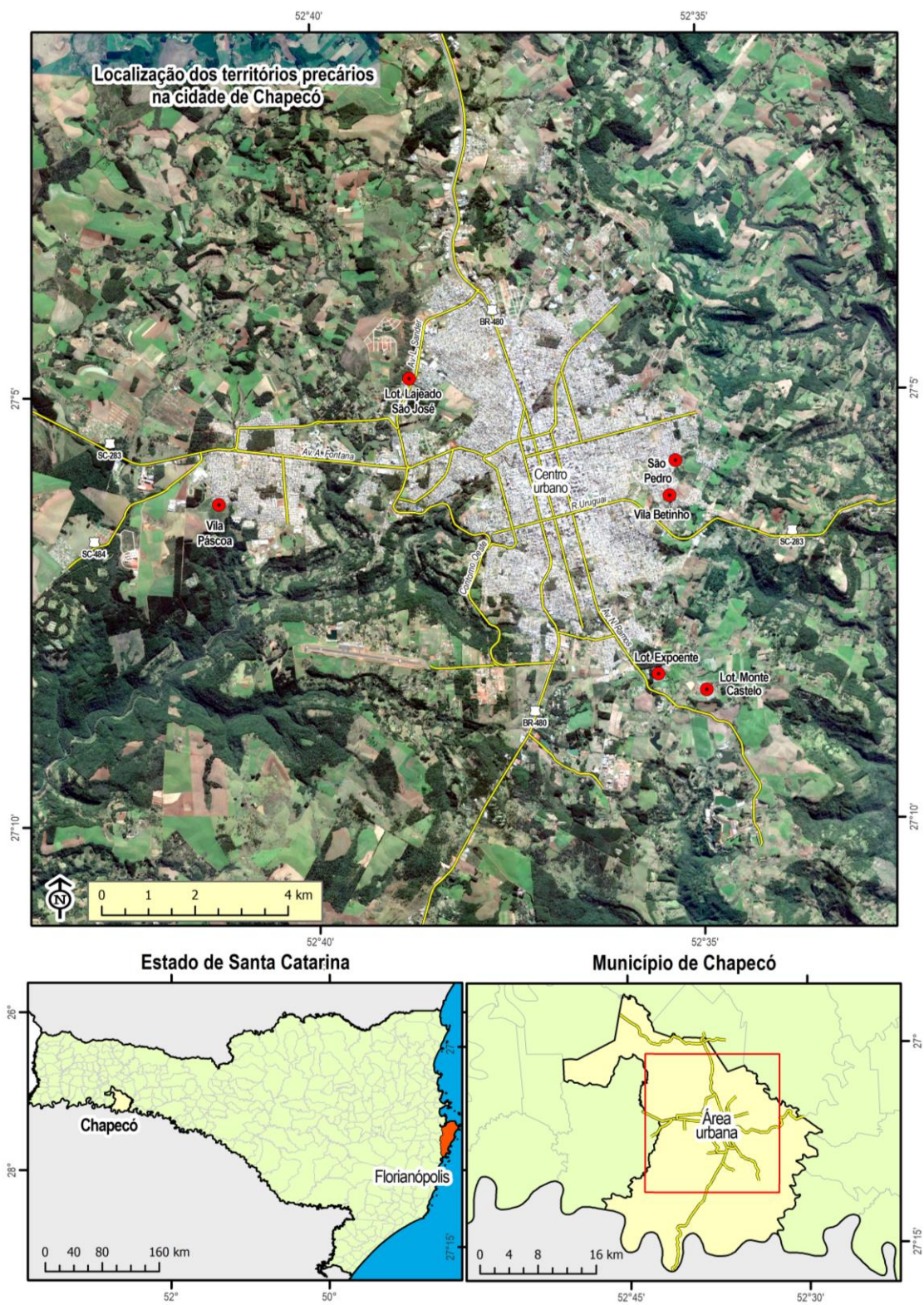


territorial que, através de ações de preconceito e exclusão social, pode também afetar as relações sociais em âmbito coletivo.

e) *Segregação socioespacial e i-mobilidade urbana*: assim definida como a separação socioespacial desencadeada pela ação do poder público, especialmente na forma de empreendimentos habitacionais de interesse social que, em certos casos, são “implantados como ‘ilhas’, sem acesso aos equipamentos públicos básicos ou com acesso restrito à malha viária e à infraestrutura urbana de forma que segregam ou são segregados pelo espaço urbano” (VALENTINI; FACCO; CONDE, 2017, p. 158). A condição de i-mobilidade – mobilidade extremamente reduzida – conferida ao indivíduo é consolidada não apenas pela localização afastada do restante do tecido urbano, mas também pela deficiência (ou indisponibilidade) de transporte público e infraestrutura para deslocamento. Em tais condições, a acessibilidade e, conseqüentemente, as possibilidades para apropriação do espaço urbano tornam-se extremamente dificultadas. Tratar-se-ia, conforme Haesbaert (2004a), de uma “des-territorialização i-móvel”, agora à escala intraurbana.

As áreas residenciais examinadas em pesquisa empírica, em que tais precariedades territoriais puderam ser (em sua totalidade ou em parte) constatadas, são os loteamentos Monte Castelo e Expoente (bairro Progresso), loteamento Lajeado São José (bairro Alvorada), o bairro São Pedro, a Vila Betinho (bairro Bom Pastor) e a Vila Páscoa (bairro Efapi). A Figura 1 apresenta a espacialização dos referidos territórios.

**Figura 1.** Localização das áreas analisadas em condições de precarização territorial na cidade de Chapecó.



**Fonte:** IBGE e Prefeitura Municipal de Chapecó (bases cartográficas); Google Earth (mosaico de imagens, 2017). Org.: Ederson Nascimento (2019).

Todos estes territórios precários estão localizados em porções da periferia urbana, embora apresentem diferenciais de localização. O loteamento Lajeado São José está situado às margens de uma importante via de tráfego, a Avenida Leopoldo Sander, em localização mais integrada à malha urbana, aspecto que possibilita certa acessibilidade a áreas importantes do espaço urbano (como a porção central e outros centros de emprego) devido a menores distâncias em relação a estes locais e à maior disponibilidade de linhas de transporte em comparação com os demais territórios em análise. Estes, por sua vez, estão localizados nos bordos do tecido urbano, sendo maior a proximidade física do bairro São Pedro e da Vila Betinho em relação ao tecido urbano contínuo, em contraposição à Vila Páscoa e, principalmente, aos loteamentos Expoente e Monte Castelo. Os dois últimos possuem localização “isolada” do restante da cidade.

A seguir, apresenta-se uma breve descrição das precariedades socioespaciais que caracterizam tais territórios.

### **Loteamentos Expoente e Monte Castelo**

Os residenciais Expoente e Monte Castelo consistem em dois empreendimentos habitacionais de interesse social, implantados entre 2009 e 2011 a partir de recursos da Caixa Econômica Federal destinados no âmbito do programa de financiamento “Minha Casa Minha Vida” (PMCMV), do Governo Federal. Construídos como casas geminadas e (em sua maior parte) como blocos de apartamentos, e organizados como condomínios, tais empreendimentos correspondem aos dois principais residenciais oriundos do PMCMV na cidade destinados a camadas de baixa renda (até 1,6 mil reais mensais), os quais somam pouco mais de oitocentas moradias. Ambos os loteamentos foram destinados a famílias carentes registradas no cadastro de demanda habitacional da Secretaria Municipal de Habitação de Chapecó.

Como bem define Santos (2007, p. 141), “A localização das pessoas no território é, na maioria das vezes, produto de uma combinação entre forças de mercado e decisões de governo”. Os dois loteamentos em tela, como já

adiantamos, foram construídos em localizações bastante afastadas e desarticuladas do restante do tecido urbano (Figura 2). A integração a esta se dá também de modo precário, cada qual por um único acesso que os ligam à estrada SC-157 (prolongamento meridional da Avenida Nereu Ramos) (vide Figura 3). O mais distante deles, o Monte Castelo, só teve a sua principal via de acesso pavimentada em 2017. Outro importante elemento, citado por moradores nas visitas realizadas aos dois loteamentos, é a indiferença em relação às redes sociais formadas por eles antes de serem transferidos para lá, o que representa um elemento fundamental da territorialidade imaterial destes indivíduos no tocante às dimensões cultural e de sociabilidade.

**Figura 2.** Vistas de parte dos loteamentos Expoente (primeiro plano) e Monte Castelo (segundo plano).

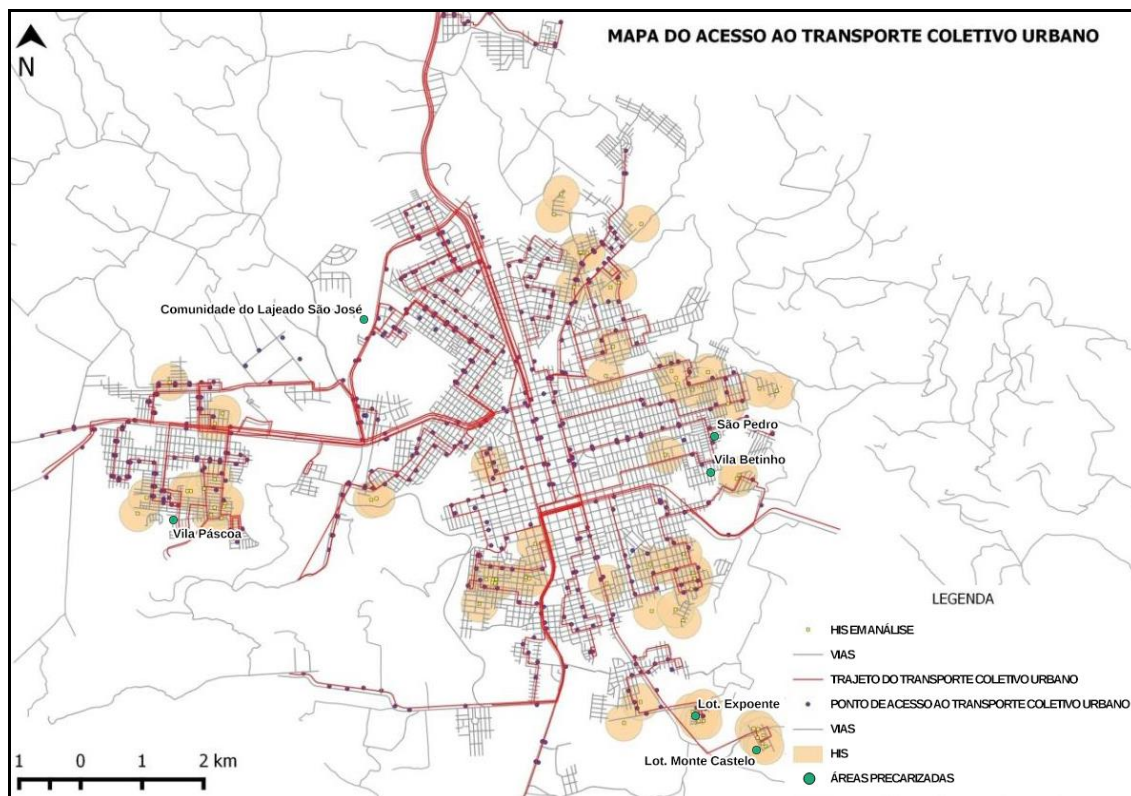


**Fonte:** os autores.

Ao distanciamento físico dos dois loteamentos, soma-se a precariedade de sua cobertura pelo sistema de transporte coletivo, o que vem reforçar a condição socioespacial de segregação de sua população. Estes locais são cobertos por apenas uma linha de transporte coletivo – cujo traçado pode ser visualizado na Figura 3, no extremo sul da cidade –, a qual também atende, no bairro Seminário, a população de dois outros loteamentos (Aline e São Francisco), além de estudantes e servidores de três instituições de ensino superior. Ademais,

a disponibilidade de horários é também considerada insuficiente para suprir a demanda dos moradores, especialmente no período noturno.

**Figura 3:** Malha viária e acesso ao transporte coletivo urbano – área urbana de Chapecó.



**Fonte:** Adaptado de Valentini, Facco e Conde (2017).

A precariedade material e da oferta de serviços públicos é percebida em ambos os residenciais, tendo sido registrada em diversas matérias jornalísticas nos últimos anos. Em alguns relatos fica claro, inclusive, o sentimento de insatisfação e de abandono por parte do poder público. Os dois trechos a seguir resumem as principais carências vivenciadas no loteamento Expoente:

Segundo o vice-presidente da associação de moradores, A. S<sup>1</sup>., os principais problemas são o esgoto a céu aberto, falta de infraestrutura, rachaduras nas paredes, risco de vazamento de gás e falta de transporte escolar. “A gente está sempre conversando com eles, mas estão sempre nos enrolando. Mandei um ofício para a [Secretaria Municipal de] Habitação há uns oito dias e não tivemos nenhuma resposta. [...] Nos largaram aqui como se fôssemos a escória da sociedade. Estamos aqui abandonados” (DIÁRIO DO IGUAÇU, 2014b).

<sup>1</sup> Os nomes dos moradores, neste e nos demais excertos jornalísticos, foram suprimidos por questão de sigilo.

Os moradores do loteamento Expoente, no novo bairro Progresso, enfrentam várias dificuldades por falta de estrutura na região. Para tentar amenizar essas necessidades e efetuar um diálogo entre a comunidade e a administração pública, uma reunião foi realizada na última semana entre lideranças da Associação de Moradores, representantes da União Comunitária de Chapecó (Unichap) e um assessor do governo. [...]

Os moradores também levantaram a questão da falta de uma unidade de saúde e áreas de lazer. [...] Também há falta de coletores de lixo em algumas ruas. [...]

Demandas do Expoente

- 1) Construção de uma unidade de saúde
- 2) Inauguração da creche
- 3) Construção de uma escola de ensino fundamental e básico
- 4) Construção de uma área de lazer (DIÁRIO DO IGUAÇU, 2015b).

A questão da creche foi resolvida com a inauguração de um Centro de Educação Infantil em agosto de 2016. No entanto, demandas como a falta de escola e de unidade básica de saúde, e problemas no saneamento básico seguem sem solução.

Em relação ao residencial Monte Castelo, os relatos mostram situação semelhante:

Rachaduras, infiltrações, esgoto que transborda, alagamentos, materiais de baixa qualidade. Esses são alguns dos problemas enfrentados pelos moradores do condomínio Monte Castelo (RIC MAIS, 2016).

“Estamos longe de todos os recursos, posto de saúde, farmácia, polícia, bombeiros. Até eles chegar aqui já aconteceu uma tragédia. Isso desanima o morador. Quem trabalha nos frigoríficos, por exemplo, tem que atravessar a cidade para chegar e os horários de ônibus é limitado. Então muitos vizinhos acabam se mudando por conta disso”, afirma [um morador do condomínio Monte Castelo]. [...] Mas não é só a distância que preocupa o morador. A estrutura do local também está precária. Quando chove, o zelador afirma que a água empossa e entra nos apartamentos. “Não temos tubulação pluvial. A água entra nas casas e acaba sujando e estragando móveis. Além disso, o telhado está em más condições, tem infiltração do chão até o teto, acaba danificando paredes e enferrujando portas e janelas”, reclama (VOZ D'OESTE, 2017).

Outro fator de precarização territorial está associado a irregularidades na ocupação de alguns imóveis decorrentes de venda clandestina ou do abandono de unidades sucedida por sua invasão. Especialmente no residencial Expoente, tal situação tem estado associada ao aumento da violência e da insegurança no loteamento, comprometendo ainda mais as condições para uma plena apropriação e usufruto do espaço para a vida, mesmo dentro de casa. É o que se pode depreender a partir de descrições e relatos angustiados de moradores, publicados em matéria de 2018:

Quando o sonho de ter a casa própria se transforma em tristeza e medo. Quando estar em casa não significa tranquilidade, descanso, e sim estar atrás das grades, assustado com ameaças e tiros. Assim tem sido a vida dos moradores do Loteamento Expoente, em Chapecó, onde várias unidades habitacionais foram invadidas, algumas delas por criminosos.

As marcas do vandalismo são vistas em vários blocos e vão desde pichações, janelas e móveis quebrados, apartamentos danificados. Em busca de segurança, muitos colocam grades em suas janelas e portas. “Mas não adianta, o tiro passa por aqui”, contam, mostrando os vãos das grades. [...] Também por medo de represálias, acabam não denunciando.

Além dos espaços invadidos por criminosos, outro problema que existe no local são moradores que ocupam irregularmente os apartamentos que vagam. [...] Atualmente, cerca de 40 famílias viveriam de forma irregular no loteamento (DIÁRIO DO IGUAÇU, 2018).

Dialogando uma vez mais com as reflexões de Haesbaert (2004a; 2014), acredita-se, neste caso concreto, tratar-se de uma territorialização precária por parte de uns devido à condição irregular de ocupação residencial, que contribui, por sua vez, para a precarização territorial ou mesmo para a desterritorialização (saída) de outros em função do medo (e) da violência<sup>2</sup>.

### **Bairro São Pedro e Vila Betinho**

O bairro São Pedro e a Vila Betinho são dois territórios precários situados na porção leste da cidade de Chapecó (Cf. Figura 1), e que, apesar de estarem cerca de quinhentos metros distantes fisicamente um do outro, compartilham um processo de formação socioespacial comum. Ambas as áreas integram um setor da cidade historicamente marcado pela segregação socioespacial de grupos socialmente excluídos.

A maior destas áreas, o bairro São Pedro, foi criado pela empresa responsável pelo processo de colonização das terras no entorno de Chapecó (a Colonizadora Bertaso), como local de instalação precária e marginal de segmentos sociais carentes – especialmente populações caboclas e indígenas expropriadas de áreas rurais em processo de colonização –, removidas de áreas consideradas centrais e de interesse pela colonizadora. Como relata Gomes (1998, p. 26), “o perímetro urbano de Chapecó surgiu com inúmeras famílias de ‘intrusos’ se estabelecendo ao seu redor, formando cinturões de barracos”, porém

---

<sup>2</sup> Em 10/04/2018, por determinação judicial, foi realizada uma operação para reintegração da posse de vários imóveis ocupados irregularmente no Loteamento Expoente, após ação movida pela Caixa Econômica Federal. Na ocasião, 38 imóveis foram desocupados.

“a Empresa Bertaso sempre procurou impedir a vinda do intruso, procurou cercar o intruso para evitar que Chapecó se transformasse em uma grande favela” (p. 27)<sup>3</sup>. Por esta razão, em 1965 essas populações pauperizadas foram despejadas pela colonizadora para uma área distante cerca de três quilômetros do limite da área urbana, local onde, no final da década de 1960, passaram a ser comercializados pequenos terrenos. “A partir daí, todo expropriado que chegasse à cidade era colocado no loteamento São Pedro” (HASS; ALDANA; BADALOTTI et al., 2010, p. 64).

O loteamento, regularizado pela prefeitura em 1979, seguiu crescendo e concentrando segmentos populacionais empobrecidos, mas permaneceu sendo ignorado pelas políticas públicas até meados da década de 1980. Sua população, além disso, foi e ainda segue sendo fortemente marginalizada e discriminada devido aos estigmas apregoados ao bairro, frequentemente visto fora dali como local “de bandidagem”, “de desocupados”, “de drogados e traficantes”, dentre outros rótulos. Rótulos estes bastante fortalecidos pelas notícias sobre o bairro veiculadas pela mídia local, em sua maioria associadas à criminalidade e à violência (SÉKULA, 2005). Rótulos que extrapolam, pois, os limites geográficos do São Pedro, atingindo também parte do bairro vizinho Bom Pastor (especialmente a Vila Betinho) (GUZZON; ANTUNES; MATIELLO, 2015).

A origem da Vila Betinho, por sua vez, remonta ao início dos anos 2000, quando da ocupação de uma área pública adquirida pela municipalidade com o fim de oferecer habitação de interesse social para famílias de baixa renda. Na área vivem aproximadamente 140 famílias que ocupam os lotes em condomínio. Conforme Pereira e Bissani (2017, p. 213), “As famílias foram autorizadas [pelo poder público] a edificar suas residências nos lotes sem ter sido providenciado o devido registro do parcelamento de solo no Cartório de Imóveis”, situação que durante anos trouxe instabilidade e diversos contratemplos aos residentes, como a impossibilidade de realizar a transferência da titularidade dos lotes, a falta de toponímia oficial dos logradouros e de numeração das casas (o que inviabiliza, por exemplo, serviços postais e a criação de cadastros diversos em nome dos moradores, como para emprego e solicitação de financiamento), além do medo

---

<sup>3</sup> Estas duas informações correspondem a declarações feitas por Ernesto Pasqualli, diretor da Empresa Colonizadora Bertaso, em entrevista concedida ao historiador Paulo Gomes em 1998.



onipresente de serem removidos da área. A regularização fundiária definitiva só foi concluída em 2017.

As populações da Vila Betinho e do São Pedro estão entre as mais pobres de Chapecó. Segundo dados do IBGE, em 2010 a renda média mensal dos moradores do Bairro Pastor era de apenas R\$ 350,00, a mais baixa do município, seguida pela do bairro São Pedro, a segunda menor, de R\$ 510,00 (mesmo valor do salário mínimo em vigor na época). E esta situação de pobreza comumente está na raiz de sucessivos processos de desterritorialização e permanência da exclusão social. É o que constatam Guzzon, Antunes e Matiello (2015), a partir de entrevistas com moradores da Vila Betinho (ex-moradores do São Pedro ou de antigas favelas próximas):

[...] é bastante evidente que durante as trajetórias de vida dos moradores entrevistados e de seus ascendentes, a característica de exclusão de seus territórios ocupados na periferia da cidade reforça a dificuldade de se romper com um ciclo de reprodução social da pobreza, que muitas vezes se iniciou ainda no campo, quando cultivavam terras na condição de agregados ou posseiros. [...] Nas trajetórias que analisamos, além da origem comum (o campo), também observamos inúmeras mudanças pelo território, sempre periférico. [...] As ações históricas de remoção das áreas irregulares próximas para a Vila Betinho proporcionaram o acesso à terra, mas não melhorias com relação às condições de moradia (GUZZON; ANTUNES; MATIELLO, 2015, p. 5 e 6).

A precariedade material nos dois territórios em análise é grande (vide Figuras 4 e 5). Em ambos a densidade de ocupação é bastante elevada, resultado das constantes ampliações (“puxadinhos”) e construções de novas casas nos terrenos, todos de pequena metragem quadrada. As moradias, de modo geral, são construídas pelos próprios moradores, sendo comum (principalmente na Vila Betinho) o reaproveitamento de materiais de construção com a combinação de madeira e alvenaria, e cobertas com telhas de fibrocimento.

O transporte coletivo chega ao bairro São Pedro, mas atende a Vila Betinho apenas indiretamente – há uma linha que atende o bairro Bom Pastor, que passa ao norte da referida vila (vide Figura 3). A infraestrutura das vias, bastante estreitas, sem pavimentação e com má conservação (com mato e buracos), é outra precariedade constatada na Vila Betinho.

**Figura 4:** Vistas de duas ruas da Vila Betinho.



**Fonte:** Google Street View® (2013).

Quanto a outros serviços e equipamentos públicos, há falta principalmente de creches e escolas com oferta de ensino médio, além de mais áreas para lazer, como praças, parques e (no caso específico da Vila Betinho) equipamentos esportivos – no São Pedro há um campo de futebol e um ginásio de esportes utilizados para recreação. Áreas muitas vezes não vistas como investimentos prioritários para bairros considerados “populares”, as áreas de lazer são fundamentais para a promoção da interação social e para uma vivência sadia, especialmente para crianças e adolescentes. Uma carência sentida por moradores, que, infelizmente, se estende a todos os demais territórios precários aqui analisados.

Finalmente, no caso específico do São Pedro, cabe ressaltar ainda que os moradores convivem historicamente com problemas recorrentes de enchentes e

alagamentos de ruas e casas devido ao transbordamento do córrego que intercepta o bairro (Figura 5), ocasionando graves riscos e prejuízos a uma população já bastante carente (BINDA; BUFFON; FRITZEN, 2012).

**Figura 5:** Vistas de duas áreas residenciais precárias no bairro São Pedro situadas às margens de um curso d'água.



**Fonte:** os autores.

## Loteamento Lajeado São José

O Loteamento de Interesse Social Lajeado São José corresponde, na verdade, a uma área irregularmente ocupada entre a década de 1990 e o início dos anos 2000, em uma estreita faixa de terras situada entre as margens do curso d'água de mesmo nome e a Avenida Leopoldo Sander (Cf. Figura 1). Ao longo de anos, a ocupação foi crescendo com novas casas construídas irregularmente. Outros moradores compraram suas moradias (também irregulares) de outros ocupantes da área. Para tentar regularizar a posse da terra, parte dos moradores entrou com um processo judicial de usucapião dos terrenos, processo esse que foi ganho por 62 famílias que residem em uma área de aproximadamente 1,6 hectare. Mesmo assim, a precariedade infraestrutural do local, além de afetar o dia a dia da população, seguiu entrvando a regularização fundiária, como mostra o registro jornalístico de 2015 reproduzido a seguir:

Conforme determinação judicial, para a liberação das escrituras [do Loteamento São José] a prefeitura precisa garantir toda a infraestrutura do local: saneamento básico, ruas, coleta seletiva e iluminação pública, por exemplo. “Grande parte disso já foi feito. Hoje passam recolher o lixo, o pessoal vem trocar as lâmpadas quando precisa, mas saneamento ainda ninguém tem”, informa L. [um dos moradores] (DIÁRIO DO IGUAÇU, 2015a).

Após anos de espera dos moradores, em dezembro de 2017 o processo de regularização fundiária do local foi finalmente concluído (CHAPECÓ, 2017), permitindo assim que a antiga “Comunidade do Lajeado São José” fosse formalmente reconhecida como um loteamento. As condições da infraestrutura urbana, no entanto, seguem com diversas precariedades. A distribuição de energia elétrica em alguns domicílios é feita a partir de ligações clandestinas e pouco seguras. Outro problema está relacionado ao esgoto domiciliar, sendo grande parte dele lançado *in natura* no rio.

Apesar de ser um dos mais importantes corpos hídricos do município, o Lajeado São José se apresenta, deveras, como um símbolo de temor aos moradores do loteamento, dada a proximidade das residências ao mesmo. Em uma das visitas à área, registrou-se a construção de barreiras improvisadas para que a água não avançasse tão fortemente sobre suas casas em momentos de cheia. O temor fica claro também quando moradores mencionam a ação de elevar

a estrutura das casas, evitando assim que se tenham maiores prejuízos em dias de forte chuva, em que ocorre a inundação do terreno próximo ao curso d'água (Figura 6). Tal situação evidencia uma dimensão ainda mais delicada da condição socioespacial, em virtude da contradição existente entre o deixar de habitar uma área de preservação e continuar nesse local por ser, aos olhos desta população, a única alternativa viável para moradia.

Assim como em outros espaços, as moradias foram erguidas sob um forte receio de repressão e desterritorialização (por meio de sua demolição), fazendo assim com que as mesmas, construídas predominantemente de madeira reaproveitada, fossem erguidas de um modo que seja possível, em casos extremos, ser retiradas e transportadas para outras áreas (Figura 6).

**Figura 6:** Paisagens do loteamento Lajeado São José: (a) e (b): casas em condições precárias, deficitárias em diversos aspectos infraestruturais; (c): barreira física para contenção do curso do lajeado em dias de forte chuva; (d): casas com superfície elevada.



Fonte: os autores (2017).

## Vila Páscoa

Na porção ocidental da área urbana de Chapecó encontra-se o bairro Efapi, o mais populoso da cidade, com cerca de 40 mil habitantes. Este bairro teve sua origem e expansão vinculada às agroindústrias instaladas neste vetor da cidade, servindo sobretudo à moradia de trabalhadores ligados ao setor, com um acréscimo populacional bastante significativo, especialmente a partir da década de 1990 (RECHE, 2008). Como consequência do rápido crescimento populacional urbano, acentuou-se a demanda por habitações populares, a qual não foi suficientemente atendida pelo poder público. Isto favoreceu o surgimento de inúmeras áreas de ocupação irregular, nas quais os direitos de propriedade sobre a terra ocupada não vigoram e que também, quase sempre, são carentes em infraestrutura (NASCIMENTO, 2017). Atualmente, segundo informações da Prefeitura de Chapecó, existem 47 áreas de ocupação irregular na cidade, várias das quais situadas no bairro Efapi.

Uma dessas áreas é a Vila Páscoa (Figura 1). Esta consiste em uma ocupação irregular erigida em uma área pública de preservação ambiental, e se notabiliza, no dizer de Antunes (2015, p. 74), como um dos principais “lugares de pobreza e precariedade” de Chapecó (Figura 7).

A situação de carência de infraestrutura e serviços básicos no local está entre as mais graves encontradas da cidade. Assim como para outras áreas, as precariedades nesta vila têm sido registradas pela imprensa local.

A família [de R. O.] sonha com a energia elétrica e água nas torneiras dentro de casa [...] nem o correio passa na rua onde ela mora. “Porque nosso endereço não consta nos registros deles e o pior é a situação de termos que fazer ‘rabichos’ para ter luz dentro de casa e água, pois não conseguimos sobreviver sem, e o constrangimento de sempre que ir tomar banho perguntar ao vizinho se ele não irá também”. A filha de R., T. F., diz que a vida é sempre um perigo devido à sobrecarga de energia com as instalações precárias dos chamados “gatos” [...]. “Sem a regularização fundiária não podemos ter nosso próprio poste de luz, além da noite na nossa rua ser uma escuridão imensa”. T. conta que muitas famílias utilizam água de poço, mas a quantidade de fossas nos terrenos contamina essa água, que foi analisada por técnicos (VIEIRA, 2013, p. 8).

**Figura 7:** Vista parcial da Vila Páscoa.



**Fonte:** os autores (2017).

Em diversas ocasiões, a indisponibilidade de serviços básicos já foi alvo de reclamações e protestos dos moradores, que reivindicam do poder público municipal a melhoria da infraestrutura e a regularização da situação de suas casas.

A manhã desta terça-feira (26) foi movimentada na Vila Páscoa, em Chapecó. Os moradores da Rua 25 de Julho bloquearam a passagem de veículos [...] para reivindicar melhorias na estrutura física do local. A maioria das residências não possui infraestrutura básica como água, energia elétrica, saneamento básico ou coleta seletiva. Segundo os moradores os problemas ocorrem há mais de dez anos. De acordo com a prefeitura, a maioria das famílias ocupa uma área verde ou uma área institucional do município, ambas impossibilitadas de passarem por processos de regularização fundiária (DIÁRIO DO IGUAÇU, 2016).

Devido às características da área ocupada e ao imbróglio jurídico instaurado, a questão da posse definitiva da terra é outra precariedade que os moradores da área enfrentam, dramatizada pelos conflitos envolvendo despejos de famílias. Reproduzimos a seguir registro de um dos mais marcantes destes episódios, ocorrido em 2012:

D. M., de 68 anos, foi surpreendida por volta das 6h da manhã da terça-feira, dia 6, por policiais que a mandavam sair de casa. M. S. não sabia o que fazer quando viu os móveis da casa serem jogados para fora da casa. M. A., de 30 anos, ficou chocado quando viu os quase 30 policiais em frente à casa da mãe. L. A. teme perder o teto sob o qual vive. L. A. A. partiu em defesa dos vizinhos da Vila Páscoa. Logo o teto de três casas estava no chão e os ânimos alterados. Alguns moradores entraram em choque com a Polícia.

O Decreto Municipal nº 20.889, de 8 de junho de 2009, permite que casas estabelecidas em terrenos irregulares, há menos de um ano, sejam demolidas. Este é o caso de grande parte das residências da Vila Páscoa. [...] “Eles foram notificados, prometeram desmanchar as casas e não cumpriram. Encaminhamos uma família para albergue. As outras ficarão na casa de parentes ou vizinhos”, explica a Secretária de Habitação, Tatiane Bodigheimer. Os moradores dizem que não foram notificados e acusam os membros da secretaria de os terem enganado. “Assinei sim um papel, mas me disseram que era para o cadastro dos programas da habitação”, fala M. S.. D. M. fala que não sabe ler, mas foi coagida a assinar um documento que iria ajudá-la a ter uma casa no novo loteamento da prefeitura. A Secretária de Habitação diz que o novo Loteamento Monte Castelo estará pronto em 60 dias e as famílias serão alocadas lá. “Pedimos para levarem a documentação para fazer o cadastro. Se preencherem os critérios, vamos levá-los para o Loteamento Monte Castelo”, fala a secretária. Mas os moradores questionam o motivo de não poderem esperar em suas casas até que as novas moradias sejam concluídas (Glauco Benetti/Voz, apud ANTUNES, 2015, p. 76-77).

Ações como essas deixam claro o caráter contraditório e socialmente excludente da produção do espaço urbano em Chapecó, pois esta negação ao direito básico à moradia, justificada, neste caso, pela condição jurídico-ambiental inadequada da área, ocorre em paralelo à presença de um grande número de lotes desocupados e glebas urbanas bem servidas de infraestrutura, mantidos ociosos durante anos à espera de contínua valorização – como mostram, entre outros estudos, Villela et al. (2011) e Nascimento (2015). Assim como no caso do Loteamento Lajeado São José, para a Vila Páscoa também têm sido firmados, mais recentemente, acordos envolvendo entes dos poderes público municipal e do poder judiciário e moradores, a fim de promover algumas melhorias nas condições de vida dos seus moradores.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Seguindo uma tendência marcante da contemporaneidade em muitas cidades brasileiras (CARLOS, 2013), há em Chapecó a histórica correlação entre crescimento econômico, atração e incremento populacional e valorização do solo urbano. Soma-se a esses elementos a fraca atuação do planejamento urbano local na promoção da justiça social no âmbito da ocupação do espaço, o que



impulsionou a expansão urbana e, ao mesmo tempo, acirrou suas desigualdades socioespaciais. E, como procuramos evidenciar neste trabalho, a precarização de territórios de moradia corresponde a uma face dramática deste processo socialmente contraditório de produção do espaço urbano.

A habitação adequada é um direito social básico de todo cidadão, previsto na Carta Magna brasileira (Art. 6º), cuja salvaguarda é um dever do Estado. E esta é uma questão socioespacial das mais graves na cidade de Chapecó. Em 2017, por exemplo, de acordo com dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, mais de 6,3 mil famílias estavam cadastradas na fila de espera em busca de uma moradia. Além desta população, há um outro contingente, de difícil mensuração, que, embora disponha da propriedade de sua residência, convive com inúmeras situações de precariedade, como se procurou mostrar com os exemplos trazidos neste trabalho.

Vale ressaltar que determinados avanços têm ocorrido nos últimos anos no âmbito das políticas públicas a fim de minimizar tais precariedades, como a melhoria da infraestrutura em alguns bairros pobres e a ampliação da regularização da condição fundiária em áreas de ocupação informal. Mas a realidade socioespacial de Chapecó demanda esforços ainda maiores na esfera pública para a promoção da inclusão social e da dignidade para uma parcela maior da população. Além de mais investimentos em infraestrutura (especialmente saneamento básico) e em serviços essenciais – como a implantação de escolas de educação básica e ampliação na oferta do transporte público, da coleta de lixo e entregas em domicílios (correio) –, faz-se necessário avançar ainda mais na questão da regularização fundiária, observando-se sua viabilidade no que tange a riscos da ocupação à saúde e à integridade dos moradores. A produção de moradias para populações de baixa renda é outra medida premente, a fim de possibilitar a realocação de famílias residentes em áreas consideradas de risco e/ou que não podem ser regularizadas, bem como para minimizar o referido déficit habitacional na cidade.

Sabe-se que os preços da terra urbana impõem limites à produção estatal de moradias de interesse social, especialmente em áreas bem servidas de infraestrutura e com boa localização no contexto geral do espaço urbano – algo

que ajuda a diminuir a segregação e a condição de desterritorializado dos habitantes. Por isso, é fundamental também o combate à especulação fundiária e à valorização excessiva da terra urbana, a partir da aplicação de instrumentos de política urbana com vistas à recuperação financeira de investimentos públicos, bem como com a promoção da ocupação em áreas de urbanização prioritária, dentre outras medidas.

## **AGRADECIMENTO**

Os estudos que embasaram a elaboração deste artigo contaram com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (FAPESC), por meio do edital de apoio a projetos de pesquisa (Edital nº7/2015).

## **REFERÊNCIAS**

AGNEW, John. Território. In: JOHNSTON, Ron J.; GREGORY, Derek; SMITH, David M. (Eds.). **Diccionario Akal de Geografía Humana**. Madrid: Akal, 2000. p. 562-563.

ALBA, Rosa. **Espaço urbano**: os agentes da produção em Chapecó. 2. ed. Chapecó: Argos, 2013.

ANTUNES, Camila S. **Lugares, redes e socialidades**: estudo etnográfico nas periferias de Chapecó (SC). 2015, 370 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

BINDA, Andrey L.; BUFFON, Elaiz A. M.; FRITZEN, Maycon. Análise espaço-temporal dos casos de inundações e alagamentos registrados na cidade de Chapecó/SC (1980-2010). **RA'E GA**, v. 26, p. 35-50, 2012.

CARLOS, Ana F. A. A prática espacial urbana como segregação e o "direito à cidade" como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, Pedro A.; CORRÊA, Roberto L.; PINTAUDI, Silvana M. (Org.). **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 95-111.

CHAPECÓ. **Lei Complementar nº 609**, de 18 de dezembro de 2017. Dispõe sobre a aprovação da Regularização Fundiária do Loteamento de Interesse Social Lajeado São José, localizado no Bairro Alvorada em Área Especial de Interesse Social - AEIS e dá outras providências... Chapecó, 2017.

DIÁRIO DO IGUAÇU. **Conflito durante destruição de casas irregulares em Chapecó.** 29/05/2014 [2014a]. Disponível em: <[http://www.diariodoiguacu.com.br/noticias/detalhes/Conflito\\_durante\\_destruicao\\_de\\_casas\\_irregulares\\_em\\_chapeco\\_\\_13695](http://www.diariodoiguacu.com.br/noticias/detalhes/Conflito_durante_destruicao_de_casas_irregulares_em_chapeco__13695)>. Acesso em: 02 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **“Nós estamos abandonados aqui”, dizem moradores do Loteamento Expoente.** 21/11/2014 [2014b]. Disponível em: <[http://www.diariodoiguacu.com.br/noticias/detalhes/Nos\\_estamos\\_abandonados\\_aqui\\_dizem\\_moradores\\_do\\_loteamento\\_expoente\\_\\_18404](http://www.diariodoiguacu.com.br/noticias/detalhes/Nos_estamos_abandonados_aqui_dizem_moradores_do_loteamento_expoente__18404)>. Acesso em: 23 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Comunidade do Lajeado São José continua à espera das escrituras.** 12/02/2015 [2015a]. Disponível em: <[http://www.diariodoiguacu.com.br/noticias/detalhes/Moradores\\_do\\_lajeado\\_sao\\_jose\\_continuam\\_a\\_espera\\_das\\_escrituras\\_20462](http://www.diariodoiguacu.com.br/noticias/detalhes/Moradores_do_lajeado_sao_jose_continuam_a_espera_das_escrituras_20462)>. Acesso em: 23 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Reunião debate necessidades do Loteamento Expoente.** 17/03/2015 [2015b]. Disponível em: <[http://www.diariodoiguacu.com.br/noticias/detalhes/Reuniao\\_debate\\_necessidades\\_do\\_loteamento\\_expoente\\_\\_21209](http://www.diariodoiguacu.com.br/noticias/detalhes/Reuniao_debate_necessidades_do_loteamento_expoente__21209)>. Acesso em: 23 fev. 2018

\_\_\_\_\_. **Moradores da Vila Páscoa, em Chapecó, fecham rua em protesto.** 27/01/2016. Disponível em: <[http://www.diariodoiguacu.com.br/noticias/detalhes/Moradores\\_da\\_vila\\_pascoa\\_em\\_chapeco\\_fecham\\_rua\\_em\\_protesto\\_\\_28483](http://www.diariodoiguacu.com.br/noticias/detalhes/Moradores_da_vila_pascoa_em_chapeco_fecham_rua_em_protesto__28483)>. Acesso em: 26 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Preocupação e medo no Loteamento Expoente em Chapecó.** 09/03/2018 [2018a]. Disponível em: <<http://www.diariodoiguacu.com.br/noticias/detalhes/preocupacao-e-medo-no-loteamento-expoente-em-chapeco-40326>>. Acesso em: 09 mar. 2018.

FUJITA, Camila. Chapecó: estrutura e dinâmica de uma cidade média no Oeste Catarinense. **Geo UERJ**, n. 24, v. 1, p. 312-338, 2013.

GOMES, Paulo O. **A ação da Igreja Católica no bairro São Pedro: um depósito de massa sobrando 1959-1985.** Chapecó, 1998. Monografia (Graduação em História), Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC.

GUZZON, Izabel A.; ANTUNES, Camila S.; MATIELLO, Alexandre M. Trajetórias e vivências cotidianas em um bairro periférico: aproximações a partir de um estudo etnográfico. **Ponto Urbe**, n. 17, p. 1-15, 2015.

HASS, Monica; ALDANA, Myriam; BADALOTTI, Rosana M. A possibilidade de um pacto social à luz dos princípios do Estatuto da Cidade: o Plano Diretor de Chapecó (SC). In: HASS, Monica; ALDANA, Myriam; BADALOTTI, Rosana M. (Orgs.) **Os planos diretores e os limites de uma gestão urbana**

**democrática:** as experiências de Chapecó, Xanxerê e Concórdia (SC). Chapecó: Argos, 2010. p. 59-120.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004a.

\_\_\_\_\_. Precarização, reclusão e “exclusão” territorial. **Terra Livre**, v. 2, n. 23, p. 35-52, jul-dez, 2004b.

\_\_\_\_\_. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, n. 17, p. 19-45, 2007.

\_\_\_\_\_. **Viver no limite:** território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand, 2014.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco:** sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Ed. 34, 2009.

MATIELLO, Alexandre et al. Chapecó/SC: o agronegócio, o setor terciário em expansão e a crescente desigualdade socioespacial. In: SPOSITO, Maria E. B.; MAIA, Doralice S. (Orgs.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional:** Dourados e Chapecó. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 171-319.

NASCIMENTO, Ederson. Produção de uma topografia social urbana. **Mercator**, v. 11, n. 26, p. 75-94, set-dez, 2012.

\_\_\_\_\_. Chapecó: evolução urbana e desigualdades socioespaciais. In: BRANDT, Marlon; NASCIMENTO, Ederson (Orgs.). **Oeste de Santa Catarina:** território, ambiente, paisagem. São Carlos: Pedro & João, 2015. p. 97-154.

\_\_\_\_\_. A segregação socioespacial em Chapecó: formação histórico-geográfica e tendências contemporâneas. In: NASCIMENTO, Ederson; VILLELA, Ana L. V. (Orgs.). **Chapecó em foco:** textos e contextos sobre o espaço urbano-regional. São Carlos: Pedro & João, 2017. p. 105-154.

PEREIRA, Reginaldo; BISSANI, Karen. A regularização do parcelamento do solo de loteamentos públicos: um estudo baseado no projeto do Loteamento de Interesse Social Vila Betinho em Chapecó/SC. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 7, n. 2, p. 203-214, 2017.

RECHE, Daniella. **Leis e planos urbanos na produção da cidade: o caso de Chapecó/SC.** Florianópolis, 2008. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade), Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

RIC MAIS. **Jornal do Meio Dia.** 24/02/2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yI80beD1Aso>>. Acesso em 02 mar. 2018.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

\_\_\_\_\_. **O espaço do cidadão**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton et al. O papel ativo da Geografia: um manifesto. **Território**, n. 9, p. 103-109, jul./dez., 2000.

SÉKULA, Ricardo J. Os discursos sobre o bairro São Pedro nos três principais jornais impressos de Chapecó. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 10, 2005, Chapecó. **Anais...** Chapecó, 2005.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA, Marcelo L. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPOSATI, Aldaíza. Prefácio: cidades territorializadas entre enclaves e potências. In: KOGA, Dirce. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003. p. 15-18.

SPOSITO, Maria E. B. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, Maria E. B. (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 233-253.

VALENTINI, Daiane R.; FACCO, Janete; CONDE, Queila R. Habitação de interesse social e a integração urbana no município de Chapecó. In: NASCIMENTO, Ederson; VILLELA, Ana L. V. **Chapecó em foco**: textos e contextos sobre o espaço urbano-regional. São Carlos: Pedro & João, 2017. p. 155-174.

VIEIRA, Élide. Quando nem tudo é progresso: uma parte de Chapecó onde o poder público fica ausente. **Gazeta de Chapecó**, 07/11/2013, p. 12.

VILLELA, Ana L. V. et al. A produção habitacional em Chapecó/SC: a ação privada na oferta de moradia. In: ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA, 30, 2011, Erechim. **Anais...** Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, seção Porto Alegre, 2011.

VOZ DO OESTE. **Déficit habitacional é de 6.300 famílias em Chapecó**. 09/04/2017. Disponível em: <<https://vozdooeste.com.br/2017/04/09/deficit-habitacional-e-de-6-300-familias-em-chapeco>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

# USO DO TERRITÓRIO NO OESTE DE SANTA CATARINA: A PRODUÇÃO AVÍCOLA E AS CRISES DE ABASTECIMENTO<sup>1</sup>

*Use of territory in the west of State of Santa Catarina, Brazil:  
poultry production and the supply crises*

**Fabiane Ripplinger\***  
**Ricardo Alberto Scherma\***  
**Ederson Nascimento\***

**\*Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Rodovia SC-484, km 2 – Fronteira Sul – Campus Chapecó, Santa Catarina, Brasil – CEP: 89815-899  
fabi.ham@hotmail.com / ricardo.scherma@uffs.edu.br / ederson.nascimento@uffs.edu.br

## RESUMO

O presente estudo busca analisar a produção avícola, a sua relação com a produção de milho e as crises de abastecimento que ocorreram nos últimos anos, em especial em 2008, 2012 e 2016, na mesorregião Oeste do estado de Santa Catarina. Com a intenção de compreender a dinâmica produtiva nessa região, mobilizaremos a categoria de análise uso do território. Essa categoria foi proposta por Milton Santos com a finalidade de realizar estudos baseados em abordagens territoriais em que o espaço é considerado como uma instância social. O texto foi organizado na seguinte estrutura: i) apontamentos introdutórios em conjunto com a metodologia empregada; ii) a produção avícola e as crises de abastecimento; iii) a produção de milho regional; iv) geopolítica do lugar: pensando o futuro; e v) considerações finais. Foram realizadas análises com base em autores que estudaram a região, relatórios de empresas privadas e órgãos governamentais e banco de dados públicos. Os resultados da pesquisa mostram uma contradição entre a forte presença do circuito espacial avícola, que necessita de cereais (especialmente o milho) para abastecer as suas fábricas de ração, e a gradual redução das áreas de cultivo desse cereal no espaço agrícola regional. Abordamos, ainda, a presença de atores regionais não hegemônicos (sindicatos e cooperativas) que atuam preocupados com as questões do campo e buscam estimular, e mesmo organizar uma produção agropecuária baseada no território, com vistas a mitigar e superar os problemas dos espaços rurais engendrados pelo uso corporativo do território.

**Palavras-chave:** Uso do território. Produção avícola. Produção regional de milho. Geopolítica do lugar.

## ABSTRACT

The present study seeks to analyze the poultry production, its relation with maize production and the supply crises that have occurred in recent years, especially in 2008, 2012 and 2016, in the western mesoregion of the state of Santa Catarina. With the intention of understanding the productive dynamics in this region, we will mobilize the analysis category of use of territory. This category was proposed by Milton Santos with the purpose of carrying out studies based on territorial approaches in which space is considered as a social instance. The text was organized as follows: i) introductory notes together with the methodology used; ii) poultry production and supply crises; (iii) regional production of maize; iv) geopolitics of the place: thinking about the future; and v) final considerations. The analyses were performed based on authors who studied the region, reports of private companies and government agencies and public databases. The research results show a contradiction between the strong presence of the poultry space circuit, which requires cereals (especially maize) to supply the ration factories, and the gradual reduction of this cereal cultivation areas in the regional agricultural space. We also deal with the presence of non-hegemonic actors (unions and cooperatives) that work in the region concerned with the "field issues" and that seek to stimulate, and organize, an agricultural production based on the regional territory, with the objective of mitigating and overcoming the problems in the rural spaces engendered by the corporate use the territory.

---

<sup>1</sup> Os estudos que embasaram a elaboração do presente artigo contaram com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (FAPESC), por meio do edital de apoio a projetos de pesquisa (Edital nº7/2015).

**Keywords:** Use of territory. Poultry production. Regional production of maize. Geopolitics of the place.

## 1 INTRODUÇÃO

A Mesorregião Oeste Catarinense, formada por 118 municípios, possui sua base econômica calcada na agropecuária, e a sua capacidade industrial instalada está diretamente ligada à agroindústria. Nessa região, encontra-se um dos maiores circuitos de carnes e derivados da América Latina, e em decorrência disso se faz necessário que a produção de grãos – entre eles, o milho, insumo para fábricas de ração – acompanhe no mesmo ritmo essa indústria de alta performance. Com a intenção de compreender a dinâmica produtiva ocorrida na referida mesorregião, a partir da ideia de *uso do território* (SANTOS, 1996), analisaremos o circuito espacial produtivo de carne-grãos, a produção de milho regional e as crises de abastecimento.

Como observa Pertile (2008), durante o desenvolvimento e fixação das agroindústrias do circuito carne-grãos no Oeste Catarinense, houve diversos investimentos e modificações no território e na economia da região. É com o fim de contribuir com o conhecimento geográfico dessa temática, que envolve os circuitos espaciais produtivos, o uso hegemônico do território, as crises engendradas por esse modelo de exploração dos recursos, e as reações e organização da sociedade civil, que empreendemos este estudo.

Destaca-se que o milho, para esta região, possui grande importância econômica, pois é o principal insumo usado na fabricação da ração usada para o abastecimento de inúmeros aviários e demais estabelecimentos de criação animal distribuídos no campo (MARTINS, 2007). Contudo, as chamadas crises de abastecimento estão se tornando recorrentes nos últimos anos. Entre 2012 e 2013, a crise do milho gerou inúmeras perdas financeiras e de rebanhos para a indústria e produtores. Já em 2016, novos episódios de escassez e aumento dos preços foram registrados.

A presente pesquisa possui orientação documental, com dados obtidos em *websites* governamentais de gestão, de pesquisa, bibliotecas, e bases de dados (como IBGE, EPAGRI, IPEA), bem como em jornais, relatórios de empresas privadas e mapas. Ademais, foram produzidos mapas temáticos contendo informações sobre unidades de abate e processamento de carnes, dos rebanhos de galináceos e da área de produção de milho na região estudada, utilizando o software ArcGIS®.

Mediante o exposto, analisaremos a seguir alguns pontos importantes sobre a história e produção avícola na região de estudo, da mesma maneira, o modo como as crises de abastecimento afetaram e ainda podem afetar os produtores e as agroindústrias catarinenses.

## 2 A PRODUÇÃO AVÍCOLA NO OESTE CATARINENSE E AS CRISES DE ABASTECIMENTO

A produção de carne de frango no Oeste Catarinense possui grande contribuição na economia regional. A partir dos anos 1960, este setor intensificou sua atuação na região ao substituir o modo de produzir de subsistência por atividade produtiva intensiva em técnica. O desenvolvimento de algumas empresas, como a Sadia e a Perdigão (fundidas na BRF), e as novas alternativas de transporte e escoamento da produção, como por vias aéreas – o que possibilitou a integração ao mercado nacional – foram fatores importantes nesse processo. A presença de frigoríficos é marcante historicamente na porção ocidental de Santa Catarina, sendo as principais Perdigão S/A, fundada em 1934, Sadia Avícola (1944), Pamplona S/A (1948), Chapecó Alimentos (1952), Seara Alimentos (1956) e Coopercentral Aurora Alimentos (1969) (ESPÍNDOLA, 1999).

Tanto em Santa Catarina, quanto especificamente na mesorregião analisada, as exportações de origem avícola são muito significativas, pois o aparelho produtivo é bastante voltado ao mercado externo. Sendo o exterior o principal destino da produção, os maiores fluxos seguem para Japão, Holanda, Reino Unido, Arábia Saudita e Cingapura. No ano de 2000, o estado de Santa Catarina

exportou 397 mil toneladas de carne de frango. Já em 2016, o estado exportava mais de um milhão de toneladas do mesmo produto<sup>2</sup>.

Para que a qualidade do produto seja comprovada e para atingir novos mercados consumidores, a articulação necessária se dá através de redes técnicas avançadas. Podemos citar, como exemplo, o uso das tecnologias de rastreamento de produtos, que atendem às exigências do atual período, em que há uma dissociação cada vez maior dos lugares de produção e de consumo, o que impõe essa necessidade técnica na organização, uso e regulação da atividade produtiva no território.

Ademais, muitos dos postos de trabalho no Oeste Catarinense estão ligados ao circuito espacial produtivo de carnes-grãos (avícola), principalmente na produção de alimentos e no processamento destes. O mapa exibido adiante (Figura 1) nos permite analisar a dimensão deste circuito espacial produtivo. São 13 unidades produtivas de abate e processamento de aves de empresas com grande reconhecimento em diversas escalas (regional, nacional e internacional) instaladas na área analisada. Observa-se também como os rebanhos de aves, que geram renda no campo, estão concentrados, especialmente na porção centro-meridional da mesorregião, de Chapecó a Capinzal-Ouro, e destes a Videira-Rio das Antas, além de alguns municípios a oeste (Serra Alta, Sul Brasil, Palmitos, Iporã do Oeste e Itapiranga). Apesar de todo o espaço regional cooperar no processo produtivo, a densidade dos rebanhos é maior nos municípios que abrigam as unidades industriais e em seu entorno. Por serem indústrias intensivas em matéria prima, a necessidade de localizar os aviários próximos às unidades de abate e processamento torna-se um imperativo para o setor.

Ainda tratando da concentração dos rebanhos e da especialização regional, na Tabela 1 podemos analisar que, dentre os 295 municípios catarinenses, os dez maiores produtores de frango encontram-se na mesorregião Oeste Catarinense. Dessa forma, é possível depreender a importância do circuito avícola na região e da região para esse circuito.

**Tabela 1** - Principais municípios produtores de frangos em Santa Catarina (2016)

Município	Número de aves (milhões)*	%
Videira	35,97	4,01
Ipumirim	26,22	2,92
Concórdia	20,88	2,33
Ouro	18,55	2,07
Arabutã	17,70	1,97
Xaxim	17,13	1,91
Itapiranga	16,04	1,79
Palmitos	15,79	1,76
Itá	15,20	1,69
Tangará	14,42	1,61
Demais municípios	698,93	77,94
Total	896,81	100,00

\*Os dados incluem os frangos abatidos em Santa Catarina (97,31%) e aqueles abatidos em outras UFs (2,69%), bem como as diversas categorias de galinhas destinadas ao abate no período (bisavós, avós, matrizes, poedeiras comerciais e frangos de corte).

**Fonte:** CIDASC, in EPAGRI (2017).

Atualmente, Santa Catarina encontra-se em segundo lugar na produção nacional com um total de 1.871.315 toneladas de carcaças em 2018 (13,8% do total nacional), ficando atrás somente do Paraná que produziu cerca de 4.313.023 toneladas (31,9% da produção nacional) (EPAGRI, 2019). Ao analisarmos os dados estaduais por mesorregião, observa-se que o Oeste Catarinense possui

<sup>2</sup> MDIC/Aliceweb, s/d *apud* EPAGRI (2017, p. 137).



grande notoriedade na produção de frangos, sendo responsável por quase 80% da produção estadual em 2018, como se pode visualizar na tabela abaixo e sendo reforçado na figura 1.

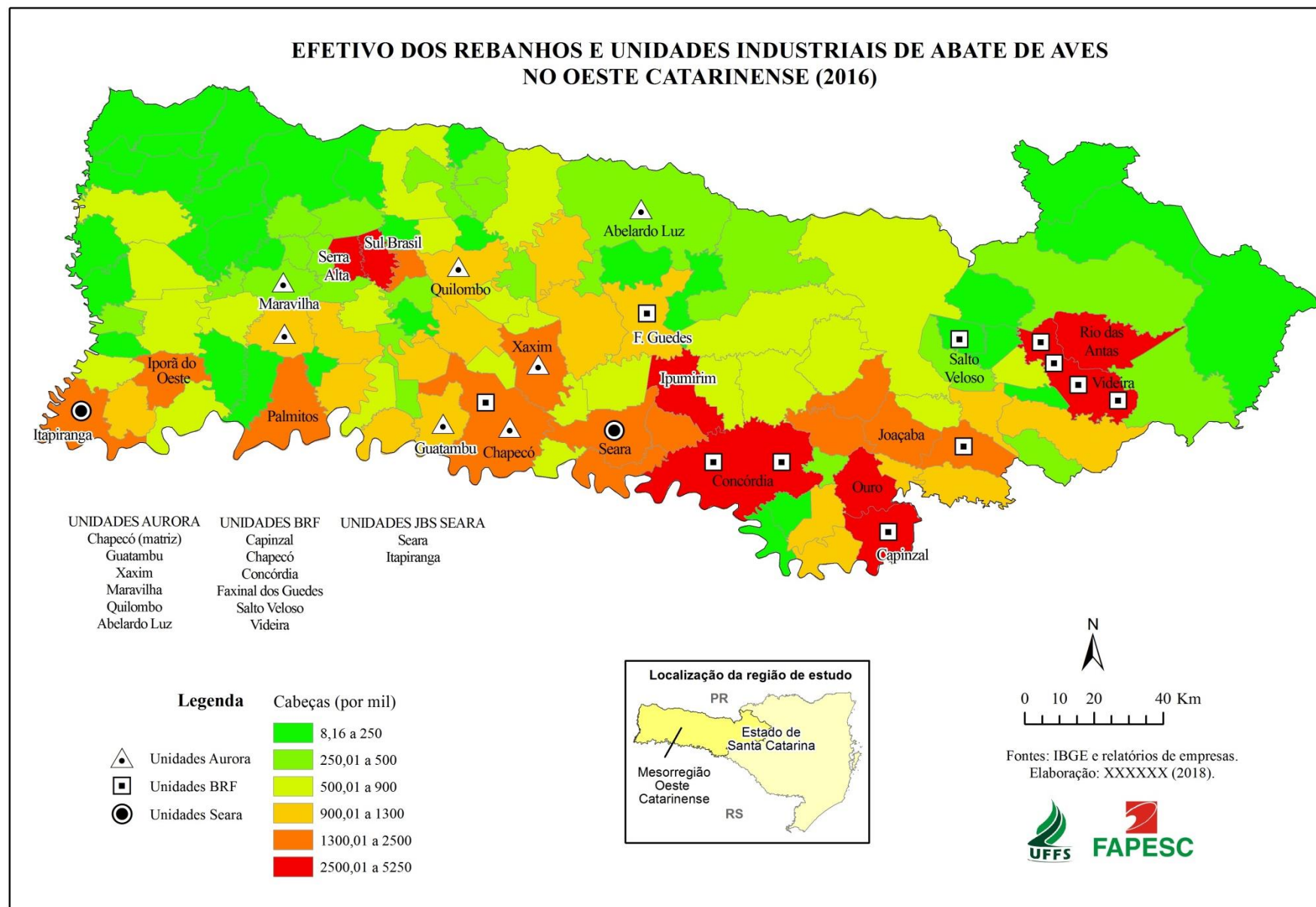
**Tabela 2** - Produção de frangos por mesorregião catarinense (2018)

Mesorregião	Milhões de cabeças <sup>(1)</sup>	%
Oeste Catarinense	625,9	79,4
Sul Catarinense	92,9	11,8
Norte Catarinense	40,9	5,2
Grande Florianópolis	14,1	1,8
Serrana	9,5	1,2
Vale do Itajaí	4,9	0,6
Santa Catarina	788,2	100

<sup>(1)</sup>Inclui os frangos abatidos em Santa Catarina e os criados no Estado e abatidos em outras UFs.

Fonte: Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC). Tabela elaborada por: Empresa de pesquisa agropecuária e extensão rural de Santa Catarina (EPAGRI), 2019.

**Figura 1 - Distribuição dos rebanhos e das unidades industriais de abate de aves na mesorregião Oeste Catarinense (2016).**



A presença desse conjunto de empresas e de produtores rurais gera uma crescente demanda de insumos pela indústria. O milho, principal componente da ração destinada às aves, é um desses insumos. Contudo, a produção estadual do cereal não é suficiente para atender às demandas do setor. A sistemática redução da área de plantio, associada a eventos de ordem financeira e da demanda dos mercados globais, provocou nos últimos anos crises de abastecimento muito severas no estado.

Durante os anos de 2008, 2012 e 2016, o estado de Santa Catarina conheceu cenários de escassez no fornecimento do grão engendradas por eventos externos, principalmente a alta demanda e a elevação dos preços no mercado internacional, e por fatores internos, como variações climáticas que afetaram consideravelmente diferentes culturas agrícolas no Oeste Catarinense, progressiva redução das áreas de plantio em substituição a culturas mais rentáveis (principalmente a soja) e demanda muito maior do que a disponibilidade do cereal. Em tal contexto, a indústria agroalimentar necessita realizar a importação sistemática de milho de outros estados (casos do Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) e até mesmo de países vizinhos, como Paraguai e Argentina, encarecendo ainda mais o produto devido aos custos de transporte.

Em decorrência desses eventos, avicultores, suinocultores e a indústria agroalimentar, especialmente as unidades menores que não possuíam capacidade de armazenagem, passaram por dificuldades. Durante esses períodos, manchetes como “Crise na Avicultura”, “Alta dos insumos ameaça agroindústria”, “Com setor avícola em crise, preço da carne de frango começa a subir”, “Pequeno produtor pode ficar sem renda” e “Agroindústrias pedem ajuda no transporte de milho” tornaram-se frequentes na imprensa<sup>3</sup>, ganhando grande repercussão.

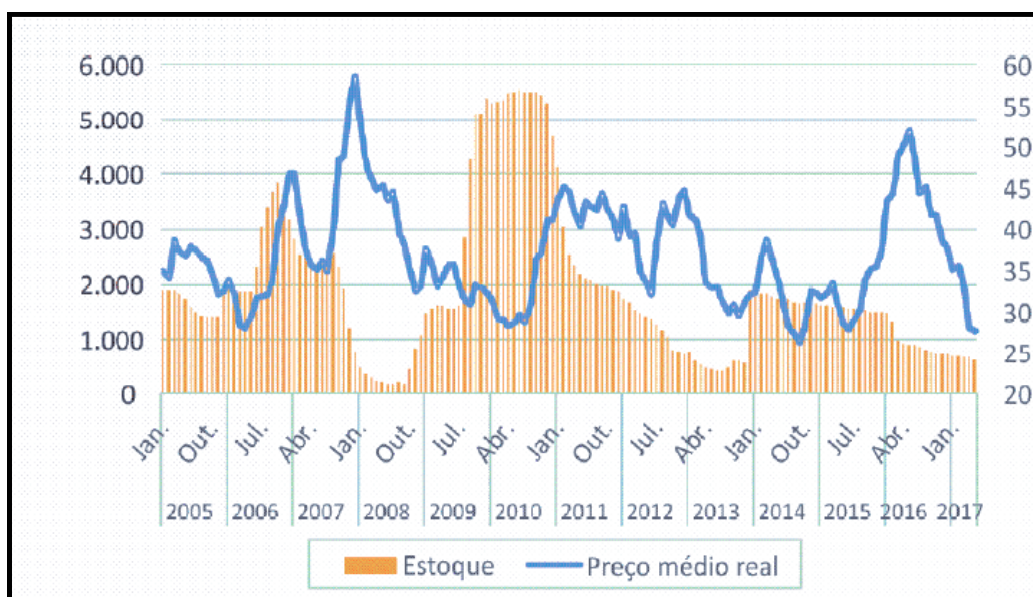
Na *Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina*, podemos observar que atualmente a situação não é diferente dos anos anteriores, em que a demanda por milho era superior à quantidade produzida. Como anota esta pesquisa, “[...] atualmente, Santa Catarina é deficitário no balanço de oferta e demanda de milho. No ano de 2016, a demanda total do grão totalizou 6,6 milhões de toneladas, enquanto a oferta fechou em 3,3 milhões de toneladas” (EPAGRI, 2017, p. 86). Em parâmetros mundiais, na safra 2017/2018, houve uma redução na produção entorno de 4,15%, sendo que no Brasil e na Argentina a quebra na produção corresponde a 1,84% do total mundial (EPAGRI, 2018).

A partir da Figura 2, podemos analisar a relação entre a oferta de milho e os preços médios a nível nacional entre os anos 2005 e 2017, e compreender que nos anos de crise de abastecimento os preços se elevaram consideravelmente. Percebe-se que há uma variação de preços inversamente proporcional à oferta de milho.

---

<sup>3</sup> Vide, a título de exemplo, as reportagens de Pereira (2012), Debona (2016) e Canal Rural (2016).

**Figura 2** – Estoque e preço médio nacional do milho – 2005 a 2017.



Nota: preços mensais corrigidos pelo IGP-DI (base: maio/2017)

Fonte: Conab e Cepea (2017, apud EPAGRI, 2017, p. 84).

Em conformidade e com o intuito de compreender melhor a produção regional desse cereal, trataremos dessa questão na próxima seção.

### 3 A PRODUÇÃO REGIONAL DE MILHO

A maior parte dos municípios que mais produzem milho em Santa Catarina está localizada no Oeste, com destaque para Chapecó, Abelardo Luz, Seara e Concórdia. Através da análise da Figura 3, podemos perceber como a diminuição que ocorreu em dez anos da área plantada do cereal, na mais importante região produtiva agrícola do estado, pode ser considerada um dos fatores que restringiu a oferta do grão, delineando as crises de abastecimento dos últimos anos.

Podemos associar a queda da área de cultivo a alguns eventos:

- Variações climáticas que provocaram perda de lavouras e queda da produtividade;
- Substituição das áreas de cultivo de milho por plantações com preço mais estável e rentável, como a soja, e;
- Avanço das áreas de pastagem e da silvicultura, especialmente na microrregião do extremo Oeste Catarinense, levando a outros usos da terra.

Com relação as áreas de produção de milho que estão sendo substituídas por soja, podemos notar nas tabelas a seguir que este dado se confirma com grande relevância.

**Tabela 3** – Produção de milho no Oeste Catarinense

	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (t)	Rendimento médio da produção (kg/ha)
<b>2004</b>	548109	525974	2224370	4229
<b>2008</b>	442953	442953	2528855	5709
<b>2012</b>	294294	287317	1415232	4926
<b>2016</b>	207250	207250	1521516	7341
<b>2017</b>	206510	206128	1768555	8580

Fonte: Tabela 839 - Produção Agrícola Municipal – Sidra – IBGE. Adaptado pelos autores (2019).

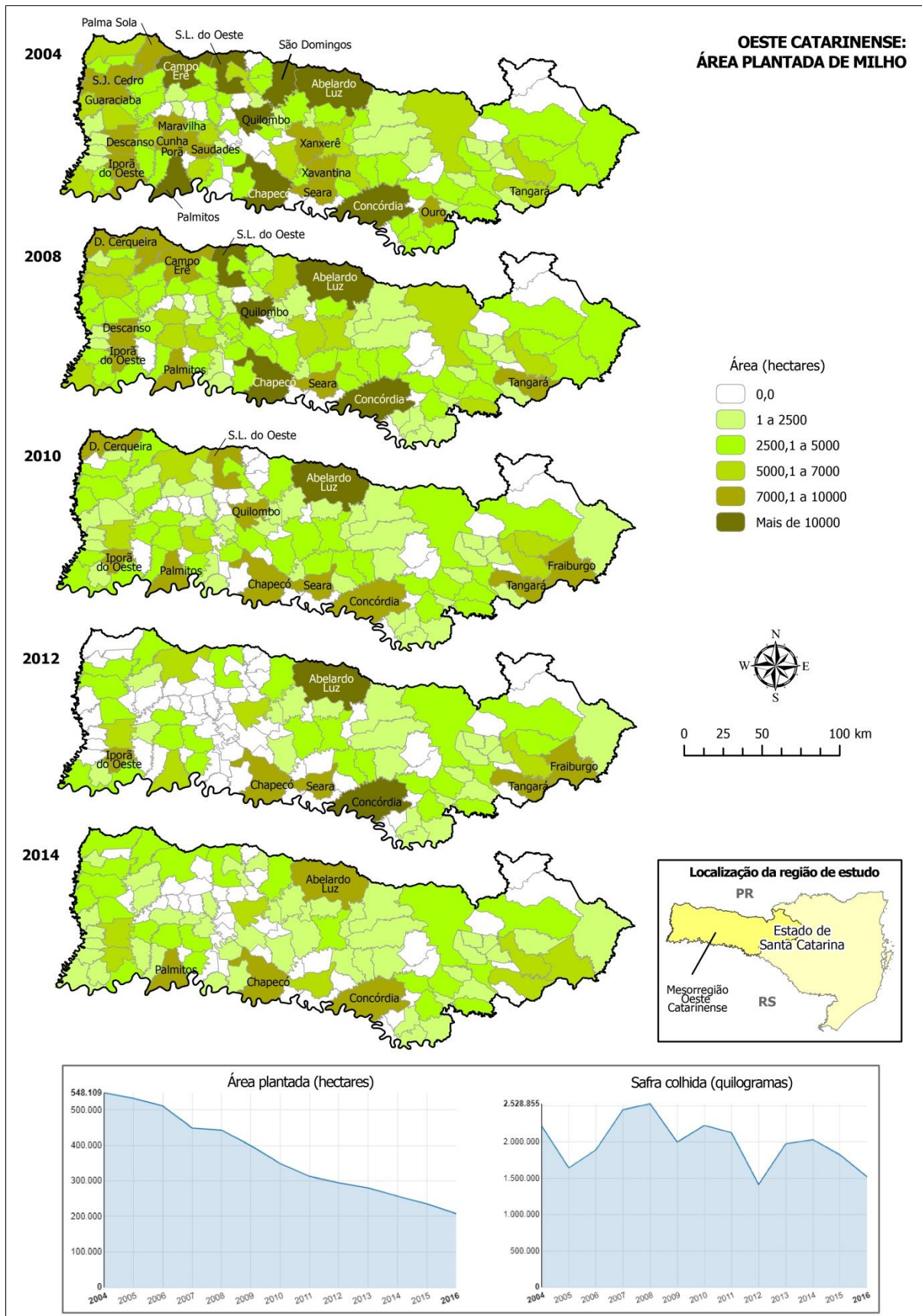
**Tabela 4 - Produção de soja no Oeste Catarinense**

	<b>Área plantada (ha)</b>	<b>Área colhida (ha)</b>	<b>Quantidade produzida (t)</b>	<b>Rendimento médio da produção (kg/ha)</b>
<b>2004</b>	184396	184366	365001	1979
<b>2008</b>	215965	215965	518279	2399
<b>2012</b>	257996	257596	519679	2017
<b>2016</b>	337600	337600	1050827	3113
<b>2017</b>	338134	332333	1180163	3551

Fonte: Tabela 1612 - Produção Agrícola Municipal – Sidra – IBGE. Adaptado pelos autores (2019).

Ainda é interessante notar que, apesar da queda da área destinada à produção de milho, a quantidade produzida, mesmo que insuficiente para atender às demandas do estado, mantém-se estável. Isso se explica devido aos ganhos de produtividade a partir da implantação de “pacotes tecnológicos” nos municípios onde a produção tem se realizado por meio da agricultura empresarial mediada e integrada às cooperativas. Em Abelardo Luz, por exemplo, a produtividade passa de 6.750 quilos por hectare em 2004 para 12 mil quilos por hectare em 2014 (IBGE, 2018). Isso se dá devido ao avanço da agricultura empresarial em áreas da agricultura familiar, por intermédio de muitos mecanismos, como a compra de terras e o arrendamento.

**Figura 3 – Distribuição espaço-temporal da área plantada de milho no Oeste Catarinense.**



Fonte: IBGE (2018).

Elaboração: os autores (2018).

O uso do território, entendido aqui como o dinamismo da economia e da sociedade (SANTOS, 1996), realizado pelas empresas tem levado ao campo uma lógica de exploração em que apenas as demandas de mercado interessam. Uma lógica estabelecida por atores que podem executar um programa quase sempre orientado para o lucro e para atender aos interesses das *trading companies*, criando situações de escassez que ameaçam o funcionamento do próprio aparelho produtivo hegemônico, nesse caso, a indústria de abate e processamento de aves historicamente instalada na região.

Contudo, diversos atores regionais têm pensado projetos para o campo. Esses atores já acumulam experiências significativas de desenvolvimento rural e regional e a expansão de seus programas pode ser uma alternativa interessante para regiões agrícolas como o Oeste Catarinense.

#### **4 GEOPOLÍTICA DO LUGAR: PENSANDO O FUTURO**

Questões relacionadas ao campo sempre ocuparam a pauta de discussões de diversos atores na região oeste de Santa Catarina. Atualmente, atores regionais ligados ao empresariado, ou à classe trabalhadora, colocam em pauta uma série de projetos.

Frente às sucessivas crises de abastecimento do milho e às distâncias que separam as fábricas/abatedouros dos portos, as companhias do setor têm apoiado e defendido um ambicioso projeto logístico: a “Ferrovia da Integração”. Trata-se do projeto da construção de uma linha ferroviária para estabelecer a conexão em rede da região Oeste do estado com o litoral e ainda ligar a região aos terminais de Rio Grande (RS) e de Panorama (SP) e, conseqüentemente, às áreas produtoras de milho do Centro-Oeste (ZANELLA, 2014) através também da “Ferrovia do milho” – interligação entre o Centro-Oeste e o Sul brasileiro (DEBONA, 2013). O projeto, que atualmente está na fase de estudos de viabilidade técnica, é alvo de disputas políticas devido à definição de seu traçado: se passará pela região da serra catarinense (Ponte Alta e Alfredo Wagner) em direção a Blumenau – traçado este o mais provável, segundo a Valec (empresa do governo federal responsável pela ampliação da malha ferroviária no país) (Cf. Figura 4) –, ou se passará pelo norte do estado antes de chegar ao litoral. Conforme informado em reportagem de Fevereiro de 2018 (SPAUTZ, 2018), o custo da obra, estimado entre 12 e 14 bilhões de reais, dependerá principalmente da definição do traçado.

**Figura 4** – Ferrovia da Integração: traçado provável.



**Fonte:** Valec (2018).

**Elaboração:** os autores (2018).

Por outro lado, visando a manutenção de efetivos populacionais rurais, organismos governamentais, como a Epagri (Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina), têm empreendido programas para viabilizar a permanência das famílias no campo. Entre esses programas, o desenvolvimento de agroindústrias familiares, organizadas em forma de cooperativas, que mobilizam o saber regional para fabricação de alimentos, tem se mostrado como uma possibilidade de valorização do território (DORIGON, 2015). A Fetraf-Sul (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil) e sindicatos também mobilizaram seus associados para a construção de alternativas: em Chapecó, por exemplo, a Cooperfamiliar, que é uma cooperativa de agricultores familiares, centraliza a pequena produção e participa dos programas de compras institucionais, especialmente aqueles ligados à merenda escolar. Junto a esses organismos, a Cresol (Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária) atua como braço financeiro, viabilizando linhas de crédito do Pronaf e implantando programas que visam diversificar a produção no interior das pequenas propriedades, atuando no desenvolvimento rural.

Atores históricos como MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), por meio de seus assentamentos, também desenvolvem projetos na região. Cooperativas criadas nos anos 1990 para industrialização dos produtos dos assentamentos compram matéria prima de assentados e pequenos produtores. Essas cooperativas, ligadas à marca Terra Viva, industrializam e distribuem nos mercados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul os chamados “Produtos da Reforma Agrária”.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de nossos estudos, podemos concluir que as áreas destinadas à produção de milho no Oeste Catarinense têm diminuído a cada ano - apesar da produtividade por hectare ter aumentado devido ao uso de tecnologias mais avançadas e sementes geneticamente melhoradas - por conseguinte, a demanda se torna maior que a produção, sendo necessário buscar o cereal em outros estados, o que aumenta os custos finais dos produtos e ameaça a permanência do aparelho produtivo do setor avícola instalado.

Como vimos, a mesorregião Oeste Catarinense destaca-se no circuito espacial de carnes, principalmente avícola e de suínos – responsável por grande parte da produção e das exportações deste ramo a nível estadual - o que demanda muito milho para a fabricação de ração animal. Porém, nos últimos anos, muitos agricultores estão transitando do plantio de milho para a soja, pois o valor comercial da soja está mais alto e desta forma os lucros são maiores, o que gerou e ainda poderá impactar significativamente em toda a região de estudo com as chamadas crises de abastecimento. Ressalta-se a importância da criação da Ferrovia da Integração, pois através desta facilitará o escoamento de insumos e da produção do Oeste Catarinense para os portos, diminuindo os custos de transporte e conseqüentemente o valor do produto.

A ação, nesse caso, é orientada pelo uso corporativo do território (SANTOS; SILVEIRA, 2001) onde estas são orientadas por um jogo de forças políticas, econômicas, sociais, etc.” (SANTOS; SILVEIRA, 2001 apud TOLEDO; CASTILLO, 2008, p. 82).

## REFERÊNCIAS

CANAL RURAL. **Crise do milho põe em risco 60% dos empregos em município do oeste catarinense**. 10/06/2016. Disponível em: <http://www.canalrural.com.br/noticias/rural-noticias/crise-milho-poe-risco-dos-empregos-municipio-oeste-catarinense-62483>. Acesso em: 16 mar. 2018.

CATAIA, M. Uso do território e federação: novos agentes e novos lugares. Diálogos possíveis e participação política. **Scripta Nova**, Barcelona, v. XIV, n. 331 (16), ago. 2010.

DEBONA, Darci. Falta de milho atinge agroindústrias do Oeste de Santa Catarina. **Diário Catarinense**, 28/05/2016. Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2016/05/falta-de-milho-atinge-agroindustrias-do-oeste-de-santa-catarina-5811996.html>. Acesso em: 16 mar. 2018.

DEBONA, Darci. **Santa Catarina importa 66 mil caminhões de milho**. NSC. 2013. Disponível em: <http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/politica-e-economia/noticia/2013/04/santa-catarina-importa-66-mil-caminhoes-de-milho-4113222.html>. Acesso em: 01 jun. 2019.

DORIGON, Clovis. Le passage du modèle de l'agriculture familiale à un modèle coopératif familial autour des produits coloniaux au sud du Brésil. **Bulletin de l'association de géographes français**, 92-3 - 2015, 353-363.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA (EPAGRI). **Números da agropecuária catarinense**. Maio/2019. Florianópolis: Epagri/Cepa. ISSN 0100-8986. Disponível em: [http://docweb.epagri.sc.gov.br/website\\_cepa/publicacoes/Numeros\\_Agropecuaria\\_Catarinense\\_mai\\_o\\_2019\\_site.pdf](http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/publicacoes/Numeros_Agropecuaria_Catarinense_mai_o_2019_site.pdf). Acesso em: 25 ago. 2019.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA (EPAGRI). **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina 2016/2017**. Florianópolis:

Epagri/Cepa. 2017. Disponível em: [http://docweb.epagri.sc.gov.br/website\\_cepa/publicacoes/Sintese-Anual-da-Agricultura-SC\\_2016\\_17.pdf](http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/publicacoes/Sintese-Anual-da-Agricultura-SC_2016_17.pdf). Acesso em: 30 jan. 2018.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA (EPAGRI). **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina 2017/2018**. Florianópolis: Epagri/Cepa. 2018. Disponível em: <http://webdoc.epagri.sc.gov.br/sintese.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2019.

ESPÍNDOLA, C. J. **As agroindústrias no Brasil**: o caso Sadia. Chapecó: Grifos, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção Agrícola Municipal**. 2018. Sidra. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 18 fev. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 1612**. Sidra. Produção Agrícola Municipal. s/d. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1612#resultado>. Acesso em: 22 ago. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 839**. Sidra. Produção Agrícola Municipal. s/d. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/839#resultado>. Acesso em: 22 ago. 2019.

MARTINS, F. M. **Coefficientes técnicos e custos agregados na cadeia produtiva do frango no oeste catarinense**. Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2007.

PEREIRA, M. Crise na avicultura de SC. **Click RBS**, 20/08/2012. Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/moacirpereira/2012/08/20/crise-na-avicultura-de-sc/?topo=67,2,18,,67>. Acesso em: 16 mar. 2018.

PERTILE, N. **Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina**: o processo de produção de carnes no Oeste Catarinense. Florianópolis, 2008, 322f. Tese (Doutorado em Geografia), CCH/UFSC, 2008.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SPAUTZ, Dagmara. **Projeto da Ferrovia da Integração prevê custo de R\$ 14 bilhões**. NSC Total, 18/02/2018. Disponível em: <https://www.nscotal.com.br/colunistas/dagmara-spautz/projeto-da-ferrovia-da-integracao-preve-custo-de-r-14-bilhoes>. Acesso em: 18 fev. 2018.

TOLEDO, Marcio; CASTILLO, Ricardo. Grandes empresas e uso corporativo do território: o caso do circuito espacial produtivo da laranja. **Geosul**, Florianópolis, v. 23, n. 46, p 79-93, jul./dez. 2008. Disponível: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2008v23n46p79>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

VALEC ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A. **Corredor Ferroviário de Santa Catarina**. 2018. Disponível em: <http://valec.gov.br/ferrovias/corredor-ferroviario-de-santa-catarina>. Acesso em: 22 abr. 2018.

ZANELLA, A. P. A implantação de um macrossistema técnico: discurso s e implicações territoriais da Ferrovia da Integração (Leste-Oeste Catarinense). In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2014, Vitória. **Anais...** Vitória, AGB, 2014. Disponível em: [http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404319937\\_ARQUIVO\\_AnapaulaZanellaCBGE O.pdf](http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404319937_ARQUIVO_AnapaulaZanellaCBGE O.pdf). Acesso em: 19 abr. 2018.

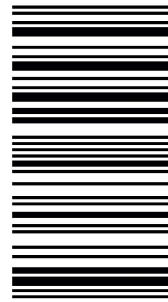
## Território e sociedade

O oeste catarinense passou por profundas mudanças na relação espaço-sociedade no último século. Mudanças pautadas principalmente na alteração tanto da base social com a chegada dos migrantes quanto da matriz produtiva, fortemente articuladas e sob influência do processo de consolidação do território brasileiro e pela expansão da fronteira agrícola. No contexto de urbanização o fenômeno da desmetropolização está relacionado à própria natureza do modelo urbano industrial implantado tardiamente, desencadeando profundas alterações na estrutura econômica e social. É nesse contexto que esta obra justifica a relevância social e científica das distintas dimensões das relações entre território e sociedade na cidade de Chapecó (envolvendo também as articulações com seu espaço rural) e em sua região de influência (que inclui o Oeste de Santa Catarina e alguns municípios do Rio Grande do Sul). O conjunto de textos aqui apresentados analisa, interpreta e aproxima a região oeste dos estudos e debates nacionais e internacionais, preservando o necessário e atento olhar às particularidades dos processos locais e regionais.

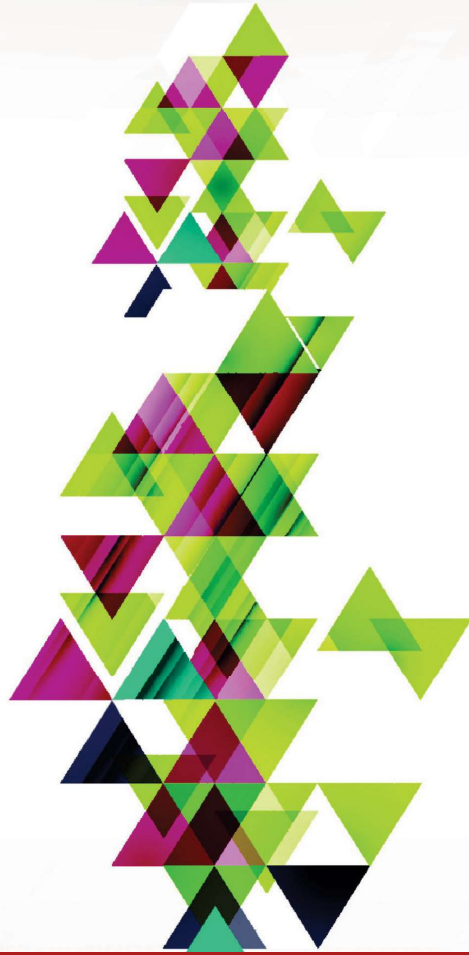
Ederson Nascimento é geógrafo, doutor em Geografia, professor e pesquisador da UFFS. Ana Laura V. Villela é arquiteta e urbanista, mestra em Planejamento Urbano e Regional, doutoranda em Arquitetura, professora e pesquisadora da UnoChapecó. Cláudio Machado Maia é economista, doutor em Desenvolvimento Rural, professor e pesquisador da UnoChapecó.

Território e Sociedade Chapecó e região

Nascimento, Villela, Maia (Eds.)



978-613-9-62958-9



Ederson Nascimento (Ed.) · Ana Laura V. Villela (Ed.) ·  
Cláudio M. Maia (Ed.)

## Território e sociedade

Novos estudos sobre Chapecó e região

**Ederson Nascimento, Ana Laura V. Villela, Cláudio M. Maia (Eds.)**

**Território e sociedade**



**Ederson Nascimento, Ana Laura V. Villela, Cláudio  
M. Maia (Eds.)**

**Território e sociedade**  
**Novos estudos sobre Chapecó e região**

**Novas Edições Acadêmicas**

**Imprint**

Any brand names and product names mentioned in this book are subject to trademark, brand or patent protection and are trademarks or registered trademarks of their respective holders. The use of brand names, product names, common names, trade names, product descriptions etc. even without a particular marking in this work is in no way to be construed to mean that such names may be regarded as unrestricted in respect of trademark and brand protection legislation and could thus be used by anyone.

Cover image: [www.ingimage.com](http://www.ingimage.com)

**Publisher:**

Novas Edições Acadêmicas

is a trademark of

International Book Market Service Ltd., member of OmniScriptum Publishing Group

17 Meldrum Street, Beau Bassin 71504, Mauritius

Printed at: see last page

**ISBN: 978-613-9-62958-9**

Copyright ©

Copyright © 2018 International Book Market Service Ltd., member of  
OmniScriptum Publishing Group

All rights reserved. Beau Bassin 2018



**Ederson Nascimento**  
**Ana Laura Vianna Villela**  
**Claudio Machado Maia**  
(Editores)

**TERRITÓRIO E SOCIEDADE**  
**Novos estudos sobre**  
**Chapecó e Região**



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
<i>Ana Laura Vianna Villela</i>	
<i>Ederson Nascimento</i>	
<i>Claudio Machado Maia</i>	
<b>Parte I - Chapecó e o contexto regional</b>	
CIDADES MÉDIAS: APROXIMAÇÕES E REFLEXÕES	13
<i>Ana Laura Vianna Villela</i>	
<i>Rosa Salete Alba</i>	
<i>Claudio Machado Maia</i>	
<i>Jessica Martinelli Dalpiaz</i>	
OESTE CATARINENSE: OCUPAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO AMBIENTAL NO SÉCULO XX	69
<i>Samira Peruchi Moretto</i>	
<i>Michely Cristina Ribeiro</i>	
DINÂMICAS POTENCIAIS DA INFRAESTRUTURA VIÁRIA COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO EM CHAPECÓ E REGIÃO	79
<i>Andrezza Aparecida Saraiva Piekas</i>	
<i>Rógis Juarez Bernardy</i>	
QUE DEFINIÇÃO DE EDIFÍCIO DE ENERGIA ZERO MELHOR ATENDERIA A REGIÃO DO OESTE CATARINENSE? UMA ANÁLISE DAS DEFINIÇÕES DE ENERGIA ZERO DA UNIÃO EUROPEIA E ESTADOS UNIDOS E SUAS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES	99
<i>Miguel Pacheco</i>	
EVOLUÇÃO DA CONCEPÇÃO ESTRUTURAL NOS EDIFÍCIOS EM CONCRETO ARMADO NA REGIÃO DE CHAPECÓ	117
<i>Flávio Antônio Teixeira Coroleski</i>	
<i>Carlos Eduardo Nunes Torrescasana</i>	
DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS DIÁRIOS PARA CHAPECÓ RELACIONADOS À EDUCAÇÃO	135
<i>Ana Laura Vianna Villela</i>	
<i>Rosa Salete Alba</i>	
<i>Claudio Machado Maia</i>	
<i>Alexander Ortmeier</i>	

COMO O FUTEBOL PODE AJUDAR A COMPREENDER O ESPAÇO URBANO-REGIONAL DE CHAPECÓ? <i>Fernando Rosseto Gallego Campos</i>	153
--	-----

## **Parte II - O município de Chapecó**

FORMAÇÃO E DINÂMICA DA AVIAÇÃO COMERCIAL EM CHAPECÓ (DÉCADAS DE 1940 A 1990) <i>Lucas Azeredo Rodrigues</i> <i>Marlon Brandt</i>	179
---	-----

HISTÓRICO DOS USOS DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ <i>Janete Facco</i> <i>Fabio Luiz Carasek</i> <i>Manuela Gazzoni dos Passos</i> <i>Luiz Fernando Scheibe</i>	201
---	-----

PARTICIPAÇÃO POPULAR NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE 2014 DE CHAPECÓ <i>Queila de Ramos Giacomini</i> <i>Tainá Pravatto</i> <i>Clarete Trzcinski</i>	223
---	-----

A CONSONÂNCIA AMBIENTAL E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ <i>Janete Facco</i> <i>Manuela Gazzoni dos Passos</i> <i>Geisa Percio do Prado</i>	239
---	-----

A AVENIDA GETÚLIO VARGAS E OS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS CENTRAIS DE CHAPECÓ: UM ESTUDO DA SUA URBANIDADE <i>Daiane Regina Valentini</i> <i>Juliana Reis Fuão</i> <i>Queila Rissi Conde</i>	259
--	-----

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM CHAPECÓ: IDAS E VINDAS <i>Alexandre Mauricio Matiello</i> <i>Ana Laura Vianna Villela</i> <i>Luana Stanga de Pellegrin</i>	275
--	-----

TERRITÓRIOS PRECÁRIOS NO ESPAÇO URBANO DE CHAPECÓ	293
<i>Ederson Nascimento</i>	
<i>João Henrique Zöhler Lemos</i>	
CONTRASTES DE UMA “CIDADE DENTRO DA CIDADE”: AS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NO BAIRRO EFAPI, EM CHAPECÓ	323
<i>Ederson Nascimento</i>	
<i>Daniela Kovalski</i>	
OS NEXOS AMBIENTAIS, SOCIAIS, CULTURAIS E ECONÔMICOS DO PASSADO CONECTADOS NO PRESENTE NO TERRITÓRIO DE CHAPECÓ	345
<i>Vera Lucia Fortes Zeni</i>	
<i>Elton Zeni</i>	
SOBRE OS AUTORES	373



# IX CONGRESO Internacional de Ordenación del Territorio

# 9th International Congress for SPATIAL PLANNING

“Planificación y gestión integrada como respuesta”



VICEPRESIDENCIA

CONSEJERÍA DE UNIVERSIDADES E INVESTIGACIÓN,  
MEDIO AMBIENTE Y POLÍTICA SOCIAL



Ingurumen, Lurralde Planifikatza  
eta Etxebizitza Saila  
Departamento de Medio Ambiente,  
Planificación Territorial y Vivienda

## ACTAS DEL IX CIOT

**Cantabria**  
13,14 y 15 de marzo de 2019  
Facultad de Derecho y Ciencias Económicas  
Universidad de Cantabria  
Santander



## ÁREA A. LA ORDENACIÓN Y GESTIÓN INTEGRADA DEL TERRITORIO CARA AL HORIZONTE DEL 2030

Cartografías de las desigualdades socioespaciales urbanas:  
propuesta teórico-metodológica y su aplicación en el estudio de la  
Región Metropolitana de Campinas, Brasil

*Ederson Nascimento\**

*\* Doctor en Geografía, Profesor de Geografía Humana de la Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil*

### **RESUMEN**

El presente trabajo realiza un análisis de los patrones de desigualdades socioespaciales urbanas en los municipios de la Región Metropolitana de Campinas (RMC), estado de São Paulo, Brasil, a partir del proceso de exclusión / inclusión social. Se examina la evolución del proceso de urbanización en la región y se produce un sistema de indicadores sociales de exclusión/inclusión social en SIG, con el objetivo de medir y representar cartográficamente la dinámica de las desigualdades socioespaciales en el espacio urbano-metropolitano de la región. Los resultados de la investigación caracterizan la estructura socioespacial urbana desigual de la RMC, además de proporcionar soportes teórico-metodológicos para el mapeo y análisis de desigualdades socioespaciales y para el ordenamiento territorial en otras áreas urbanas.

### **ABSTRACT**

This paper analyzes the patterns of urban socio-spatial inequalities in the municipalities of the Metropolitan Region of Campinas (MRC), state of São Paulo, Brazil, based on the social exclusion / inclusion process. It examines the evolution of the urbanization process in the region and elaborates a system of social indicators of social exclusion / inclusion in GIS, aiming to measure and represent cartographically the dynamics of socio-spatial inequalities in urban-metropolitan space in the region. The results of the research characterize the unequal urban socio-spatial structure of the MRC, in addition to providing theoretical-methodological supports for the mapping and analysis of socio-spatial inequalities and for territorial ordering in other urban areas.

## **PALABRAS CLAVE**

Desigualdad socioespacial urbana, exclusión / inclusión social, indicadores sociales, cartografía geográfica.

## **KEYWORDS**

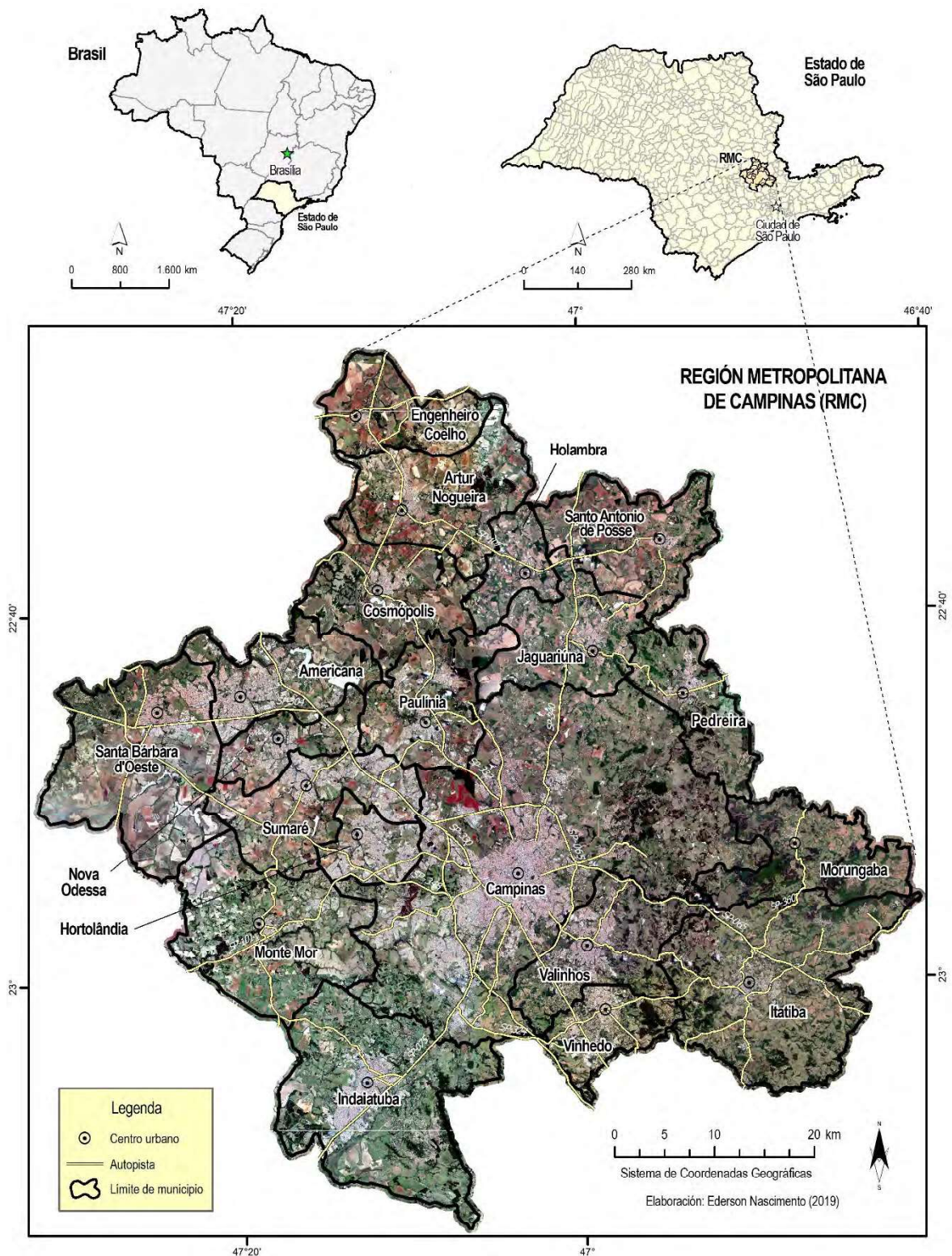
Urban socio-spatial inequality, social exclusion / inclusion, social indicators, geographical cartography.

## **1. INTRODUCCIÓN**

El proceso de urbanización se desarrolló en el territorio brasileño, así como en la mayor parte de América Latina, de modo desigual y contradictorio, estructurando una red de ciudades y aglomeraciones urbanas con acentuadas desigualdades socioespaciales internas. Estas disparidades resultan de la injusta distribución de renta y oportunidades existentes en la sociedad brasileña, que en lo urbano resultan en diferentes posibilidades de ocupación del espacio (y de los bienes y servicios sociales que él dispone) y de alcanzar condiciones de vida dignas. Es por ello que se puede afirmar que los espacios urbanos se estructuran de modo desigual y segregado, a partir de un proceso dialéctico y contradictorio de exclusión / inclusión social.

La llamada Región Metropolitana de Campinas (RMC), foco del presente estudio, es un territorio constituido por veinte municipios del estado de São Paulo (Figura 1) y que consiste en un importante centro económico y demográfico brasileño, donde, sin embargo, la mencionada dinámica excluyente está presente. En este contexto, el presente trabajo, que sintetiza y actualiza uno de los temas desarrollados en la tesis de doctorado del autor (Nascimento, 2013), presenta un análisis de los patrones de desigualdades socioespaciales urbanos en los municipios de dicha región, a la luz del proceso de exclusión/inclusión social. Utilizándose datos censuales intraurbanos y procedimientos de análisis geoespacial en el Sistema de Información Geográfica (SIG), se elabora un sistema de indicadores sociales para medir y representar cartográficamente la dinámica de las desigualdades socioespaciales en el espacio urbano-metropolitano de la región en el período de 1991 a 2010.

A continuación, se realiza una breve reflexión teórica sobre las relaciones entre el proceso de exclusión / inclusión social y la constitución de desigualdades socio espaciales en el espacio urbano, seguida de los fundamentos histórico-geográficos de la urbanización en la región en estudio. Por su parte, en la parte siguiente, se presentan la metodología y los resultados de la investigación con su discusión, al que se suceden las consideraciones finales.



**Figura 1:** Localización de la Región Metropolitana de Campinas en el territorio brasileño. Fuentes de los datos: Ministério do Meio Ambiente (imágenes RapidEye de 2014 y 2015, resolución espacial de 6,5 m), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Instituto Geográfico e Cartográfico de São Paulo (bases cartográficas digitales).



## 2. MARCO TEÓRICO

### 2.1 El proceso de exclusión/inclusión social y las desigualdades socioespaciales urbanas

Las desigualdades espaciales tienen origen y se profundizan en el ámbito de las relaciones sociales dispares y jerárquicas. Como trabajo social acumulado, el espacio, según Castells (2000:181), consiste en la *"expresión concreta de cada conjunto histórico, en el cual una sociedad se especifica"*, y se diferencia histórica y geográficamente sobre todo por las densidades técnicas y organizacionales y por los contenidos sociales presentes en cada lugar (Santos, 1996). De hecho, el espacio social tenderá a reflejar, en sus formas y en los modos de apropiación y uso, las asimetrías derivadas de una sociedad desigual y jerarquizada en clases, y, dialécticamente, la organización espacial, estructurada socialmente de modo asimétrico, va a condicionar, también de modo desigual, a la reproducción de la sociedad al ofrecer a los grupos sociales condiciones más o menos favorables a la realización de las diversas actividades que viabilizan su existencia (Corrêa, 1998). En esta perspectiva, la noción de desigualdad socioespacial se refiere a la inseparabilidad entre sociedad y espacio en la producción de asimetrías, rupturas y jerarquías sociales y espaciales, en un movimiento único (Matos, 2010).

El espacio urbano es probablemente el nivel espacial del territorio nacional donde las desigualdades socioespaciales son más claramente visibles y presentan grados de intensidad elevados, especialmente en las grandes y medianas ciudades. El espacio de la ciudad se caracteriza, entre otros aspectos, por ser desigual y fragmentado funcional y socialmente, lo que da origen a un mosaico irregular con áreas de diferentes tamaños, formas y contenidos, así creadas por distintos procesos espaciales y agentes sociales (Corrêa, 1997). En el contexto brasileño, entre las principales instancias productoras y mediadoras de las desigualdades socioespaciales urbanas, se puede mencionar: a) a los agentes económicos privados productores del espacio (propietarios de tierras, incorporadores y emprendedores); b) al poder estatal; c) a la dinámica demográfica en el contexto del éxodo rural, de la (re)distribución geográfica de la población entre ciudades de diferentes portes económicos y demográficos y su distribución diferencial en el espacio en función de la valoración de la tierra urbana y de la acción de los demás agentes, y; d) a la materialidad creada (el espacio urbano construido), que influye en las posibilidades de uso de la tierra y en sus precios en el mercado inmobiliario, afectando a la dinámica de las ubicaciones urbanas.

En el plan social, la estructuración desigual del espacio urbano genera un desequilibrio, a veces bastante amplio, entre las condiciones de vida de los individuos en una determinada localidad, dando origen a contingentes excluidos del acceso a las principales fuentes de ingresos y de importantes medios de desarrollo de las capacidades humanas (como la educación), así como de las condiciones básicas de vivienda y de vida, a la vez que otras partes de la población logran concentrarse en el disfrute de tales beneficios. Esto configura un proceso social de desigualdad en el que la exclusión y la inclusión social se consolidan en el espacio urbano por medio de áreas que propician mejor o peor calidad de vida, al mismo tiempo que tienden a favorecer o restringir la búsqueda por condiciones de vida más satisfactorias.

En términos generales, se puede entender a la exclusión social como una dinámica que implica la imposibilidad, por parte de los elementos de una sociedad, de compartir un nivel de igualdad económica, social, política y cultural. Es un proceso social amplio y complejo, asociado a dos grandes dimensiones interrelacionadas entre sí en variados niveles. Por un lado, envuelven a un conjunto de privaciones y carencias materiales de origen económico y político, como el desempleo o el subempleo, la insuficiencia de ingresos y la dificultad de acceso a bienes y servicios que posibiliten mejores condiciones de vida (educación, infraestructura básica, servicios como salud y transporte público, condiciones adecuadas de vivienda, entre otros) (Room, 1995, Levitas, 2006). Por otro lado, procura avanzar en relación a las carencias de orden material desencadenadas por la pobreza, centrándose también en sus desdoblamientos en el campo psicosocial, más específicamente sus implicaciones sobre la fragilización o incluso el rompimiento de vínculos sociales básicos (Xiberras, 1993, Paugam, 1996 y 2003), expresados en términos de segregación, subalternidad y discriminación de segmentos de la sociedad.

Como proceso social, la exclusión siempre debe ser analizada y comprendida en relación directa con los referentes de inclusión social convenidos o considerados adecuados para una sociedad. Pues nadie se vuelve absolutamente excluido de la sociedad, sino que se ve *incluido en o excluido de*, en mayor o menor grado, por *un conjunto de sistemas sociales básicos* (Costa, 1998) necesarios para la existencia de condiciones adecuadas de vida y para el ejercicio pleno de la ciudadanía: en síntesis, el acceso a bienes y servicios en el territorio, así como la protección a los derechos humanos y civiles. Es por lo que se puede afirmar que la exclusión y la inclusión, aunque se configuren como situaciones distintas, forman una pareja indisociable y dialéctica, componente de un único proceso: la *exclusión / inclusión social* (Sposati, 1996).

Por lo tanto, el análisis de las desigualdades socioespaciales urbanas parte de la identificación de los procesos sociales excluyentes con su relación con el ordenamiento territorial. De acuerdo con Melazzo y Guimarães (2010), las imbricaciones entre las exclusiones sociales y las dinámicas espaciales urbanas pueden ser aprehendidas por diferentes ejes analíticos, desde los que se centran en la definición de los lugares donde las condiciones de exclusión se concretizan, hasta aquellos que buscan, en la propia producción de los territorios urbanos, dimensiones objetivas y subjetivas de las trayectorias de la exclusión.

## **2.2 Contextualización histórica y geográfica de la Región Metropolitana de Campinas**

El marco inicial de la evolución urbana en la región de Campinas se sitúa a fines del siglo XIX y a principios del XX, durante la vigencia del llamado "ciclo económico del café" en el estado de São Paulo. El capital excedente generado por la producción del café permitió el surgimiento de la industria textil y a la realización de inversiones urbanas en ferrocarriles, empresas de servicios públicos, bancos, sistemas de almacenamiento y comunicación (Baeninger, 1996). En los años 1930, la crisis en las exportaciones de café abrió espacio para una mayor diversificación de la economía de la región, con la redirección de parte del capital aplicado en la agricultura para la instalación de nuevas industrias y actividades terciarias (Gonçalves y Semeghini, 2002). Estas modificaciones en la base productiva

establecieron las bases para la concentración de la población en el espacio urbano de Campinas, así como para la posterior expansión horizontal.

De la década de 1940 a la de 1960, la región de Campinas vivió una sucesión de eventos que impulsaron su dinamismo económico y la consolidación de la urbanización.

Después de la inauguración de la carretera SP-330 (conocida como vía Anhanguera) en 1948, conectando la región de Campinas a la ciudad de São Paulo y al interior del estado, se estableció un vector de expansión productiva y de articulación física y económica regional, atrayendo para sus proximidades la instalación de nuevas unidades industriales, y así, promoviendo un efecto multiplicador sobre el sector terciario de las ciudades. En los años 1960, la región se benefició con importantes inversiones productivas estatales (creación de la Universidad de Campinas - UNICAMP, Aeropuerto de Viracopos, Refinería de Petróleo de Paulínia, entre otros), además de mejoras en la infraestructura de transportes y comunicaciones. Con ello, a medida que surgían oportunidades de empleo y buena calidad de vida, los flujos migratorios se volvían hacia la región, contribuyendo con el crecimiento de las ciudades y para una mayor interconexión entre las mismas, tanto en términos físico-territoriales como funcionales (Baeninger, 1996, Fernandes et alii, 2002).

En la década siguiente, la desconcentración industrial a partir de la Región Metropolitana de São Paulo, promovida por incentivos estatales, dio el impulso decisivo para la constitución de un espacio metropolitano nucleado por Campinas. En este proceso, la región se benefició con la instalación de nuevas industrias, oficinas y divisiones administrativas de grandes empresas del interior paulista, además de la formación de una amplia cadena de tiendas, supermercados, instituciones financieras y servicios especializados, atendiendo a nuevas exigencias de la producción y del consumo (Gonçalves y Semeghini, 2002).

A partir de 1980, las sucesivas crisis económicas frenaron el desarrollo socioeconómico regional, llevando al cierre de actividades agrícolas e industriales. A esto se siguió un expresivo aumento del desempleo y consecuente reducción de la renta de los trabajadores, que, junto con políticas neoliberales de ajuste, rebajaron los estándares de vida en la RMC (Fernandes et alii, 2002). A pesar de ello, con el agravamiento de la depresión económica en otras áreas más carentes del territorio nacional, la región continuó recibiendo un gran número de migraciones, que pasaron a concentrarse sobre todo en los municipios alrededor de Campinas con menores precios del suelo urbano (como Sumaré y, Hortolândia).

Con base en los datos de la Tabla 1, se puede caracterizar a la dinámica migratoria en la RMC desarrollada a partir de 1970, por: a) mayores tasas de crecimiento en municipios del entorno regional, en comparación con las de Campinas; b) reducción de la participación porcentual de Campinas: del 60,7% de la población urbana de la región en 1970, para 38,8% en 2010, y; c) elevación de la participación de las ciudades más pequeñas en el crecimiento demográfico urbano regional, como Santa Bárbara d'Oeste, Pedreira y Artur Nogueira, ciudades que, aunque distantes del centro metropolitano principal (área central de Campinas y barrios circundantes), presentaron altas tasas de crecimiento poblacional en prácticamente todo el período analizado.

**Tabla 1 – Evolución de la población urbana en la RMC (1970-2010)**

Municipio	Población urbana					Crecimiento Anual (%)			
	1970	1980	1991	2000	2010	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2010
Americana	62.329	121.300	153.085	181.867	209.717	6,89	2,14	1,93	1,44
A. Nogueira	3.192	6.918	20.984	30.318	40.026	8,04	10,61	4,17	2,82
Campinas	335.756	589.310	820.203	952.003	1.062.453	5,79	3,05	1,67	1,10
Cosmópolis	7.025	18.750	33.946	42.445	54.629	10,32	5,54	2,51	2,56
E.Coelho*	-	-	-	6.986	11.499	-	-	-	5,11
Holambra*	-	-	-	3.929	8.182	-	-	-	7,61
Hortolândia*	-	-	-	151.697	192.225	-	-	-	2,40
Indaiatuba	22.341	48.051	90.903	144.228	199.835	7,96	5,97	5,26	3,31
Itatiba	20.758	35.304	54.078	65.602	85.640	5,45	3,95	2,17	2,70
Jaguariúna	3.839	9.208	18.132	25.756	43.047	9,14	6,35	3,98	5,27
Monte Mor	3.793	6.823	21.699	34.051	45.996	6,05	11,09	5,13	3,05
Morungaba	2.839	4.566	6.215	7.786	10.036	4,87	2,84	2,54	2,57
N.Odessa	6.242	19.405	31.781	41.028	50.440	12,01	4,59	2,88	2,09
Paulínia	3.673	18.919	32.566	50.601	82.074	17,81	5,06	5,02	4,96
Pedreira	12.078	19.593	26.490	34.056	41.197	4,96	2,78	2,83	1,92
S.B.d'Oeste	22.360	71.157	139.849	167.660	178.728	12,27	6,34	2,04	0,64
S. A. Posse	4.160	7.090	8.470	14.633	18.813	5,48	1,63	6,26	2,54
Sumaré	15.295	94.643	222.115	193.322	238.599	19,99	8,06	-1,53	2,13
Valinhos	19.963	37.267	59.514	78.358	101.820	6,44	4,35	3,10	2,65
Vinhedo	7.420	20.901	32.745	46.027	61.688	10,91	4,17	3,86	2,97
<b>Total RMC</b>	<b>553.063</b>	<b>1.129.205</b>	<b>1.772.775</b>	<b>2.272.353</b>	<b>2.736.644</b>	<b>7,40</b>	<b>4,19</b>	<b>2,80</b>	<b>1,88</b>

\* Municipios creados en diciembre de 1991.

Fuente: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (censos demográficos 1970-2010).

Actualmente, la RMC se destaca todavía por su estructura económica dinámica y amplia oferta de bienes y servicios, que proporcionan a las poblaciones de la mayor parte de sus municipios un nivel de vida relativamente elevado, especialmente si se compara a otras áreas del territorio brasileño. Baeninger (2001:326) observa que además de la ciudad polo regional, *“los demás municipios también fueron capaces de establecer una base económica expresiva y dinámica, tanto industrial, como agrícola”*. Así la región fue capaz de distribuir población, riqueza y oportunidades dentro y fuera del núcleo metropolitano, aunque en grados diferenciados. Por otro lado, las asimetrías socioeconómicas y el patrón de urbanización y ocupación del espacio, originaron una metrópoli con una estructura interna bastante desigual y fragmentada en relación a la funcionalidad de los espacios y su contenido social. Además del centro principal de la región metropolitana, se encuentran en el espacio urbano-metropolitano: a) la presencia de subcentros regionales, concentradores de actividades industriales y de grandes establecimientos de consumo; b) ciudades y áreas con gran concentración de residencias "nobles" y lujosas de las capas más acomodadas, y; c) ciudades y partes de ciudades con características de "dormitorios" y con concentración de loteamientos "populares" y con infraestructura precaria.

### 3. UNA CARTOGRAFÍA DE LAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIALES: EL MAPA DE EXCLUSIÓN / INCLUSIÓN SOCIAL DE LA RMC

#### 3.1 Metodología

La naturaleza multidimensional del proceso de exclusión / inclusión social requiere el uso de recursos metodológicos que permitan representar empíricamente la manifestación territorial de algunas de sus características. Ante esta necesidad, y basándose en una experiencia realizada para la ciudad de São Paulo (Sposati, 1996, Sposati et al., 2000), se elaboró un sistema de indicadores sociales de exclusión / inclusión intraurbanos, con el fin de ayudar en la caracterización de las desigualdades por medio de su medición y análisis espacial comparativo. Los datos utilizados para la medición de la exclusión / inclusión social proceden de censos demográficos nacionales de 1991, 2000 y 2010 realizados por el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), y tienen como unidad territorial básica los sectores censales urbanos.

Se buscó medir los diferenciales de condiciones de vida comparando las asimetrías entre las situaciones de las poblaciones en cada uno de los sectores censales en relación a cuatro importantes dimensiones del proceso de exclusión / inclusión social, mensurables a partir de los datos:

- **Autonomía de renta:** se refiere a la capacidad de los ciudadanos para gestionar sus medios de vida a partir de recursos financieros, sobre todo aquellos que dependen de los ingresos obtenidos a través de su trabajo;

- **Desarrollo humano:** asociado a las condiciones necesarias para que la sociedad pueda disfrutar colectivamente del más alto grado de capacidad humana. Se busca medir elementos referentes a la constitución del capital social necesario para la autosatisfacción de necesidades y para el ejercicio de la ciudadanía. Empíricamente, se traduce en indicadores relacionados a la instrucción y a la expectativa de vida de los individuos;

- **Equidad:** entendida como *"Condición que favorece al combate de las prácticas de subordinación o de prejuicio en relación a las diferencias de género, políticas, étnicas, religiosas, culturales, de minorías, etc."* (Sposati, 1996:105). Relacionada con las dos primeras dimensiones, esta condición puede ser evaluada por la concentración de mujeres responsables de domicilios en situación de precariedad o vulnerabilidad social;

- **Calidad domiciliaria:** se refiere a las condiciones generales de habitabilidad, tanto las de carácter domiciliar privado como, y principalmente, las ofrecidas por el poder público.

Para cada una de las dimensiones utilizadas se seleccionó un conjunto de variables entre las disponibles en cada uno de los censos demográficos (Cuadro 1). Con estas, fueron calculados índices compuestos de exclusión o de inclusión de acuerdo con las características socioeconómicas y territoriales expresadas por el dato: a) las variables que denotan exclusivamente situaciones sociales de exclusión se clasificaron en el intervalo de -1 (valor máximo de exclusión encontrado) a 0, el

cual es, para éstas, el valor considerado como padrón de inclusión social (PIS), es decir, representa la condición mínima considerada necesaria para que haya inclusión en un determinado aspecto evaluado; b) las variables que representan sólo situaciones de inclusión recibieron notas en una escala de 0 (PIS) a 1 (máxima situación de inclusión encontrada), y; c) variables que tanto pueden expresar situaciones de exclusión como también de inclusión se clasificaron de -1 (máxima exclusión) a 1 (máxima inclusión). Para estas variables, los índices de valor "cero" corresponden al PIS.

<b>Variables censales utilizadas</b>	<b>+ / -</b>	<b>Indicador Compuesto</b>	<b>Índice de la Dimensión (ID)</b>
<b>1991</b>			
Responsables de domicilios (RD) - renta mensual de hasta 3 salarios mínimos (SM) (%)	(-)	<i>Renta del responsable domiciliario</i> (-1 a 1)	<b>Autonomía de Renta</b> (-1 a 1)
RD - 3 a 5 SM (%)	PIS		
RD - 5 SM (%)	(+)		
RD – hasta 8 años de estudio (%)	(-)	<i>Desarrollo educativo</i> (-1 a 1)	<b>Desarrollo Humano</b> (-1 a 1)
RD - 8 a 10 años de estudio (%)	PIS		
RD - 11 o más años de estudio (%)	(+)		
Proporción entre total de personas de 0 a 14 años y total de RD	(-)	<i>Razón de dependencia</i> (-1 a 0)	
Población entre 15 e 59 años no alfabetizada (%)	(-)	<i>PEA analfabeta</i> (-1 a 0)	
RD no alfabetizados (%)			
Mujeres RD no alfabetizadas (%)	(-)		<b>Equidad</b> (-1 a 0)
Domicilios con abastecimiento de agua precario (%)	(-)	<i>Infraestructura Básica</i> (-1 a 0)	<b>Calidad domiciliaria</b> (-1 a 1)
Domicilios - red de alcantarilla precaria (%)			
Domicilios sin recolección de basura (%)			
Domicilios - 1 o 2 habitantes (%)	(+)	<i>Ocupación Domiciliaria</i> (-1 a 1)	
Domicilios - 3 a 5 habitantes (%)	PIS		
Domicilios - 6 o más habitantes (%)	(-)		
Domicilios propios o en adquisición (edificación + terreno) (%)	(+)	<i>Propiedad Domiciliaria</i> (0 a 1)	
Total de habitantes / media de habitaciones por domicilio	(-)	<i>Habitabilidad Precaria</i> (-1 a 0)	
Total de habitantes / media de baños/sanitario por domicilio			
Domicilios improvisados (%)			
Domicilios em "aglomerados subnormales" (favelas) (%)			
<b>2000</b>			
RD – hasta 3 SM (%)	(-)	<i>Renta RD</i> (-1 a 1)	<b>Autonomía de Renta</b> (-1 a 1)
RD - 3 a 5 SM (%)	PIS		
RD - 5 SM (%)	(+)		
RD – hasta 8 años de estudio (%)	(-)	<i>Desarrollo educativo</i> (-1 a 1)	<b>Desarrollo Humano</b> (-1 a 1)
RD - 8 a 10 años de estudio (%)	PIS		
RD - 11 o más años de estudio (%)	(+)		
Proporción entre total de personas de 0 a 14 años y total de RD	(-)	<i>Razón...</i> (-1 a 0)	
Población entre 15 e 59 años no alfabetizada (%)	(-)	<i>PEA analfabeta</i> (-1 a 0)	
RD no alfabetizados (%)			
Mujeres RD analfabetas (%)	(-)		<b>Equidad</b> (-1 a 0)
Mujeres RD - hasta 8 años de estudio (%)			
Mujeres RD – renta mensual de hasta 3 SM (%)			
Domicilios con abastecimiento de agua precario (%)	(-)	<i>Infraestructura Básica</i> (-1 a 0)	<b>Calidad domiciliaria</b> (-1 a 1)
Domicilios - red de alcantarilla precaria (%)			
Domicilios sin recolección de basura (%)			
Domicilios - 1 o 2 habitantes (%)	(+)	<i>Ocupación Domiciliaria</i> (-1 a 1)	
Domicilios - 3 a 5 habitantes (%)	PIS		
Domicilios - 6 o más habitantes (%)	(-)		
Domicilios sin baño o sanitario (%)	(-)	<i>Habitabilidad Precaria</i> (-1 a 0)	
Domicilios improvisados (%)			
Domicilios em "aglomerados subnormales" (favelas) (%)			
Domicilios propios o en adquisición (edificación + terreno) (%)			

2010			
RD – hasta 3 SM (%)	(-)	<i>Renta RD</i> (-1 a 1)	<b>Autonomía de Renta</b> (-1 a 1)
RD - 3 a 5 SM (%)	PIS		
RD - 5 SM (%)	(+)		
Domicilios - renta menor que 1 SM per cápita	(-)	<i>Renta Domiciliar</i> (-1 a 1)	
Domicilios - renta entre 1 e 2 SM per cápita	PIS		
Domicilios – renda de 2 SM per capita o más	(+)		
Proporción entre total de personas de 0 a 14 años y total de RD	(-)	<i>Razón...</i> (-1 a 0)	<b>Desarrollo Humano</b> (-1 a 1)
Población entre 15 e 59 años no alfabetizada (%)	(-)	<i>PEA analfabeta</i> (-1 a 0)	
RD no alfabetizados (%)			
Mujeres RD analfabetas (%)	(-)		
Mujeres RD – renta mensual de hasta 3 SM (%)	(-)		<b>Calidad domiciliaria</b> (-1 a 1)
Domicilios con abastecimiento de agua precario (%)	(-)	<i>Infraestructura Básica</i> (-1 a 0)	
Domicilios - red de alcantarilla precaria (%)	(-)		
Domicilios sin recolección de basura (%)	(-)	<i>Ocupación Domiciliaria</i> (-1 a 1)	
Domicilios - 1 o 2 habitantes (%)	(+)		
Domicilios - 3 a 5 habitantes (%)	PIS		
Domicilios - 6 o más habitantes (%)	(-)	<i>Prop...</i> (0 a 1)	
Domicilios propios o en adquisición (edificación + terreno) (%)	(+)		
Domicilios sin baño o sanitario (%)	(-)	<i>Habit. Precaria</i> (-1 a 0)	
Domicilios em “aglomerados subnormales” (favelas) (%)	(-)		
Domicilios sem disponibilidad de iluminação pública	(-)	<i>Alrededores</i> (-1 a 0)	

**Cuadro 1** - Variables, indicadores compuestos e índices utilizados en la elaboración de los mapas de exclusión / inclusión social.

El índice final de exclusión / inclusión se calculó a partir de la suma y el reescalamiento de los índices de las dimensiones (ID). Para el cálculo de los índices, se utilizó el método matemático propuesto por Genovez (2005).

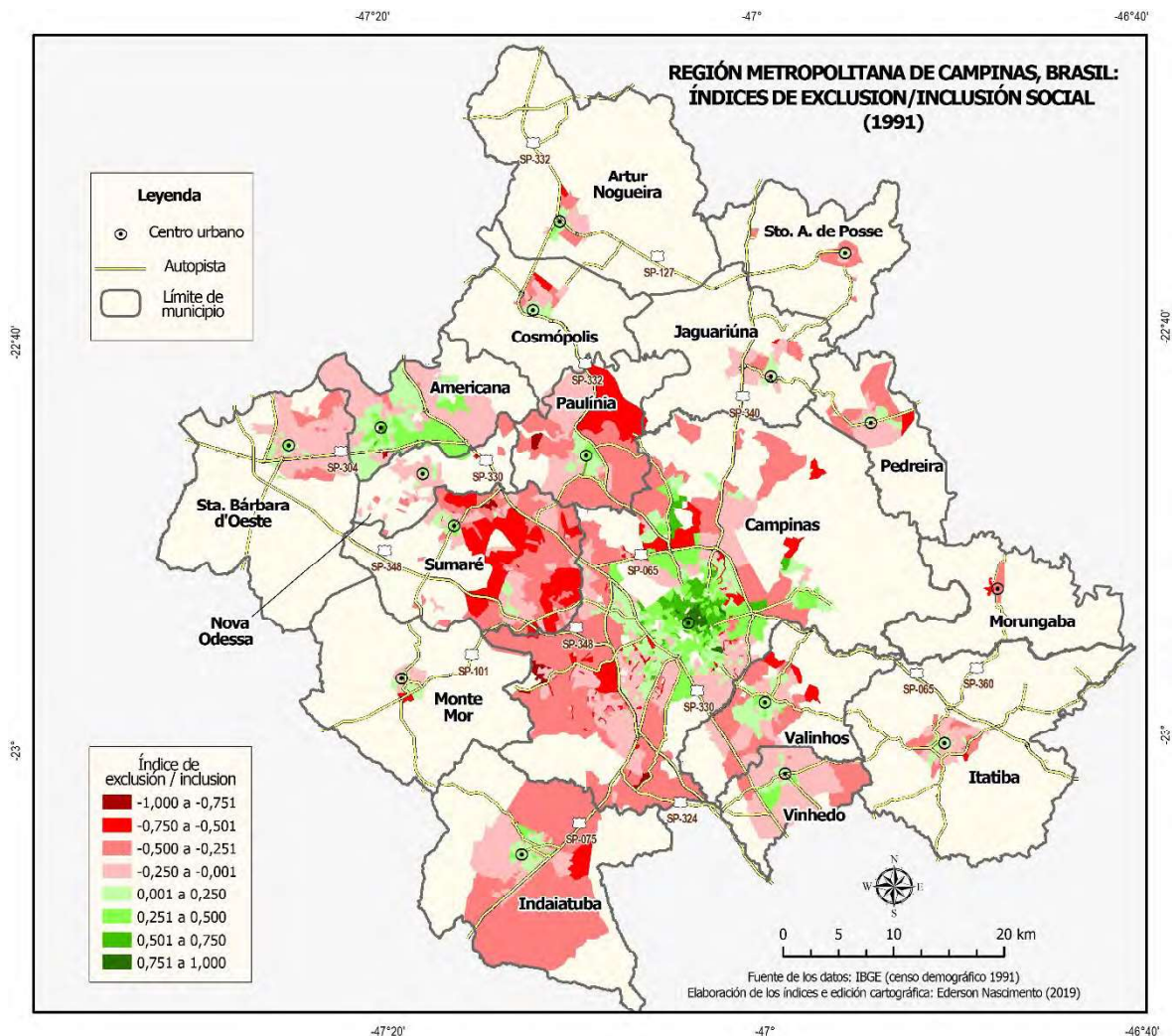
### 3.2 Resultados y discusión

En 1991, los índices de inclusión social más elevados (mayores que 0,5) aparecen concentrados principalmente en el centro metropolitano, en el noreste de Campinas y en áreas residenciales dispersas en las ciudades de Americana, Indaiatuba y Vinhedo. Por su parte, los niveles de inclusión más bajos (hasta 0,5) acompañan la localización de las áreas con más fuerte inclusión en el centro metropolitano, configuración esta, que permanece en los años 2000 y 2010, lo que evidencia el carácter diferenciado de esta porción del espacio urbano-metropolitano en lo que se refiere a las condiciones generales de vida y su contenido social (Figura 2).

A partir de 2000, la distribución espacial de las áreas predominante de inclusión pasa a presentar nuevos contornos, sobre todo debido a avances ocurridos en las dimensiones del desarrollo humano (aumento de los niveles de escolaridad de la población en diferentes estratos económicos) y de la calidad domiciliaria, con la mejora de los indicadores referentes a la dotación de infraestructura básica y sanitaria. Sin embargo, esta reconfiguración socio espacial se ha consolidado reforzando un patrón espacial de segregación en la escala de la región metropolitana siguiendo una dinámica de "dispersión concentrada" de la inclusión, en la cual los diferenciales de renta ejercen el mayor peso.

Se observa, a partir de las Figuras 2 y 3, que las localidades con elevada inclusión extienden su predominancia desde el centro metropolitano hacia las áreas al este de la autopista Anhanguera (SP-330), siguiendo los vectores sudeste (Valinhos y Vinhedo), este y nordeste (distritos de Sousas, Joaquim Egidio y Barão Geraldo, en Campinas). Las ciudades de Americana e Indaiatuba también presentan varios espacios de inclusión, con tendencia de dispersión de esas situaciones hacia los

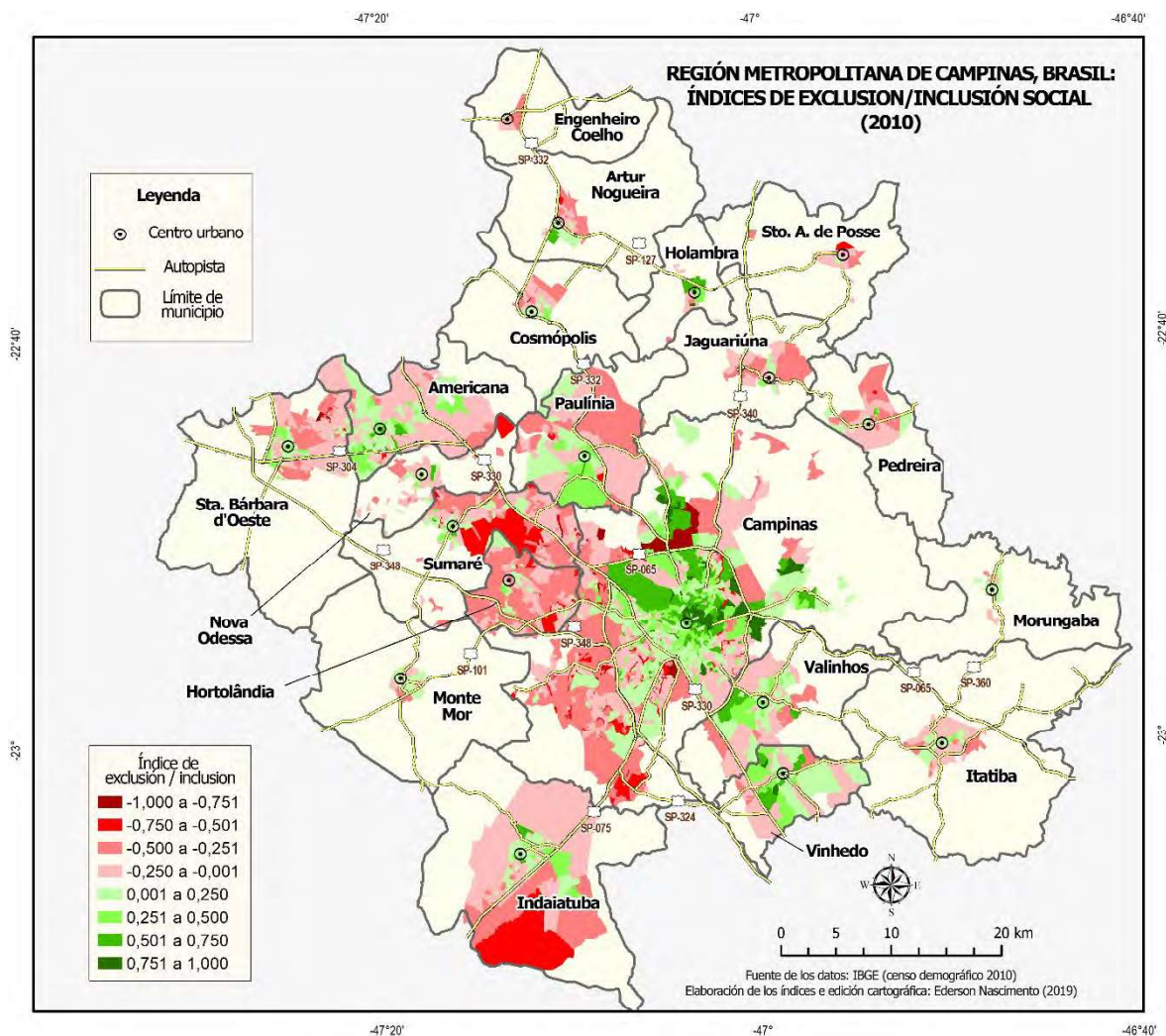
sectores de las periferias norte y sur, en el caso de la primera, y sureste, en la segunda. En el caso de la ciudad de Sumaré y Santa Bárbara d'Oeste y en parte de las pequeñas ciudades de la región (Jaguariúna, Cosmópolis, Artur Nogueira y Holambra), se delinea la concentración de tales espacios en sectores específicos, siguiendo un vector a partir de sus centros principales y en la dirección opuesta a la zona predominante de exclusión social en el espacio urbano.



**Figura 2:** Espacialización de la exclusión / inclusión social en la RMC en 1991.

Gran parte de las áreas distantes de los centros principales que presentan fuerte inclusión social (índices superiores a 0,5) se ubican en las proximidades de importantes vías de tráfico (avenidas y carreteras), posibilitando a los segmentos de alto status allí residentes tener buena accesibilidad a sus lugares de trabajo y consumo. Esta es una de las condiciones más decisivas para la dispersión territorial y la auto segregación de las élites económicas. Es también, por consiguiente, una de las principales condicionantes para la estructuración social desigual del espacio urbano (Villaça, 2001, Reis, 2006), que en la RMC puede ser constatada. Cabe señalar también la dimensión socialmente contradictoria de ese modo de (re) producción del espacio urbano: aunque las áreas en cuestión ostenten indicadores que representan las mejores condiciones de vida encontradas en la región metropolitana, están vinculadas a la propia producción de la exclusión social, segregación existente.

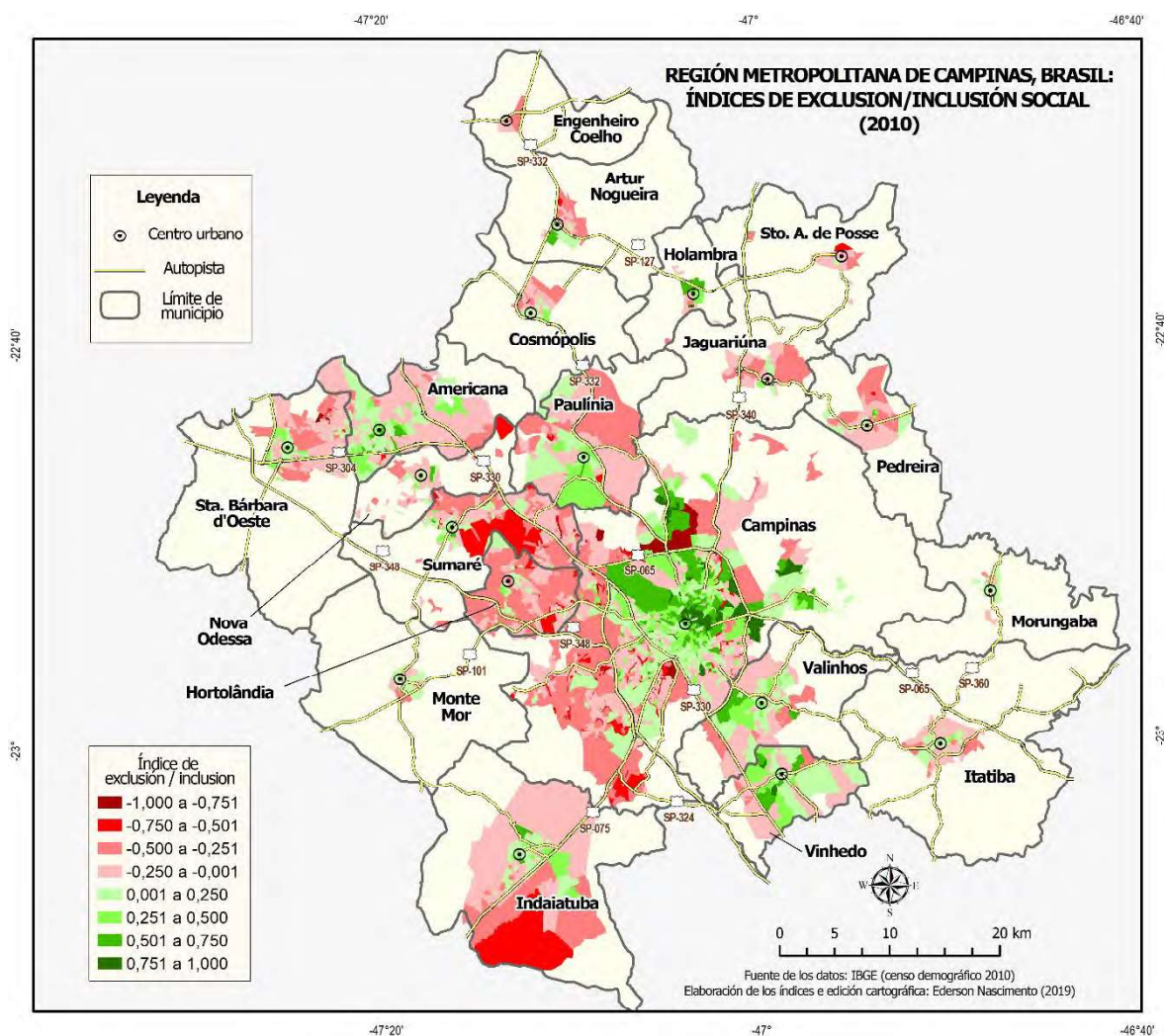




**Figura 3:** Espacialización de la exclusión / inclusión social en la RMC en 2000.

En cuanto a los espacios predominante de exclusión social, los indicadores producidos muestran que ese proceso, en general, sigue siendo más marcado en las periferias de los espacios intraurbanos, a pesar de la dispersión de los grupos de alto estatus y de la propia reducción en el peso de las condicionantes excluyentes, retratada por la mejora de indicadores de exclusión en diversas partes del espacio urbano-metropolitano.

En 2010, los indicadores de más baja exclusión (hasta -0,5), que expresan situaciones socioespaciales un poco por debajo de los PIS establecidos para la comparación regional, son los que predominan en las áreas periféricas de las ciudades, a excepción de Holambra, Valinhos y Vinhedo, donde los espacios de exclusión son menos numerosos. En Indaiatuba, hay varias áreas clasificadas en tales niveles de exclusión definiendo el contorno de su periferia, con destaque para el sector suroeste donde existen adensadas áreas residenciales. Completan las áreas con intensidades de exclusión social más moderadas las localidades que conforman el territorio que podemos llamar "macro periferia metropolitana" (cuadrante suroeste de Campinas, Sumaré, Hortolândia y Monte Mor), donde tales niveles de exclusión están presentes en prácticamente todos los sectores del espacio intraurbano y no sólo en sus límites más periféricos.



**Figura 4:** Espacialización de la exclusión / inclusión social en la RMC en 2010.

Finalmente, los índices abajo de -0,5 señalan las localidades donde están las más graves condiciones de exclusión social, las cuales corresponden, en su mayoría, a las favelas (*slums*) y asentamientos precarios, que se distribuyen puntualmente en las ciudades de Cosmópolis, Indaiatuba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Santa Bárbara d'Oeste y Paulínia. Sin embargo, la presencia de esas espaciales de alta exclusión es más representativa en Sumaré, en Hortolândia y, principalmente, en Campinas, la ciudad más rica de la región, donde los altos niveles de exclusión social impactan directamente a más de 86 mil habitantes. En la mayoría de estas localidades de fuerte exclusión social, la insuficiencia de los niveles de ingresos obtenidos, la iniquidad y las limitaciones al desarrollo humano, se mezclan con otros factores que comprometen gravemente las condiciones de vida, tales como deficiencias en infraestructura básica, densidad excesiva de habitantes por domicilio e inseguridad jurídica en la ocupación de la tierra urbana. Parte de estos lugares también se encuentran en áreas que ofrecen riesgo a la vivienda (vertientes con alta inclinación, alrededores de ferrocarriles y de redes de alta tensión eléctrica, y márgenes de ríos), siendo que sus habitantes tienen que convivir con riesgos a su salud y a su integridad física, como inundaciones y deslizamientos de tierra.

## **4. CONSIDERACIONES FINALES**

Con la presente investigación, se intentó mostrar las interrelaciones que las dimensiones socioeconómicas (la autonomía de renta, condicionantes del desarrollo humano y de la equidad) todavía mantienen entre sí en la constitución de clases sociales y, sobre todo, su geograficidad en el espacio urbano, expresada no sólo por la correlación con la calidad domiciliar, sino también por la lógica de distribución espacial de las clases en las ciudades de la RMC.

Los indicadores producidos y su espacialización permiten identificar y caracterizar tres patrones principales de segregación socio espacial: a) en la escala regional, hay una diferenciación entre las zonas urbanas situadas al este y al oeste de la autopista SP-330, siendo la porción oriental la principal zona de inclusión social de la RMC, mientras que en la porción oeste (desde Campinas a Sumaré y Monte Mor) se constituyó la "macro periferia metropolitana"; b) en las ciudades, se verifica un patrón espacial de segregación en sectores de círculo, en el cual ocurre la concentración de condiciones de inclusión en el área central y extendiéndose a partir de éste a lo largo de una "banda" o "cuadrante", en general siguiendo importantes vías de tráfico, y; c) enclaves espaciales consolidados: de inclusión social en zonas predominante de exclusión y, principalmente, lo opuesto.

Finalmente, ante la amplia caracterización socio espacial y las diversas perspectivas de análisis possibilitadas por la expresiva cantidad de datos producidos y representados cartográficamente (datos que aquí se exhiben apenas de modo bastante resumido, en forma de mapas-síntesis), cabe resaltar otro punto importante en relación al sistema de indicadores de exclusión/inclusión social presentado. Aunque se haya construido para analizar la RMC, sus fuentes de datos, derivadas exclusivamente de los censos demográficos, los hace replicable a la investigación de cualquier otro municipio brasileño y, por qué no decir, de ciudades de otros países en que haya datos con cierta similitud temática y espacial. Se trata, pues, de una acción fundamental en la lucha contra la exclusión social. El primer paso para cambiar una realidad es conocerla. Así, se cree que la construcción y divulgación de nuevas cartografías de exclusión / inclusión para diferentes territorios puede ayudar a evidenciar desigualdades, carencias e injusticias y, a partir de eso, contribuir a la demanda por una gestión del espacio urbano socialmente más justo.

## **AGRADECIMIENTOS**

Al Prof. Dr. Lindon Fonseca Matias (Departamento de Geografía, UNICAMP), por la orientación de la tesis de doctorado que dio origen a este trabajo, y por la actual supervisión de mi estancia de postdoctorado.

Al programa de Postgrado en Geografía de la UNICAMP ya CAPES (agencia brasileña de fomento académico) por la concesión de beca de postdoctorado y demás recursos que contribuyeron para la realización de la presente investigación.

## BIBLIOGRAFÍA

- BAENINGER, R. (1996): *Espaço e tempo em Campinas*, CMU, Campinas.
- BAENINGER, R. (2001): "Região Metropolitana de Campinas: expansão e consolidação do urbano paulista" *in* D. Hogan (ed.), *Migração e ambiente nas aglomerações urbanas*, Nepo/Unicamp, Campinas.
- CASTELLS, M. (2000): *A questão urbana*, Paz e terra, São Paulo.
- CORRÊA, R. L. (1997): *Trajetórias geográficas*, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- CORRÊA, R. L. (1998): *Região e organização espacial*, Ática, São Paulo.
- Costa, A. B. (1998): *Exclusões sociais*, Gradiva, Lisboa.
- FERNANDES, A. et al. (2002): A Região Metropolitana de Campinas: análise integrada *in* W. Cano e C. A. Brandão (eds.). *A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente*. Unicamp, Campinas.
- GENOVEZ, P. C. (2005): *Território e desigualdades: análise espacial intra-urbana no estudo da dinâmica de exclusão/inclusão social no espaço urbano em São José dos Campos – SP*, INPE, São José dos Campos (tese de maestria).
- LEVITAS, R. (2006): The concept and measurement of social exclusion, *in* C. Pantazis, D. Gordon e R. Levitas, *Poverty and social exclusion in Britain*. The Policy Press, Bristol.
- GONÇALVES, M. F. y SEMEGHINI, U. C. (2002): Uma metrópole singular, *in*: R. Fonseca, A. Davanzo y R. Negreiros (eds.). *Livro verde*, Unicamp, Campinas.
- NASCIMENTO, E (2013): *As desigualdades socioespaciais urbanas numa metrópole interiorana: uma análise da Região Metropolitana de Campinas (SP) a partir de indicadores de exclusão/inclusão social*, Unicamp, Campinas (tesis de doctorado).
- MATOS, R. (2010): Desigualdades socioespaciais: inserções teóricas e conceituais e discussão do caso brasileiro, *in* R. Matos y W. Soares (eds.), *Desigualdades, redes e espacialidades emergentes no Brasil*, Garamond, Rio de Janeiro.
- MELAZZO, E. y GUIMARÃES, R. B. (2010): Ponto de partida: a desigualdade social e a definição da política urbana, *in* E. Melazzo y R. B. Guimarães (eds.), *Exclusão social em cidades brasileiras*, Unesp, São Paulo.
- PAUGAM, S. (1996): Introduction: la constitution d'un paradigme, *in* S. Paugam (ed.), *L'exclusion: l'état des saviors*, La découverte, Paris.
- Paugam, S. (2003): *Desqualificação social*, Educ, São Paulo.
- Reis, N. G. (2006): *Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano*, Via das Artes, São Paulo.
- ROOM, G. (1995): Poverty and social exclusion: the new European agenda for policy and research, *in* G. Room (Ed.). *Beyond the threshold*, The Policy Press, Bristol.
- SANTOS, M. (1996): *A natureza do espaço*, Hucitec, São Paulo.
- SPOSATI, A. (1996): *Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo*, Educ, São Paulo.
- \_\_\_\_\_. (2000): *Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo/2000: dinâmica social dos anos 90*, PUC/SP, INPE, POLIS, São Paulo.
- VILLAÇA, F. (2001): *Espaço intra-urbano no Brasil*, Nobel, São Paulo.
- XIBERRAS, M. (1993): *Les théories de l'exclusion*, Méridiens Klincksieck et Cie., Paris.



# XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:  
produção, circulação e apropriação do conhecimento  
DE 2 A 6 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

Prezado(a) **Ederson Nascimento**,

Temos a satisfação de informar que sua proposta de Apresentação de Comunicação Oral, intitulado "**Expansão urbana e segregação socioespacial em Chapecó (SC): análise com uso de uma Cartografia Geográfica**", foi aceita no grupo de trabalho GT 36 - Geotecnologias E Métodos De Representação Na Análise Espacial para compor o "XIII Encontro Nacional da ANPEGE - XIII ENANPEGE" a se realizar de 02 a 06 de setembro de 2019 na Cidade Universitária – Campus Butantã, São Paulo/SP.

A Comissão Organizadora agradece a colaboração e conta com sua presença.

Atenciosamente,

Comissão Organizadora  
XIII Encontro Nacional da ANPEGE - XIII ENANPEGE  
<https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/>

# EXPANSÃO URBANA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CHAPECÓ (SC): ANÁLISE COM USO DE UMA CARTOGRAFIA GEOGRÁFICA<sup>1</sup>

Ederson Nascimento  
Universidade Federal da Fronteira Sul, campus de Chapecó, SC  
[ederson.nascimento@uffs.edu.br](mailto:ederson.nascimento@uffs.edu.br)

## RESUMO

As desigualdades socioespaciais são (re)produzidas no espaço urbano a partir da correlação de diferentes processos engendrados no âmbito da urbanização, sendo dois deles a expansão horizontal urbana e a segregação socioespacial. Neste trabalho, realiza-se uma análise desses dois processos a partir de mapas elaborados para tal fim em ambiente SIG, e sob os pressupostos da Cartografia Geográfica de viés social crítico. Objetiva-se assim, de um lado, avançar sobre a compreensão da produção desigual do espaço urbano em Chapecó e, ao mesmo tempo, destacar o potencial analítico da Cartografia Geográfica para a análise do espaço urbano e, em especial, de suas desigualdades.

**Palavras-chave:** expansão urbana, segregação socioespacial, Cartografia Geográfica; abordagem crítica.

## INTRODUÇÃO

A noção de desigualdade socioespacial remete à indissociabilidade entre sociedade e espaço na produção de assimetrias, rupturas e hierarquias sociais e espaciais. No contexto da urbanização brasileira, tais disparidades constituem característica marcante na geografia das cidades, especialmente nas de grande e médio porte, sendo reflexo e agente de reprodução das desigualdades sociais na apropriação da riqueza socialmente produzida e do próprio espaço.

Chapecó é uma das cidades brasileiras em que tais disparidades são um aspecto marcante de sua geografia. Com uma população total estimada de 216.654 habitantes em 2018 e taxa de urbanização de 91,6% (em 2010), o município de Chapecó se destaca como o principal centro urbano e polo econômico do Oeste Catarinense. As características da urbanização engendrada no município e em sua região de influência instauraram no município um dinâmica de expansão urbana que se processou em concomitância à segregação socioespacial. Neste ensaio realiza-se uma análise desses processos em Chapecó, utilizando-se de mapas produzidos a partir dos pressupostos do que se está chamando de Cartografia Geográfica, um quefazer cartográfico definido pela e para a Geografia. Objetiva-se, assim, fornecer contribuições tanto à compreensão e valorização desta Cartografia no âmbito da Geografia, como também, em âmbito específico, ao conhecimento das desigualdades socioespaciais na cidade de Chapecó.

---

<sup>1</sup> Trabalho elaborado como parte da pesquisa de pós-doutorado do autor, realizado junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNICAMP, com apoio da CAPES (PNPD), sob a supervisão do Prof. Dr. Lindon Fonseca Matias.

## **EXPANSÃO URBANA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: BREVES NOTAS**

A análise da expansão urbana por meio da incorporação de novas terras ao espaço urbano – as chamadas áreas urbanizadas – é relevante para a compreensão da configuração atual de uma cidade. Também conhecidas como manchas urbanas ou tecidos urbanos, as áreas urbanizadas estendem-se em direção a glebas com vegetação campestre e/ou arbórea e sobre terras até então utilizadas para fins agropecuários, à medida que a conversão de seu uso de rural para urbano atenda satisfatoriamente a um conjunto de interesses diversos, muitas vezes conflituosos e contraditórios: a) do capital industrial e comercial, interessados no uso produtivo que a terra pode garantir através de sua localização; b) da população em geral, na condição de força de trabalho e de consumidores, interessados nos meios necessários ao desenvolvimento da vida (oferta de infraestrutura, acessibilidade a bens e serviços, conforto, segurança etc.), e; c) dos proprietários de terras e do capital imobiliário, que veem nesta conversão de uso sua própria fonte de riqueza, por meio do parcelamento e da venda da terra na forma de lotes ou de empreendimentos como conjuntos residenciais, áreas condominiais, entre outros (CORRÊA, 1997; VILLAÇA, 1998; BOTELHO, 2007).

A implicação mais direta e visível do processo de expansão urbana se dá sobre o tamanho físico da cidade e sua morfologia. Entretanto, a dinâmica desse processo frequentemente influi também sobre a configuração socioespacial da cidade, isso devido às características da urbanização nas cidades brasileiras de porte mais elevado, em geral marcadas por certa centralidade econômica, por elevados ritmos de crescimento populacional, disparidade social, além de intensa especulação imobiliária na organização do espaço urbano. Em tal contexto, a segregação socioespacial dos grupos sociais acaba sendo engendrada/potencializada no âmbito da própria expansão física da cidade.

A segregação socioespacial, por sua vez, pode ser compreendida como uma “tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas” (CASTELLS, 2000, p. 250). Constitui-se a partir de condicionantes socioeconômicas e políticas, dentre as quais, segundo Marques (2005, p. 49), se destacam a dinâmica econômica, o mercado de trabalho e a estrutura social em si, a dinâmica do mercado de terras, as ações dos produtores do espaço urbano e da produção da moradia, o Estado e as políticas públicas, além da “ordem jurídica brasileira e sua relação com nossa sociedade em suas dimensões de tradicionalismo, hierarquia social e preconceito”.

Em geral, uma estrutura socioespacial urbana segregada, mais do que resultar das disparidades sociais, tende a mantê-las e a reforça-las ao atuar como um mecanismo que contribui para potencializar a inclusão ou acentuar a exclusão social dependendo da localização onde se está, uma vez que os meios para a sobrevivência, as dificuldades e as oportunidades estão distribuídos de modo desigual, e geralmente são poucas as possibilidades de mudança para locais melhores (NASCIMENTO, 2013).

A expansão urbana e a segregação social consistem em dois importantes processos espaciais que marcam a configuração socioespacial urbana, cuja análise pode ser potencializada a partir de mapas produzidos com base nos pressupostos da Cartografia Geográfica, conforme se discute a seguir.

## A CARTOGRAFIA GEOGRÁFICA E SUAS POTENCIALIDADES PARA A ANÁLISE DO ESPAÇO URBANO

A representação cartográfica do espaço é um dos mais importantes fundamentos da práxis geográfica, “[...] o ponto de partida e o ponto de chegada do trabalho do geógrafo” (LAMBERT; ZANIN, 2016, p. 13). Na Geografia, utiliza-se da Cartografia para que as informações levantadas sejam representadas gráfico-espacialmente de modo sistematizado e, a partir disso, se possa identificar as lógicas espaciais de interdependência e dissociação entre objetos e fenômenos. Estas propriedades das representações cartográficas, cada vez mais potencializadas pelos avanços nas tecnologias de mapeamento e sua progressiva difusão, torna-as um instrumental valioso e que pode ser utilizado para análise das características socioespaciais do território, incluindo suas desigualdades, contradições e potencialidades.

Para tanto, considera-se fundamental *apreender* o conhecimento cartográfico (ou parte dele), inserindo-o e adequando-o como componente do quefazer geográfico. Acredita-se que a *Cartografia Geográfica* pode ser definida neste contexto, como uma especificidade do conhecimento cartográfico aplicada à – e desenvolvida/ ressignificada no âmbito da – Geografia. Assim, com base em Matias (1996) e Girardi (2008), podemos conceber a Cartografia Geográfica como uma práxis geográfica na produção e no uso dos mapas. Esta Cartografia tem por objetivo o estudo de teorias e metodologias relacionadas à leitura, elaboração e utilização de mapas e outras representações cartográficas (croquis, maquetes, dados geográficos em visualização digital bi/tridimensional, etc.), com vistas a subsidiar a análise do espaço geográfico.

Por um longo período, o potencial analítico da Cartografia Geográfica foi subexplorado pela Geografia, especialmente por geógrafos filiados à perspectiva crítica/radical, devido à tradição positivista e sua associação ao *mainstream* para o exercício do poder e da dominação por parte do Estado e das classes dominantes (CRAMPTON; KRYGIER, 2006). A partir da década de 1990, no entanto, começa a ganhar corpo uma *reação crítica*, por parte de um número maior de geógrafos, a esta desvalorização do mapa e do mapeamento no âmbito da Geografia, lançando luz para uma maior incorporação da Cartografia na práxis geográfica. Contribuiu para esta postura a ascensão da tecnologia SIG e das novas formas de comunicação e representação de dados espaciais, que colocaram o mapa em papel de destaque na produção e divulgação do conhecimento cada vez mais para fora da esfera estatal e do universo de especialistas.

Junto a isso, cada vez mais se tem a compreensão de que ao mapa ou à Cartografia não cabe *per se* e necessariamente nenhuma matriz epistemológica ou concepção filosófica *a priori*. Se, como representação gráfica e linguagem, o mapa necessariamente contém e representa a concepção de mundo segundo o seu idealizador, como bem argumentou Harley (1989), esta mesma compreensão é válida e possível para que se possa proceder também uma leitura crítica e propositiva do mundo. É possível produzir *outros* mapas, que não sirvam unicamente à reprodução do *status quo*, mas que, ao contrário, possibilitem descortinar o invisível, retratar emoções, percepções e visões de mundo diferentes, contribuindo, desse modo, para revelar aspectos importantes (problemas, desigualdades, injustiças etc.) da dinâmica socioespacial. Partindo destes pressupostos, considera-se que a constituição de uma Cartografia



Geográfica com viés analítico crítico emerge como um caminho possível e profícuo a percorrer no âmbito da Geografia, como têm apontado alguns geógrafos brasileiros – como Matias (1996) e Girardi (2008) – e estrangeiros – a exemplo de Crampton (2010), Crampton e Krygier (2006) e Canosa Zamora e García Zaballo (2017).

No que concerne aos interesses deste trabalho, a abordagem crítica a partir da Cartografia Geográfica abre importantes perspectivas para o estudo das desigualdades socioespaciais no espaço urbano, especialmente utilizando-se do potencial analítico dos Sistemas de Informações Geográficas. Como apontam Buzai e Baxendale (2011), as ferramentas de cruzamento e espacialização de dados disponibilizadas por estes sistemas permitem a operacionalização de cinco conceitos analíticos da espacialidade: a *localização*, que remete ao sítio (espaço absoluto) ou posição (espaço relativo) de entidades espaciais (formas ou eventos); a *distribuição* de conjuntos de entidades no espaço; as *associações* delineadas pelos padrões espaciais de distribuição; e seus eventuais arranjos regulares ou irregulares; as *interações* entre elementos no âmbito de um espaço relacional onde “as localizações (sítios), distâncias (ideais ou reais) e vínculos (fluxos) resultam fundamentais na definição de espaços funcionais” (p. 62), e; a *evolução* espacial ao longo do tempo, por meio do registro (pretérito) ou da simulação (futura) das sucessivas transições de uma configuração à outra.

No contexto específico do urbano, a operacionalização cartográfica de tais conceitos contribui para o estudo de práticas e de processos espaciais que sustentam a produção desigual do espaço urbano (CORRÊA, 1997; 2007). Dentre as práticas espaciais e suas dinâmicas resultantes, pode-se mencionar, a título de exemplo: a conversão do uso da terra de usos rurais para áreas urbanizadas, e seus padrões de distribuição (compacto, disperso, fragmentado); a distribuição dos tipos de uso do solo e sua correlação com a legislação (definições de perímetros urbanos, zoneamento de uso e ocupação etc.); fatores de diferenciação espacial (divisões funcionais, áreas residenciais e características como perfil socioeconômico e demográfico e disponibilidade de infraestrutura urbana); a distribuição espacial da oferta de serviços e sua correção com o perfil etário e socioeconômico da população residente; interações espaciais da população (fluxos pendulares, eixos prioritários de deslocamento, concentrações em pontos de elevada centralidade urbana). A cartografia das práticas espaciais, por sua vez, fornece elementos para subsidiar a análise dos processos espaciais, como a expansão urbana e a segregação socioespacial (focos de análise empírica neste trabalho), e outros como a verticalização, coesão, dispersão e gentrificação urbana.

## **PRÁXIS DE CARTOGRAFIA GEOGRÁFICA: A ANÁLISE EXPANSÃO URBANA E DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CHAPECÓ**

A cartografia ora apresentada é resultante de diferentes projetos de pesquisa realizados pelo autor entre 2014 e 2019, os quais, entre objetivos e escopos distintos, tiveram em comum a preocupação em valorizar a Cartografia como instrumento de representação e análise de aspectos relacionados à dinâmica socioespacial.

A metodologia adotada na pesquisa teve como etapas: a) levantamento e revisão da literatura especializada; b) construção de base de dados georreferenciados, com arquivos vetoriais, dados socioeconômicos em tabelas,

fotografias aéreas e imagens de satélites, utilizando o software *ArcGIS™*; c) fotointerpretação e digitalização em tela das áreas urbanizadas no município (1957 a 2019); d) cartografia dos perímetros urbanos municipais de 1974 a 2014, com base em leis municipais correspondentes; e) análise de padrões de homogeneidade/diferenciação dos perfis socioeconômicos nas áreas residenciais, com base em dados do censo de 2010; e) trabalhos de campo, para observação e registro fotográfico-documental, e; f) elaboração de mapas temáticos empregando diferentes técnicas de representação cartográfica (implantações pontuais e areais, e visualização corocromática).

A cartografia geográfica produzida – aqui apresentada apenas em parte<sup>2</sup> – e as análises empreendidas revelam características da estrutura socioespacial na cidade de Chapecó. No que concerne à expansão urbana, a urbanização processada no município a partir da década de 1960, impulsionada sobretudo pelo fortalecimento da economia regional calcada na indústria agroalimentar e pela migração (especialmente oriunda do oeste catarinense e noroeste gaúcho) criaram as condições para um vigoroso processo de ampliação da área urbanizada no município, impulsionado, na maior parte do período, pelo poder público local por meio de sucessivas ampliações dos limites do perímetro urbano municipal .

Os resultados da dinâmica da expansão urbana podem ser analisados a partir da quantificação das áreas urbanizadas (Tabela 1) e sua espacialização no período (Figura 1), comparando-as com a evolução das áreas urbanas oficiais, definidas pelo poder público municipal a partir de 1974 (Figura 2).

Até meados da década de 1950, o tecido urbano não passava de uma pequena vila com aproximadamente trinta quarteirões da área que atualmente integra a zona central da cidade. A área urbanizada era contínua e com apenas 3,49 km<sup>2</sup>. A partir da década de 1960, no entanto, observa-se que a área urbanizada passa a apresentar um ritmo constante de expansão, “saltando” para aproximadamente 21 km<sup>2</sup> já no final da década de 1970, e duplicando por 2,7 nas quatro décadas seguintes, totalizando 57,6 km<sup>2</sup> no início de 2019. Enquanto isso, a área urbanizada oficial definida pelo primeiro plano diretor municipal, de 1974, que perfazia um total de 13,09 km<sup>2</sup>, foi consideravelmente ampliada no final da década de 1970 e da seguinte, passando para 70,38 km<sup>2</sup> em 1980 (incluindo, no período, a regularização de diversos loteamentos clandestinos situados a noroeste e a oeste da área central, próximo a unidades agroindustriais), e para 115,77 km<sup>2</sup> na definição estabelecida em 1990 no âmbito de um novo plano diretor.

Tabela 1: Áreas urbanizadas calculadas

Ano	1957	1965	1979	1988	1996	2008	2014	2019
Área (km <sup>2</sup> )	3,49	5,74	20,98	29,72	34,03	44,48	52,9	57,63

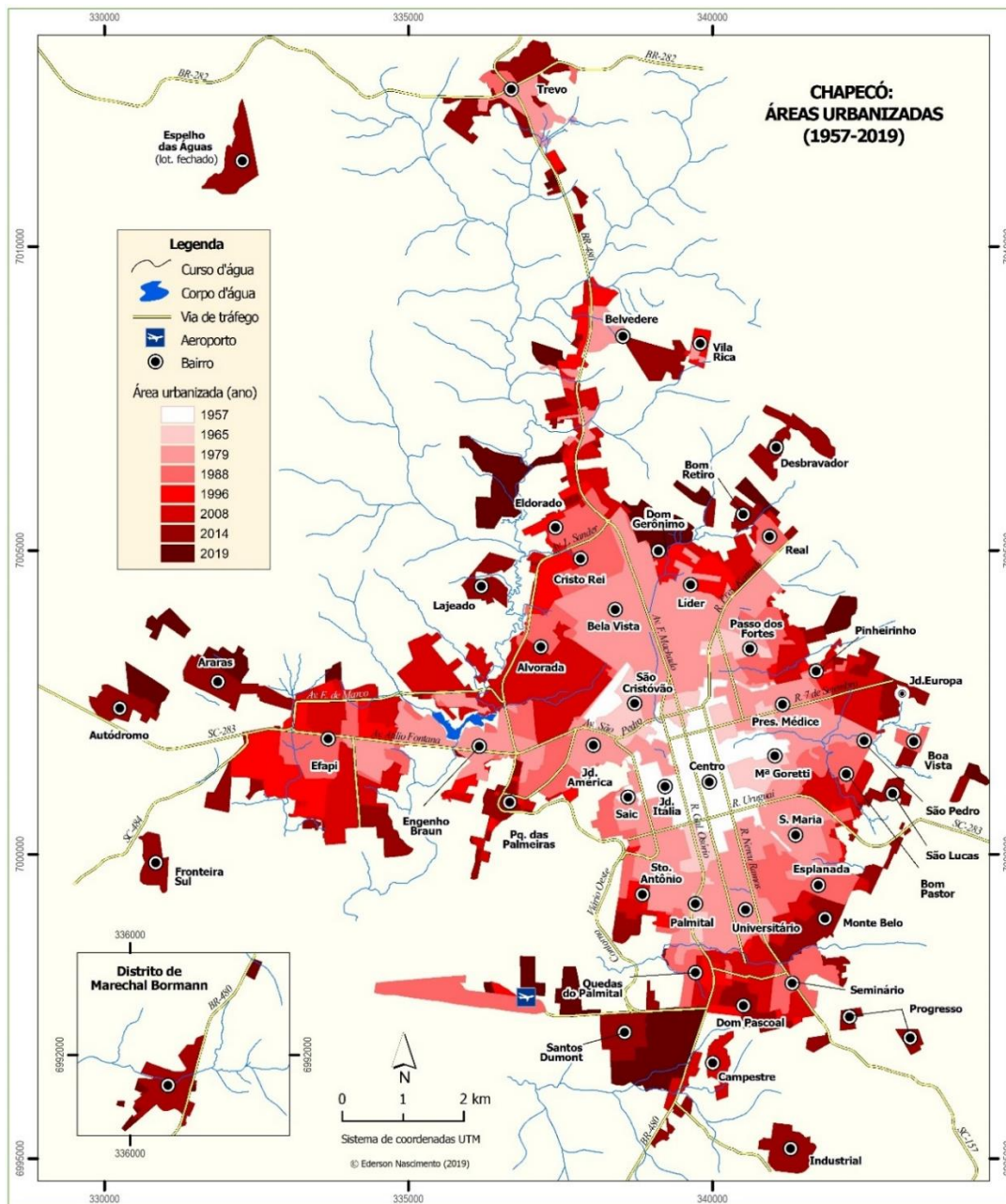
Org.: o autor (2019)

A ocupação das áreas urbanizadas não ocorreu no mesmo ritmo que a criação de novas áreas. O que se constata, ao se observar as fotografias aéreas de 1979, 1988 e 1996, é um forte processo de especulação fundiária, retratado

<sup>2</sup> Em Nascimento (2015 e 2017) são apresentados um quantitativo maior de mapas concebidos a partir dos pressupostos da Cartografia Geográfica ora apresentados, abordando, respectivamente, características da ocupação da terra urbana e outros aspectos relacionados à segregação socioespacial que, pela limitação de páginas, não puderam ser incluídos neste texto.

pelos elevados percentuais de lotes desocupados, estes em maior concentração em loteamentos adjacentes à área central (alguns permanecendo nesta condição até os dias atuais) e nas porções sul e leste da cidade, além de algumas glebas ociosas. Apesar disso, até a década de 1990, o crescimento da mancha urbana chapecoense seguiu um padrão relativamente coeso, com poucas discontinuidades entre a malha urbana contínua e as novas áreas parceladas. Entretanto, nos anos 2000, a dinâmica de expansão urbana segue intensa e passa a delinear um tecido urbano crescentemente fragmentado, com a aprovação de loteamentos cada vez mais afastados da malha urbana contínua.

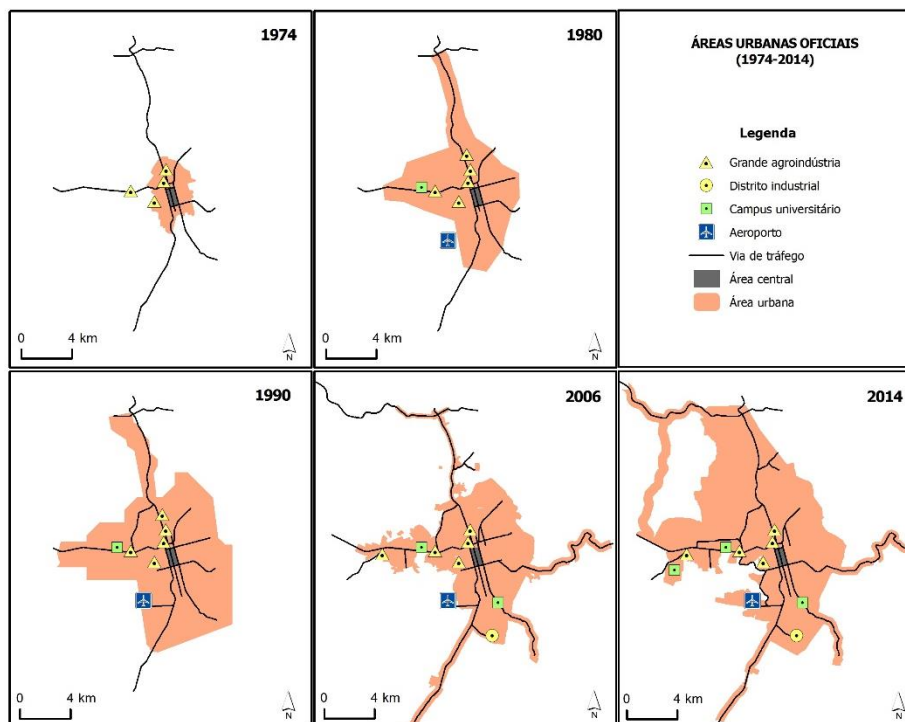
Figura 1: Mapa da evolução das áreas urbanizadas em Chapecó (1957-2019).



Em 2004, com a aprovação do chamado Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial, foram inseridos alguns instrumentos do Estatuto da Cidade, com o fim de disciplinar a expansão horizontal e adensar a ocupação

em áreas já parceladas e dotadas de infraestrutura. Todavia, a revisão do referido plano diretor, empreendida em 2006 no âmbito uma configuração política oposta à que o concebeu, minimizou as restrições mencionadas (VILLELA et al., 2011) e redefiniu a área urbana oficial, que, mesmo menor que a de 1990 (102,14 km<sup>2</sup>), teve potencializada a ocupação a leste e ao sul, ao longo de corredores viários.

Figura 2: Evolução das áreas urbanas oficiais em Chapecó (1974-2014).



Org.: o autor (2019)

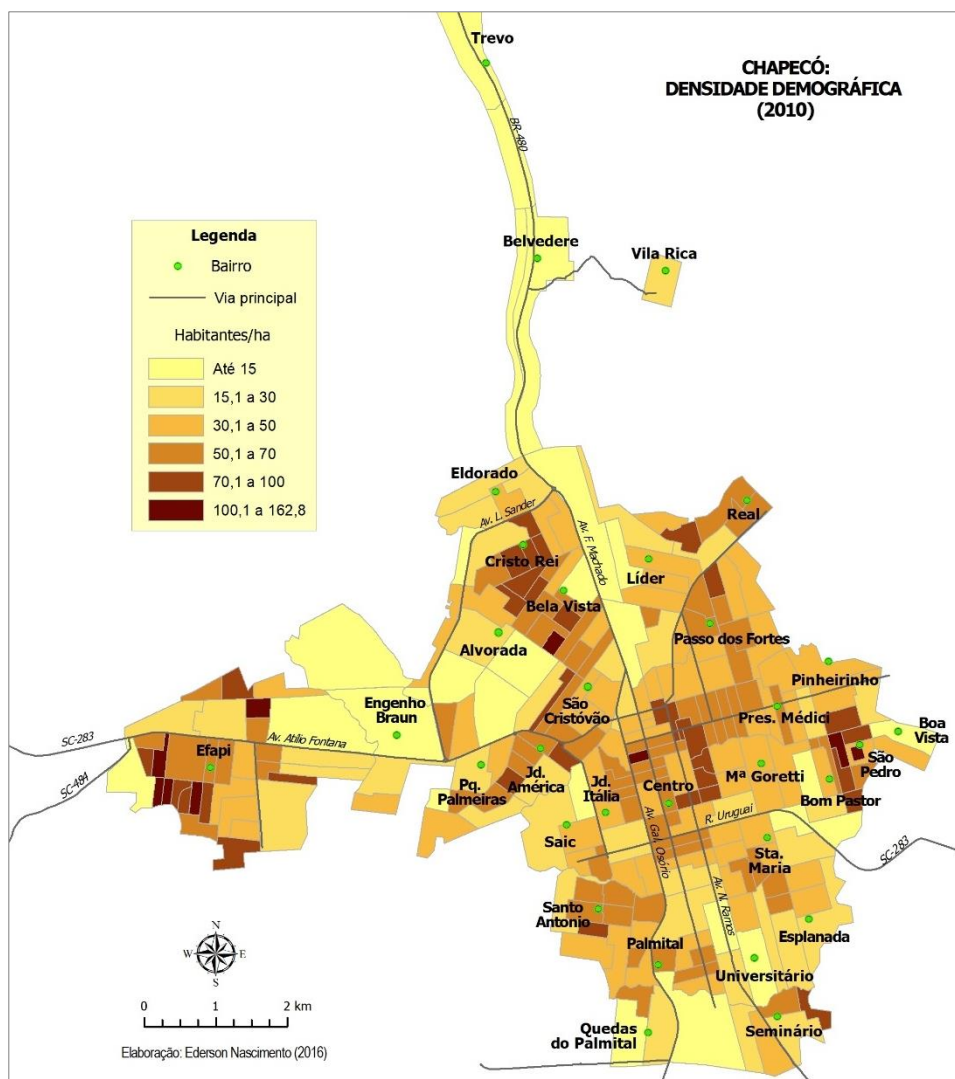
Mais recentemente, de 2008 em diante, outros fatores contribuíram para intensificar ainda mais a expansão fragmentada da área urbanizada: a) a conjuntura macroeconômica e política nacional, com a melhoria da renda das famílias e a ampliação de linhas de crédito para a construção civil e o financiamento imobiliário; b) a abertura e melhoria de vias de tráfego no espaço periurbano de Chapecó (avenidas Ernesto de Marco e Plínio de Nês/ BR-480, e Contorno Rodoviário Oeste); c) a implantação de importantes objetos geográficos em áreas periféricas (*campus* da UFFS a oeste, o primeiro *shopping center* da cidade à norte, novas unidades fabris na porção sul), e; d) uma nova, e significativa ampliação da área urbana oficial no âmbito do plano diretor de 2014, para 168,46 km<sup>2</sup>.

Paralelamente à expansão físico-territorial, o processo de urbanização vem também, conforme já adiantamos, consolidando um padrão espacial de segregação dos segmentos sociais na cidade de Chapecó. Conforme mostrado em outro estudo (NASCIMENTO, 2017), as raízes da segregação socioespacial nessa cidade datam ainda de antes da aceleração da urbanização ocorrida nos anos 1960. Na década de 1970, momento em que se acelera a migração para a cidade devido à implantação das grandes agroindústrias, aumenta a pressão para a dotação de melhorias nas áreas centrais potencializando sua valorização:

[...] ao mesmo tempo em que cresce a população operária de mais baixa renda próxima às indústrias ou nas periferias, há o aumento da concentração espacial da população de maior renda que, aumentado o padrão de vida, começa a exigir maiores investimentos na parte da cidade onde se localizam suas áreas residenciais e de lazer, de acordo com suas aspirações (RECHE, 2008, p. 56).

Em tal contexto, aprofunda-se e se consolida na cidade um padrão de segregação socioespacial centro x periferia, no qual, tendencialmente, o perfil socioeconômico da população residente e os níveis de infraestrutura e serviços nos bairros decrescem a partir da área central em direção aos locais mais afastados desta. Contribuíram para a conformação desta estrutura socioespacial a ação de proprietários de terras, promotores imobiliários e, principalmente, do poder público municipal, através do direcionamento de investimentos (pavimentação, iluminação, paisagismo) para o Centro e bairros adjacentes, da aprovação de leis de zoneamento que encareceram a terra urbana, além das ampliações do perímetro urbano, que facilitaram a criação de loteamentos periféricos com lotes mais baratos, sobretudo até os anos 1990 (RECHE, 2008).

Figura 3: Densidades demográficas na cidade de Chapecó (2010)



Um indicador desse padrão de segregação é a espacialização da população segundo densidades demográficas de ocupação (Figura 3) e da concentração de camadas de alta e baixa rendas (Figuras 4 e 5). Examinando conjuntamente os três mapas supramencionados, vemos em 2010:

- a) discrepâncias na distribuição espacial das densidades demográficas, com as mais altas concentradas na área central (devido à maior verticalização) e em alguns bairros periféricos à oeste, a noroeste e a leste (devido ao adensamento de casas e sub-habitações em terrenos pequenos);
- b) expressiva concentração das camadas de renda mais elevada (representadas pelos chefes de família com rendimento a partir de dez salários mínimos) no Centro e áreas próximas a ele (bairros Jardim Itália,

Figura 4: Percentual de chefes de família com rendimento nominal mensal igual ou superior a dez salários mínimos – setores censitários urbanos de Chapecó (2010).

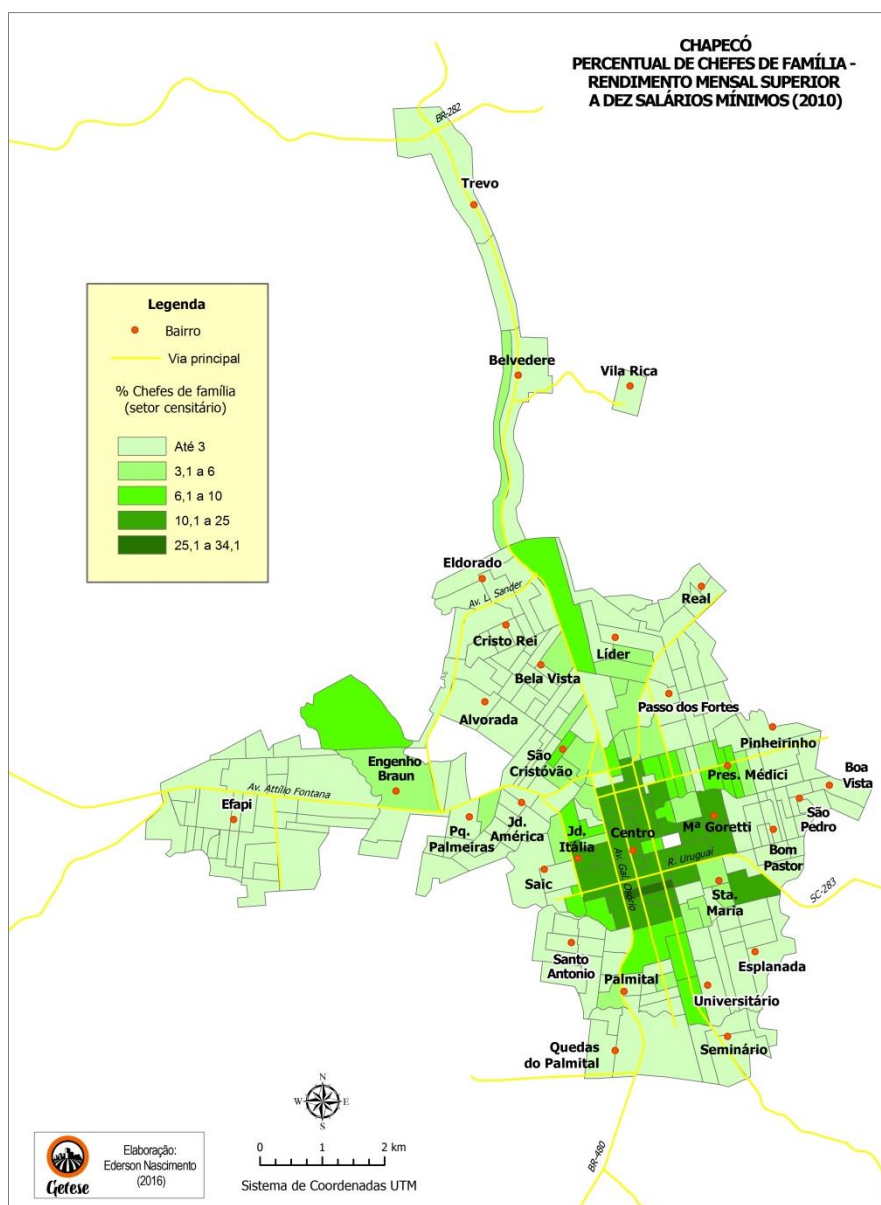
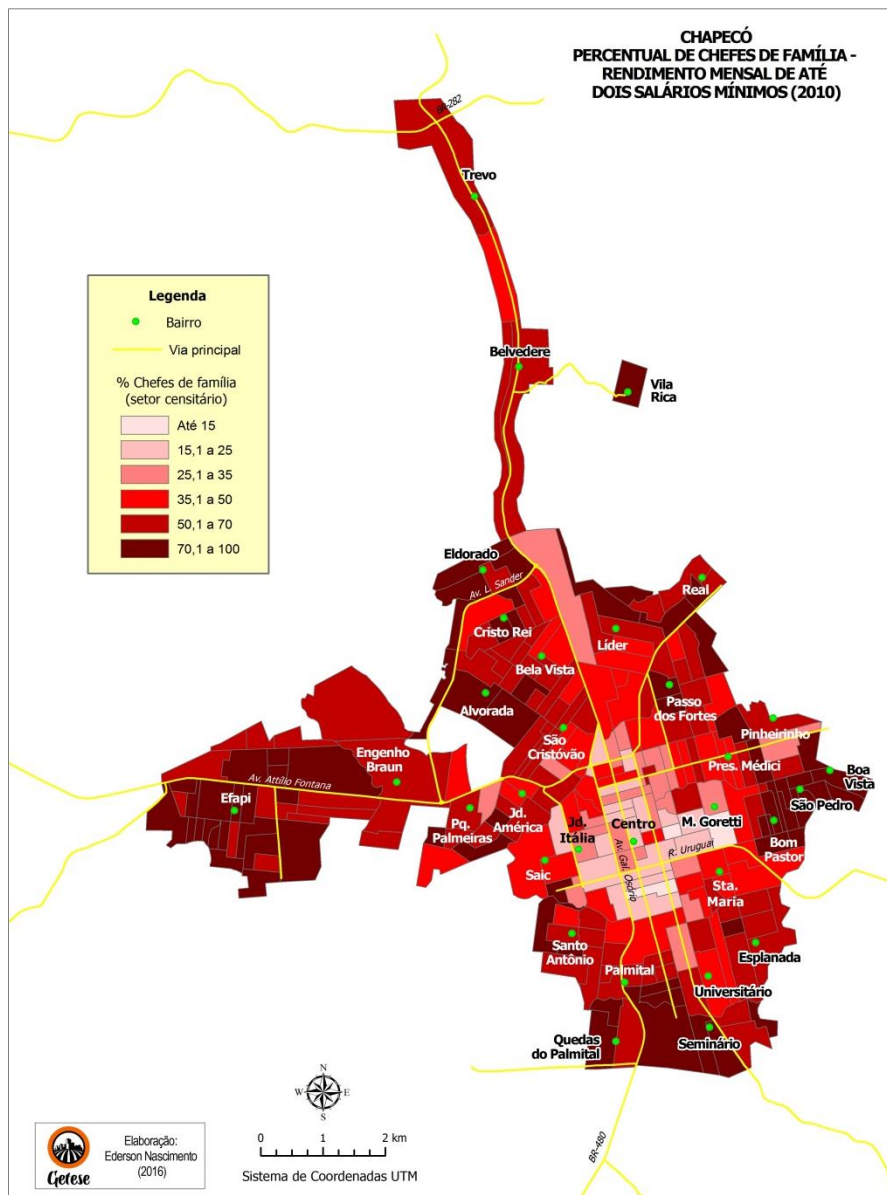


Figura 5: Percentual de chefes de família com rendimento nominal mensal igual ou superior a dois salários mínimos – setores censitários urbanos de Chapecó (2010).



Maria Goretti, Presidente Médici e Santa Maria); percentuais menores (5 a 10%) desse grupo de renda estão presentes também em algumas áreas mais afastadas da porção central, em localidades específicas (áreas próximas a avenidas e, no caso do bairro Engenho Braun, em chácaras), e;

c) concentração das camadas de mais baixa renda (representadas pelos chefes de família com renda de até dois salários mínimos) em praticamente todas as áreas residenciais periféricas, com as maiores concentrações (acima de 60%) ocorrendo nos bairros Efapi, Parque das Palmeiras, Alvorada, Eldorado, Cristo Rei, Líder, Vila Rica, Santo Antônio, Palmital e Seminário, além do historicamente excluído São Pedro e sua área de expansão, atual Bom Pastor.

Do final dos anos 1980 em diante, os níveis de pobreza se agravam em Chapecó no âmbito das sucessivas crises econômicas no Brasil. Ocorre na cidade uma diminuição da contratação de mão de obra, elevando o desemprego. A mudança no padrão salarial do operário, aliada à crescente exclusão de

pequenos produtores e à liberação de mão de obra no espaço rural da região desencadeadas pelo sistema de integração da agroindústria, resultaram na migração de grande parte dessa população para a cidade (ALBA, 2013). Contudo, esse crescimento da população pobre não foi acompanhado pelas políticas de atendimento a sua demanda no nível intraurbano, sobretudo em relação à moradia. Deveras, a produção do espaço urbano chapecoense priorizou, em quase toda sua história, muito mais a valorização da terra e do espaço construído em detrimento da função social da propriedade e da promoção do direito à cidade para a ampla maioria de sua população. Neste contexto, a produção da habitação se manteve quase sempre sob o controle efetivo da iniciativa privada (VILLELA et al., 2011).

Tal fato, de um lado, contribui para ampliar a segregação entre os bairros mais ricos e melhor equipados e os mais pobres e precários no contexto da cidade. De outro, tende a acentuar a condição de exclusão social de segmentos da população já carentes dada a dificuldade de acesso à moradia adequada. A promoção de ocupações irregulares e a (re)produção da moradia em condições precárias na periferia são dimensões resultantes deste contexto, conforme mostram alguns estudos (ALBA, 2013; FUJITA; RIGON, 2014; NASCIMENTO, 2017).

## **PARA UMA CARTOGRAFIA GEOGRÁFICA DO ESPAÇO URBANO: CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste ensaio procurou-se, a partir das reflexões e experiências de pesquisa realizadas sobre a cidade Chapecó, articular e apresentar um conjunto de ideias (ainda inconcluso) com vistas a utilizar (e a valorizar) a Cartografia no âmbito da análise socioespacial. Uma Cartografia eminentemente geográfica, reflexiva, permanentemente aberta a novas contribuições teóricas, às inovações e múltiplas possibilidades do universo (geo)tecnológico e da estatística. Mas, acima de tudo, com o foco último em contribuir com o pensar e o fazer geográficos – no caso específico em tela, o estudo de aspectos da realidade socioespacial urbana: os processos de expansão urbana e de segregação socioespacial.

Ressalta-se que a articulação ora proposta entre a análise crítica do espaço geográfico por meio do mapa (não necessariamente embasadas pela teoria social), os conceitos fundamentais da análise cartográfica socioespacial em SIG, adequadamente sistematizados por Buzai e Baxendale (2011), e a busca pela representação/empiricização de práticas e processos espaciais urbanos, descritos, entre outros autores, por Corrêa (1997), se apresenta como um caminho teórico-metodológico viável e promissor – que pode, é claro, ser readequado e aprofundado antes de ser “trilhado” – a fim de contribuir para a produção de novas e distintas cartografias geográficas críticas das cidades, de suas desigualdades e contradições.

## **REFERÊNCIAS**

- ALBA, R. S. **Espaço urbano**: os agentes da produção em Chapecó. 2. ed. Chapecó: Argos, 2013.
- BOTELHO, A. **O urbano em fragmentos**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2007.



BUZAI, G. D.; BAXENDALE, C. A. **Análisis socioespacial com Sistemas de Información Geográfica**. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2011.

CANOSA ZAMORA, É.; GARCÍA ZARBALLO, Á. Cartografías críticas de la ciudad. **Treballs de la Societat Catalana de Geografia**, n. 84, p. 145-160, 2017.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. 2. ed. São Paulo: Paz e terra, 2000.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

\_\_\_\_\_. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **Cidades**, v. 4, n. 6, p. 62-72, 2007.

\_\_\_\_\_. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 39-59.

CRAMPTON, J. W. **Mapping: a critical introduction to Cartography and GIS**. Oxford: Blackwell, 2010.

CRAMPTON, J. W.; KRYGIER, J. An introduction to Critical Cartography. **ACME - An International E-Journal for Critical Geographies**, v. 4, n.1. p.12-33, 2006.

FUJITA, C.; RIGON, M. J. Desigualdade social, segregação espacial e impactos ambientais em uma cidade média: o caso dos assentamentos precários em Chapecó-SC. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL RII, 13, 2004, Salvador. **Anais... RII**, 2014.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Tese (Doutorado em Geografia), UNESP, 2008.

HARLEY, J. B. Deconstructing the map. **Cartographica**, v. 26, n. 2, p. 1-20, 1989.

LAMBERT, N.; ZANIN, C. **Manuel de Cartographie**. Paris: Armand Colin, 2016.

MARQUES, E. Elementos conceituais da segregação, da pobreza e da ação do Estado. In: MARQUES, E.; TORRES, H. (Orgs.). **São Paulo: segregação, pobreza urbana e desigualdade social**. São Paulo: Senac, 2005. p. 19-57.

MATIAS, L. F. **Por uma cartografia geográfica: uma análise na representação gráfica na Geografia**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), FFLCH/USP, 1996.

NASCIMENTO, E. **As desigualdades socioespaciais urbanas numa metrópole interiorana: uma análise da Região Metropolitana de Campinas (SP) a partir de indicadores de exclusão/inclusão social**. Tese (Doutorado em Geografia), UNICAMP, 2013.

\_\_\_\_\_. Chapecó: evolução urbana e desigualdades socioespaciais. In: BRANDT, M.; NASCIMENTO, E. (Orgs.). **Oeste de Santa Catarina: território, ambiente, paisagem**. São Carlos: Pedro & João, 2015. p. 97-154.

\_\_\_\_\_. A segregação socioespacial em Chapecó: formação histórico-geográfica e tendências contemporâneas. In: NASCIMENTO, E.; VILLELA, A. L. V. (Orgs.). **Chapecó em foco: textos e contextos sobre o espaço urbano-regional**. São Carlos: Pedro & João, 2017. p. 105-154.

RECHE, D. **Leis e planos urbanos na produção da cidade: o caso de Chapecó/SC**. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade), UFSC, 2008.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 1998.

VILLELA, A. L. V. et al. A produção habitacional em Chapecó/SC: a ação privada na oferta de moradia. In: ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA, 30, 2011, Erechim. **Anais...** Porto Alegre: AGB, 2011.

**ECO-543**  
**Econometria Espacial:**  
**Teoria e Aplicações com R, GeoDa e GWR4**

**3ª Edição | 2019**

COORDENADOR: Prof. Marcelo Justus (mjustus@unicamp.br | WhatsApp: 19 98197-9019)

**Datas:** 15/07 a 19/07/2019

**Horários:** 9h00 às 18h00

**Endereço:** Rua Pitágoras 353, Cidade Universitária – Instituto de Economia | Unicamp

**Sala:** Laboratório de informática SPD 02

**Professores:** Eduardo Almeida (Professor na UFJF), Raphael Saldanha (Doutorando em Informação e Comunicação em Saúde – Fiocruz), Thomas V. Conti (Professor no Insper) e Marcelo Justus (professor na Unicamp)

**Crêterios para emissão de certificado:** Frequência mínima de 75%

**Agenda:**

	15/jul	16/jul	17/jul	18/jul	19/jul
9h00 às 12h30	Introdução, dados espaciais e aplicações	AEDE e aplicações	Modelos espaciais e testes	RPG e aplicações	Painel espacial, probit e tobit espaciais
Intervalo para almoço					
14h00 às 18h30	Introdução ao Qgis, introdução ao GeoDa e introdução ao R	AEDE com o GGeoDa E AEDE com R	Aplicações e modelos espaciais com R	RPG no GWR4 e RPG no R	Aplicações, painel espacial no R probit e tobit espaciais no R

**Softwares:**

QGis, Geoda, R e GWR4.

**Conteúdo:**

- (I) **INTRODUÇÃO** – Econometria Espacial x Econometria Convencional: Efeitos Espaciais, *Heterogeneidade Espacial e Autocorrelação Espacial*; Influência dos Efeitos Espaciais nas Hipóteses do Modelo Clássico de Regressão Linear; Natureza dos Dados Espaciais; Processos Espaciais; Fonte de Dados Espaciais; Dificuldades de Identificação dos Efeitos; Problemas Especiais com Dados Espaciais; Aplicações: Introdução ao QGis, Introdução ao R, Introdução ao GeoDa.
- (II) **ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE DADOS ESPACIAIS** – Matrizes de Ponderação Espacial ( $W$ ), Tipologia de Matrizes  $W$ : *Matrizes Geográficas, Matrizes Socioeconômicas*; Operador de Defasagem Espacial; Propriedades das Matrizes  $W$ ; Procedimento de Escolha de Matrizes; Estatísticas de Autocorrelação Espacial Global: *I de Moran, c de Geary*; Estatísticas de Autocorrelação Espacial Local: Estatística local  $G$  de *Gettis-Ord, I de Moran Local*; Diagrama de Dispersão de Moran; Mapas LISA; Mapa de *Clusters* Univariado e Bivariado; *Box Map*; Identificação de Regimes Espaciais: *Outliers* Globais e Espaciais, Heterogeneidade Espacial; Aplicações: AEDE com GeoDa e AEDE com R.

- (III) **MODELOS ESPACIAIS** – Modelos de Dependência Espacial de Alcance Global: *Modelo SAR, Modelo SEM, Modelo SAC*; Modelos de Dependência Espacial de Alcance Local: *Modelo SLX*; Modelos de Dependência Espacial de Alcance Global e Local: *Modelo SDM, Modelo SDEM*; Estimando Modelos com Dependência Espacial; Especificando e Testando a Dependência Espacial; Aplicações: Modelos Espaciais no R.
- (IV) **REGRESSÃO PONDERADA GEOGRAFICAMENTE** – Modelo RPG; Modelo RPG Misto; Modelo RPG com Dependência Espacial; Modelo RPG Linear Generalizado; Teste de Significância do Modelo; Problemas com o RPG; Aplicações: RPG usando o *software* GWR 4 e RPG usando o R.
- (V) **MODELOS PARA PAINEL DE DADOS E DE VARIÁVEL LIMITADA COM DEPENDÊNCIA ESPACIAL** – Modelo de Efeitos Fixos com Dependência Espacial; Modelo de Efeitos Aleatórios com Dependência Espacial; Estimação de Modelos de Painel Espacial; Probit Espacial; Tobit Espacial; Aplicações: Modelos Probit e Tobit no R e Modelos de Painel Espacial no R.

## Referências

- Almeida, E. **Econometria Espacial Aplicada**. Alínea Editora, Campinas, 2012.
- Almeida, E. S. Lei de Verdoorn local para a agricultura. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 42, p. 88-104, 2011.
- Anselin, L. **Spatial econometrics: methods and models**. Kluwer Academic, Boston, 1988.
- Anselin, L. Local Indicators of Spatial Association – LISA. **Geographical Analysis**, 27, n.2, pp. 93-115, 1995.
- Anselin, L. Thirty years of spatial econometrics. **Papers in Regional Science**, vol. 89, n. 1, p. 3-25, 2010.
- Anselin, L. e Bera, A. Spatial dependence in linear regression models with an introduction to spatial econometrics. In: Ullah A. and Giles D. E. (eds.) **Handbook of Applied Economic Statistics**, Marcel Dekker, New York, pp. 237-289, 1998.
- Chagas, A. L. S.; Azzoni, C. e Almeida, A. N. A spatial difference-in-differences analysis of the impact of sugarcane production on respiratory diseases. **Regional Science and Urban Economics**, vol 59, p. 24-36, 2016.
- Delgado, M. S.; Florax, R. J. Difference-in-differences techniques for spatial data: local autocorrelation and spatial interaction. **Economic Letters**, n. 137, p. 123–126, 2015.
- Elhorst, J. P. **Spatial Econometrics from cross-sectional data to spatial panels**. Springer, New York, 2014.
- Fotheringham A. S., Brundson, C. e Charlton, M. **Geographically weighted regression: the analysis of spatially varying relationships**. John Wiley and Sons, West Sussex, 2002.
- Gibbons, S e Overman, H. G. Mostly pointless econometrics? **Journal of Regional Science**, vol. 52, n. 2, 2012, pp. 172–191, 2012.
- Halleck Vega, S. e Elhorst, J. P. The SLX model. **Journal of Regional Science**, vol. 55, p. 339–363, 2015.
- Kelejian, H. H. e Prucha, I. R. **A generalized spatial two stage least squares procedure for estimating a spatial autoregressive model with autoregressive disturbances**. Mimeo., Department of Economics, University of Maryland, 1998.
- Kelejian, H. H. e Prucha, I. R. A Generalized Moments Estimator for the Autoregressive Parameter in a Spatial model. **International Economic Review**, vol. 40, n. 2, 1999.

- LeSage, J. P. e Pace, R. K. The biggest myth in spatial econometrics. **Econometrics**, vol. 2, p. 217-249, 2014.
- LeSage, J. P. e Pace, R. K. **Introduction to Spatial Econometrics**. CRC Press, Boca Raton, 2009.
- Stakhovych, S. e Bijmolt, T. H. Specification of spatial models: An simulation study on weights matrices. **Papers in Regional Science**, v. 88, n. 2, p. 389-408, 2009.



# Universidade Estadual de Campinas

A Escola de Extensão da Universidade Estadual de Campinas atesta que

## Ederson do Nascimento

brasileiro, natural do Estado do Paraná, nascido a 05 de Fevereiro de 1984, RG: 54458750-9-SP, frequentou o Curso de Difusão Científica em

### Econometria Espacial: Teoria e Aplicações com R, Geoda e Gwr 4

ministrado pelo Instituto de Economia, no período de 15/07/2019 a 19/07/2019, com carga horária de 40 horas aula, tendo sido aprovado por frequência.

Cidade Universitária "Zeferino Vaz", 16 de Agosto de 2019.

Adauto Bezerra Delgado Filho  
Coordenador Acadêmico

Eduardo Galembeck  
Diretor da Escola de Extensão

## **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

Endereço: Cidade Universitária "Zeferino Vaz" - Distrito de Barão Geraldo - CEP: 13083-970 - Campinas - SP  
Reconhecida pelo Decreto Federal nº: 78531 de 04/10/1976 e recredenciada pela Portaria CEE/GP nº 407, de 14/10/2013

[http://www.extecamp.unicamp.br/validacert\\_novo.asp](http://www.extecamp.unicamp.br/validacert_novo.asp)  
645e1d70bcff3c2df9d5400fdbf73cf2



### **CORPO DOCENTE DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

Professor Doutor Marcelo Justus dos Santos

### **CORPO DOCENTE EXTERNO - PROFESSORES CONVIDADOS**

Professor Eduardo Simões de Almeida

Professor Raphael de Freitas Saldanha

Professor Thomas Victor Conti

# Certificado de Participação

Certifico que o Dr. Ederson do Nascimento participou da Comissão Examinadora da defesa de tese de doutorado intitulada "**MAPAS ONLINE E GEOTECNOLOGIAS: fundamentos teóricos de/para uma Cartografia Geográfica (em movimento)**", do aluno José Alves de Jesus RA 180755, matriculado no Programa de Pós-Graduação em Geografia, realizada em 30/07/2019

A Comissão Examinadora foi composta pelos Professores Doutores:

<b>Presidente</b>
Prof. Dr. Lindon Fonseca Matias IG / UNICAMP
<b>Membros Titulares</b>
Prof. Dr. Rafael Straforini IG / UNICAMP
Dra. Danúbia Caporusso Bargas Escola de Engenharia de Lorena EEL - USP
Dra. Sonia Maria Vanzella Castellar Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
Dr. Ederson do Nascimento Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Realeza

Campinas, 30 de Julho de 2019

Prof. Dr. Emilson Pereira Leite  
Coordenador do Curso

## CÓDIGO DE AUTENTICIDADE

Verifique a autenticidade deste documento na página <http://www.daconline.unicamp.br/ActionConsultaDiploma.asp>  
Código: be5279d2118796f8e7ac9f418be362b4a37046a9

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas  
Comissão Central de Pós-Graduação  
Rua 6 de Agosto, 50 - Cidade Universitária - Barão Geraldo - Campinas/SP -13083-970

# Certificado de Participação

Certifico que o Dr. Ederson do Nascimento participou da Comissão Examinadora da defesa de dissertação de mestrado intitulada "**PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA CIDADE DE INDAIATUBA (SP): ANÁLISE DO PROCESSO DE VALORIZAÇÃO DA TERRA URBANA NO PERÍODO DE 2000 A 2017**", da aluna Letícia de Sousa Araujo RA 136524, matriculada no Programa de Pós-Graduação em Geografia, realizada em 31/07/2019

A Comissão Examinadora foi composta pelos Professores Doutores:

## Presidente

Prof. Dr. Lindon Fonseca Matias  
IG / UNICAMP

## Membros Titulares

Dr. Ederson do Nascimento  
Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Realeza

Dra. Maria Cristina da Silva Schicchi  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Campinas, 31 de Julho de 2019

Prof. Dr. Emilson Pereira Leite  
Coordenador do Curso

## CÓDIGO DE AUTENTICIDADE

Verifique a autenticidade deste documento na página <http://www.daconline.unicamp.br/ActionConsultaDiploma.asp>  
Código: c2a2daf4a6b7eead293462949fe86a7e7a15c2c5

Rua 6 de Agosto, 50 - Cidade Universitária - Barão Geraldo - Campinas/SP -13083-970  
Comissão Central de Pós-Graduação  
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas





Ministério da Educação  
Universidade Federal de Santa Maria  
Coordenação do Programa/Curso de PG em Geografia - Mestrado

### ATESTADO

Atestamos que **RIVALDO MAURO DE FARIA, LILIAN HAHN MARIANO DA ROCHA E EDERSON NASCIMENTO** constituíram a Comissão Examinadora do Exame de Qualificação de mestrado, designada pela ordem de serviço N.01/2019 intitulada: **TERRITÓRIOS DE PRIVAÇÃO SOCIAL URBANA EM SANA MARIA, RIO GRANDE DO SUL** de autoria de **PEDRO LEONARDO CEZAR SPODE** do Programa de **PG em Geografia - Mestrado/CCNE-UFSM**, no dia 30 de abril de 2019.

Coordenação do Programa de PG em Geografia - Mestrado, aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove.



**Prof. Dr. ROMARIO TRENTIN**

Coordenador do Curso/Programa



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO  
CIÊNCIAS DA TERRA



## ATESTADO

Atesto para os devidos fins que o **Prof. Dr. Ederson do Nascimento** participou da Banca Examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: **Direções da expansão urbana de Campinas/SP (1774-2018)**, defendido por **Ciro Ruiz Vicente da Silva**, dentro do curso de graduação em Geografia, no 2º semestre de 2018, neste Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas.

  
Josefina Steiner  
Secretaria de Graduação  
IG/UNICAMP - Matr. 07.884-1




UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO  
CIÊNCIAS DA TERRA



## ATESTADO

Atesto para os devidos fins que **Ederson do Nascimento** participou da Banca Examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: **Mapeamento dos impactos socioambientais na Área de Preservação Permanente (APP) da Bacia do Ribeirão Barra Mansa – Morungaba (SP)**, defendido por **Bruna Cristina Gama Campagnuci**, dentro do curso de graduação em Geografia, no 2º semestre de 2018, neste Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas.

  
Josefina Steiner  
Secretaria de Graduação  
IG/UNICAMP - Matr. 07.884-1

ANTONIO MORENO JIMÉNEZ, Dr. en Geografía y Catedrático de Geografía Humana del Departamento de Geografía de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad Autónoma de Madrid, España

HACE CONSTAR:

Que el Dr. EDERSON NASCIMENTO, ha realizado una estancia de investigación en esta universidad entre el 21 de enero y el 20 de abril de 2019, durante la cual, ha llevado a cabo las siguientes actividades académicas:

- Asistencia al curso de posgrado “Análisis avanzado y ayuda a las decisiones territoriales con sistemas de información geográfica”, impartido por la Dra. Rosa Cañada Torrecilla y por mí, con una duración de 28 horas, en el cual se estudian técnicas de localización óptima y de evaluación multicriterio para la ubicación de actividades y usos del suelo, habiendo participado en las sesiones teórico-expositivas, así como en las de ejercitación práctica.
- Ha impartido una conferencia a los alumnos del Doble Grado de Geografía y Ordenación del Territorio y Ciencias Ambientales (4º año), de 1:30 h. de duración, el día 26 de marzo en la Facultad de Ciencias, sobre “Análisis socioterritoriales urbanos con Sistemas de Información Geográfica: experiencias desde la realidad brasileña”
- Ha impartido una conferencia el día 26 de marzo sobre “Cartografía geográfica, usos del territorio y análisis socioespacial urbano: investigaciones desde la realidad brasileña” de 2:00 horas de duración. a profesores e investigadores del Grupo de Investigación GEOTEPLAN del Departamento de Geografía, seguida de un debate.
- Ha asistido a cuatro sesiones del II Ciclo de Seminarios de Investigación sobre Ciudades del Siglo XXI, actividad formativa del Programa de Doctorado en Ciencias Humanas de esta universidad.
- Ha desarrollado tareas de obtención, consulta y estudio de bibliografía, de acuerdo con el plan de trabajo de su proyecto de investigación.
- Ha realizado visitas académicas y reuniones de trabajo con profesores e investigadores de los Departamentos de Geografía de las Universidades de Zaragoza y de Alcalá de Henares (Madrid), acordes con su plan de investigación.
- Ha mantenido reuniones periódicas conmigo para seguimiento de su trabajo, y para conversar y discutir sobre cuestiones teóricas y metodológicas de su pesquisa.

Por todo lo cual considero que el aprovechamiento de la estancia ha sido muy elevado y que los objetivos de la misma se han cumplido de forma totalmente satisfactoria.

Lo que firmo en Madrid, a 20 de abril de 2019.



Fdo. Dr. Antonio Moreno Jiménez  
antonio.moreno@uam.es





**Departamento de  
Geografía y  
Ordenación del Territorio**  
**Universidad Zaragoza**



### Ángel Pueyo Campos

Dpto. Geografía y Ordenación del Territorio  
Facultad de Filosofía y Letras  
Ciudad Universitaria  
50009 ZARAGOZA  
☎ 34.876 55 38 99  
✉ 34.976.76.15.06  
@apueyo@unizar.es

Zaragoza, 10 de marzo de 2019

Asunto: **Estancia del Dr. Ederson Nascimento en el Grupo de Estudios en Ordenación del Territorio de la Universidad de Zaragoza (España)**

Ángel Pueyo Campos, Profesor titular de Geografía Humana, en su condición de **director del Grupo de Investigación Consolidado Aplicado GEOT** (Grupo de Estudios en Ordenación del Territorio) y de la **Catedra institucional Territorio, Sociedad y Visualización Geográfica**:

Ha recibido y colaborado en el Departamento de Geografía de Ordenación del Territorio de la Universidad de Zaragoza, entre el 4 y 10 de marzo de 2019, en la preparación de líneas de investigación e institucionalización de modos de cooperación entre el grupo de investigación GEOT y grupo GEOGET del Instituto de Geociências de la Universidade Estadual de Campinas (IG/ UNICAMP). El Departamento ha puesto a disposición del investigador un lugar de trabajo, así como sus instalaciones (biblioteca y wifi), y todas las fuentes de conocimiento y trabajo para que pueda desarrollar propuestas de estancia, cooperación e investigación entre ambos grupos y universidades. También, en todo momento se está abierto al desarrollo de proyectos comunes bajo la supervisión de las respectivas universidades.



Dpto. de Geografía  
y Ordenación del Territorio  
UNIVERSIDAD  
DE ZARAGOZA

Fdo.: *Dr. Ángel Pueyo Campos*  
Director del GEOT  
Director Catedra institucional  
Territorio, Sociedad y Visualización  
Geográfica



Universidad  
de Alcalá

DEPARTAMENTO DE GEOLOGÍA, GEOGRAFÍA Y  
MEDIO AMBIENTE

C/ Colegios, 2  
28801 Alcalá de Henares (Madrid)  
Teléfonos: 91 885 44 29  
Fax: 91 885 44 39  
e-mail: [dpto.geos@uah.es](mailto:dpto.geos@uah.es)

Prof Francisco J. Escobar  
Email: [francisco.escobar@uah.es](mailto:francisco.escobar@uah.es)  
Ph: +34 617314872  
HRL: [www.geogra.uah.es/patxi](http://www.geogra.uah.es/patxi)

29 March 2019

### TO WHOM IT MAY CONCERN

This is to declare that Dr Ederson Nascimento visited the Department of Geology, Geography and Environmental Sciences at the University of Alcalá on 28 March 2019 where he met with myself to discuss recent cartography developments and to explore ways of future research collaboration.

Prof Francisco J. Escobar

Toulouse, el 08.04.2019

***Dra Martine GUIBERT***

Docente-Investigadora titular

Universidad Toulouse 2 - Jean Jaurès

Departamento de Geografía - Ordenamiento del territorio - Medio Ambiente

Grupo de investigación CNRS LISST/Dynamiques rurales

Responsable de la ChAL- Cátedra "América latina" del Instituto Pluridisciplinario de estudios sobre las Américas de Toulouse (IPEAT)

5, allées A. Machado F-31058 Toulouse Cedex 09

[guibert@univ-tlse2.fr](mailto:guibert@univ-tlse2.fr)

Constancia

La abajo firmante, Dra Martine Guibert, docente-investigadora en la Universidad Toulouse 2 – Jean Jaurès (UT2J), certifica que Ederson NASCIMENTO, Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS (Brasil), Grupos de Investigación: GEOGET (UNICAMP) y GETESE (UFFS), presentó la conferencia titulada :

*« Sistemas de Información Geográfica y Cartografía aplicados al análisis de los usos del territorio y las desigualdades socioespaciales en regiones agrícolas: el caso de la región Oeste de Santa Catarina, Brasil »*

el 04 de abril de 2019, en la UT2J, Edificio Olympe de Gouges, salon GS216, a las 14hs.

Para que conste oportunamente.



Martine GUIBERT

---

Sous la cotutelle de







D. **Antonio Serrano Rodríguez**, presidente del Comité Científico del IX CIOT, en nombre y representación de los organizadores del mismo

**CERTIFICA QUE**

**Ederson Nascimento**

Ha asistido al IX Congreso Internacional de Ordenación del Territorio celebrado en Santander (CANTABRIA) durante los días 13, 14 y 15 de marzo de 2019

En Santander a 17 de marzo de 2019

D. Antonio Serrano Rodríguez  
Presidente del Comité Científico del IX CIOT